



**Universidade Federal da Bahia**  
**Instituto de Letras**  
**Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística**  
Rua Barão de Geremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA  
Tel.: (71) 263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: [pgletba@ufba.br](mailto:pgletba@ufba.br)



**CONCORDÂNCIA VERBAL DE TERCEIRA PESSOA DO PLURAL EM  
VITÓRIA DA CONQUISTA: VARIAÇÃO ESTÁVEL OU MUDANÇA  
EM PROGRESSO?**

**por**

**MARIAN DOS SANTOS OLIVEIRA**

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Jacyra Andrade Mota**

**SALVADOR  
2005**



**Universidade Federal da Bahia**  
**Instituto de Letras**  
**Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística**  
Rua Barão de Geremoabo, nº147 - CEP: 40170-290 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA  
Tel.: (71) 263 - 6256 – Site: <http://www.ppgll.ufba.br> - E-mail: [pgletba@ufba.br](mailto:pgletba@ufba.br)



**CONCORDÂNCIA VERBAL DE TERCEIRA PESSOA DO PLURAL EM  
VITÓRIA DA CONQUISTA: VARIAÇÃO ESTÁVEL OU MUDANÇA  
EM PROGRESSO?**

**por**

**MARIAN DOS SANTOS OLIVEIRA**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jacyra Andrade Mota**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Letras e Lingüística.

SALVADOR  
2005

Dedico essa Dissertação a Jacyra Mota, Vera Pacheco, Cristiane Veloso, Dorivaldo Barreto, José Amarante, Braulino Pereira, Silvana Araújo, Sônia Coutinho, Rosália de Jesus e a José Soares, **família** que me acompanhou durante esse período.

## TERMO DE APROVAÇÃO

MARIAN DOS SANTOS OLIVEIRA

### CONCORDÂNCIA VERBAL DE TERCEIRA PESSOA DO PLURAL EM VITÓRIA DA CONQUISTA: VARIAÇÃO ESTÁVEL OU MUDANÇA EM PROGRESSO?

Dissertação aprovada com Distinção como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Jacyra Andrade Mota \_\_\_\_\_  
Doutora em Letras (Letras Vernáculas), Universidade Federal do Rio de Janeiro, (UFRJ).  
Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Norma da Silva Lopes \_\_\_\_\_  
Doutora em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia (UFBA).  
Universidade Estadual da Bahia (UNEB)

Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso \_\_\_\_\_  
Doutora em Letras (Letras Vernáculas), Universidade Federal do Rio de Janeiro, (UFRJ).  
Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Salvador, 09 de Abril de 2005.

## AGRADECIMENTOS

Iniciei-me na lingüística na Graduação em Letras, com os professores Dra. Maria da Conceição Fonseca Silva e Ms. Jorge Viana, que me contaminaram com a paixão pela Lingüística. Já na Especialização em Lingüística Aplicada, professores como Dra. Ester Scarpa, Dra. Tânia Alkimin, Dr. Sírio Possenti, Dra. Cecília Perrone e Dra. Irmã Coudry renovaram em mim essa paixão, com discussões sobre a linguagem.

A professora Dra. Maria da Conceição Fonseca contribuiu imensamente para o meu desenvolvimento intelectual e acadêmico, agradeço-lhe pelo incentivo, paciência, braveza e confiança. Por ter sido quem primeiro acreditou e mostrou a mim o caminho árduo e prazeroso da pesquisa lingüística. Ela, juntamente, com os professores Ms. Adriana Lessa e Ms. Jorge Viana guiaram-me sabiamente para assumir a Lingüística profissionalmente, pelo que agradeço.

A minha orientadora de Mestrado, professora Dra. Jacyra Andrade Mota, com extremada competência, ensinou-me a trabalhar séria, árdua mas serenamente. Com ela aprendi a enfrentar os desafios impostos por análises, muitas vezes impossíveis para mim, com a serenidade necessária nessas horas. Agradeço-lhe pela confiança, pela amizade e, acima de tudo, pela paciência, cuidado e compreensão.

Outros, amigos, colegas e professores compartilharam dessa minha última, mas não derradeira empreitada. Entre estes agradeço a Vera Pacheco, companheira, ouvinte das minhas queixas e dúvidas, e grande incentivadora nos momentos de desânimo, quando das dificuldades; agradeço pelo “sorrisão” Se for possível separar, também agradeço à professora Ms. Vera Pacheco, por ter lido, discutido e corrigido as versões preliminares e a versão final desta dissertação. Saliento que as imperfeições que persistem são de minha inteira responsabilidade.

A José Soares, porque é bom saber que você existe e está sempre próximo, mesmo quando não está presente.

Ao amigo e colega de mestrado José Amarante e ao amigo Dorivaldo Barreto, agradeço pela acolhida calorosa e desinteressada durante o período em que cursei os créditos, em Salvador, por compartilharem sonhos e buscas, apesar das divergências. À empresa Novo Horizonte, na

pessoa do Sr. José Carlos, por ter entendido a importância das minhas viagens a Salvador e conceder-me descontos mensais nas passagens.

Aos professores do Instituto de Letras da UFBA que, mesmo em meio às dificuldades impostas à educação por uma sociedade e governo que desconsideram o seu valor, têm fomentado pesquisas com projetos bonitos como o *ALiB*, o *Prophor* e o *Vertentes*, entre outros. Aos responsáveis e professores do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFBA porque, também, em meio às adversidades, têm lutado para manter os cursos de Mestrado e Doutorado, contribuindo para o progresso dos estudos sobre a linguagem e também para a melhoria na qualidade de ensino das escolas e universidades da nossa região. Em especial, agradeço aos professores Dra. Ilza Ribeiro, Dra. Célia Telles, Dra. Suzana Cardoso e Dr. Dante Luchesi pelo muito que contribuíram para a minha formação nas discussões que fizemos nas disciplinas cursadas em cumprimento aos créditos teóricos. Não posso deixar de agradecer às professoras Dra. Norma Lopes e Dra. Rosa Helena Blanco, pelas discussões travadas nos módulos II e IV, da disciplina Seminários Avançados I.

Também não posso deixar de agradecer aos funcionários do Instituto, muito menos aos bolsistas do Projeto ALiB, pela recepção calorosa, e pelos “contrabandos alimentícios” em momentos bastante oportunos.

Por fim, agradeço aos colegas do Departamento de Estudos Básicos e Instrumentais, da UESB, por acatarem as minhas solicitações de liberação das reuniões departamentais; e aos coordenadores dos colegiados dos cursos de Zootecnia – Prof. Ms. Jânio Benevides -, de Pedagogia – Profs. Ms. Luis Arthur e Reginaldo Pereira -, e do curso de Engenharia de Alimentos e Engenharia Ambiental – Profs. Ms. Luciano e Dr. Modesto, por entenderem a importância e reconhecerem a dificuldade de se cursar um mestrado sem liberação e, na medida do possível, tentarem fazer horários que pelo menos minimizassem tais problemas.

Certamente, pelas falhas de memória, muitos ficaram de fora desses agradecimentos. A essas pessoas, o meu apreço.

## RESUMO

Nesta dissertação, apresenta-se o estudo da concordância verbal (CV) de terceira pessoa do plural (P6), em Vitória da Conquista - BA. A pesquisa, conduzida com base nos pressupostos teóricos da Teoria Variacionista Laboviana, partiu de um *corpus* composto de trinta e dois (32) inquéritos de informantes, dessa localidade. Esses inquéritos, resultantes de coleta de fala espontânea através de entrevistas individuais, foram transcritos, e posteriormente fez-se levantamento e codificação de cem (100) ocorrências, que totalizaram três mil e duzentos (3.200) dados para a análise, que partiu da hipótese de que nessa comunidade, a concordância em P6 é uma regra variável, regida por fatores de ordem lingüística e social. Para a verificação dos fatores lingüísticos condicionantes no uso da regra em questão, consideraram-se: a constituição do SN sujeito, a realização, posição e distância do sujeito na oração, o traço semântico do sujeito, o tipo, o tempo e a conjugação verbais, além da saliência fônica. Quanto à avaliação da influência de fatores sociais sobre a regra em análise, consideraram-se o sexo dos informantes, três faixas etárias e três níveis de escolaridade. Após a coleta e transcrição dos dados, os passos seguintes consistiram em codificação e análise dos grupos de fatores previamente definidos, para submetê-los à quantificação no *software* VARBRUL. A fim de se resolver os problemas de *knowckouts* técnicos, houve uma divisão dos grupos nas rodadas, por isso a análise engloba todos os fatores, mas estes aparecem em dois momentos – **variáveis lingüísticas primeira instância** que engloba a saliência fônica, a realização, posição e distância do sujeito na oração, a constituição do SN sujeito e o traço semântico do sujeito e **variáveis lingüísticas segunda instância** que envolve o tempo, o tipo e a conjugações verbais. A última parte da análise traz os resultados dos fatores sociais. O resultado da análise evidenciou um contexto de variação estável na comunidade, com percentuais de 49% para / Ø / e de 51% para / N / em P6. Os grupos lingüístico e extralingüístico, saliência fônica e escolaridade, respectivamente, foram os de maior relevância para os resultados encontrados.

**Palavras-chave:** fatores sociais, fatores lingüísticos, grau de escolaridade, saliência fônica, sociolingüística, variação estável, Vitória da Conquista.

## ABSTRACT

This dissertation shows the study of the verbal agreement, considering the third person plural, or (P6) in Vitoria da Conquista, Bahia. The survey, based on the theoretical presuppositions of the Labovian Variationist Theory, was done from a *corpus* composed by thirty-two (32) informers' inquiries with people who were born in that city. These inquiries, resulting from a process of collecting spontaneous oral speech through individual interviews, were transcribed. Afterwards, taking the hypothesis that in this community, the verbal concordance in the third person plural is a variable principle, ruled by linguistic and social factors, a survey followed by a codification of a hundred (100) occurrences, totalizing three thousand and two hundred (3,200), was done. In order to check the conditioning linguistic factors in the use of the rule in question, it was considered the NP subject constitution: its carrying out, position and distance from the subject in the clause, the semantic characteristic of the subject, the type of the verb, the tense and the verb conjugation, besides the phonic projection. As for the evaluation of the social factors' influence on the rule, which has been investigated, it was also considered the sex of the informers, three age groups and three schooling levels. The data were codified, quantified and analyzed, from the defining factor groups, to quantification in the VARBRUL program. Aiming to establish the differences and/or similarities in the linguistic behavior between men and women, the analysis was based in two criteria: the first one, named as, in which the considered data was general, comprised all the points and was divided in two moments: **first instance linguistic variation** and **second instance linguistic variation**. The results of the analysis made evident the existence of a context in a stable variation in the community, with percentages from 49% to Ø / and from 51% of / N in P6. The linguistic group, phonic salience and the social characteristic and schooling level were the most important ones for the achievement of the final results.

**Keywords:** factors social, factors linguistic, phonic salience, schooling level, sociolinguistic, stable variation, Vitoria da Conquista.

## LISTA DE QUADROS

		FL. Nº
Quadro 1	Sistema dos Morfemas Número-Pessoais da Escrita , no Período Arcaico.	67
Quadro 2	Seis Pessoas Flexionadas (adaptação com base em Cunha e Cintra , 1985)	69
Quadro 3	Três Pessoas do Discurso para o Singular e Plural (adaptação com base em Bechara (2001)	70
Quadro 4	P 1, 2, 3 Formas do Singular e P 4,5,6 Formas do Plural. (adaptação com base em Infante ( 1985)	71
Quadro 5	Resumo dos SNPs Gerais e Alomórficos (adaptação com base em Câmara Jr. (1992 )	74
Quadro 6	Grupo da Variável Dependente	187
Quadro 7	Grupo de Fatores 1: Código, Constituição do SN Sujeito	187
Quadro 8	Grupo de Fatores 2: Código, Posição e Distância do Sujeito na Oração	187
Quadro 9	Grupo de Fatores 3: Código, Traço Semântico do Sujeito	188
Quadro 10	Grupo de Fatores 4: Código, Níveis de Saliência Fônica	188
Quadro 11	Grupo de Fatores 5: Código, Tempos Verbais	188
Quadro 12	Grupo de Fatores 6: Código, Tipos de Verbos	189
Quadro 13	Grupo de Fatores 7: Código, Conjugação Verbal	189
Quadro 14	Grupo de Fatores 8: Código, Sexo e Respectiva Quantidade de Informantes	189
Quadro 15	Grupo de Fatores 9: Código, Faixas e Respectivas Idades	189
Quadro 16	Grupo de Fatores 10: Código, Escolaridade e Respectiva Quantidade de Informantes	189

## LISTA DE FIGURAS

		FL. Nº
Figura 1	Pesos Relativos de /Ø/ Variável Saliência Fônica	120
Figura 2	Pesos Relativos de Marca / Ø / dos Subgrupos da Realização, Posição e Distância do Sujeito	126
Figura 3	Pesos Relativos de /Ø/ Variável Constituição do SN Sujeito	131
Figura 4	Pesos Relativos de / Ø / Variável Traço Semântico do Sujeito	134
Figura 5	Pesos Relativos de /Ø/ Variável Tempo Verbal	139
Figura 6	Pesos Relativos de /Ø/ Variável Tipo de Verbo	144
Figura 7	Pesos Relativos de /Ø/ Variável Conjugação Verbal	145
Figura 8	Pesos Relativos de /Ø/ Variável Nível de Escolaridade	149
Figura 9	Pesos Relativos de /Ø/ Variável Faixa Etária	151
Figura 10	Pesos Relativos de /Ø/ Variável Sexo	153
Figura 11	Pesos Relativos de Marca / Ø / Cruzamento das Variáveis Faixa Etária e Sexo	154
Figura 12	Pesos Relativos de Marca / Ø / Cruzamento das Variáveis Faixa Etária e Escolaridade	156
Figura 13	Pesos Relativos de / Ø / do Cruzamento Variáveis Sexo e Escolaridade	158

## LISTA DE TABELAS

	FL. Nº
Tabela 1	Frequências e Pesos Relativos do Grupo Saliência Fônica. 118
Tabela 2	Frequências e Pesos Relativos de Marca Zero de concordância, considerando a posição do sujeito na oração. 123
Tabela 3	Frequências e Pesos Relativos de Marca Zero, considerando a constituição do SN sujeito que acompanha o verbo na oração. 128
Tabela 4	Frequências e Pesos Relativos de Marca Zero de concordância, considerando o Traço Semântico do Sujeito. 133
Tabela 5	Frequências e Pesos Relativos de Marca Zero de concordância, considerando o Tempo Verbal. 135
Tabela 6	Frequências e Pesos Relativos de Marca Zero de concordância, considerando o Tipo de Verbo. 142
Tabela 7	Frequências e Pesos Relativos de Marca Zero de concordância, considerando a Conjugação Verbal. 144
Tabela 8	Frequências e Pesos Relativos de Marca Zero, considerando o Grau de Escolaridade. 147
Tabela 9	Frequências e Pesos Relativos de Marca Zero de concordância, considerando a Faixa Etária. 150
Tabela 10	Frequências e Pesos Relativos de Marca Zero de concordância, considerando o Sexo dos Informantes. 151
Tabela 11	Frequências e Pesos Relativos de Marca Zero de concordância, considerando o Cruzamento entre Faixa Etária e Sexo. 154
Tabela 12	Frequências e Pesos Relativos de Marca Zero de concordância, considerando o Cruzamento entre a Faixa Etária e a Escolaridade. 155
Tabela 13	Frequências e Pesos Relativos de Marca Zero de Concordância: Sexo e Escolaridade. 157

## LISTA DE SÍMBOLOS

/N/	Variante com marca explícita de plural
/ø/	Variante com marca zero de plural
⊕	Categoria + teta
%	Percentual

## LISTA DE SIGLAS

<b>A</b>	Sujeito [- Humano / + Animado]
<b>ABS</b>	Sujeito [+ Abstrato / - Animado]
<b>ALiB</b>	Atlas Lingüístico do Brasil
<b>ALPb</b>	Atlas Lingüístico da Paraíba
<b>ALS</b>	Atlas Lingüístico de Sergipe
<b>ALPr</b>	Atlas Lingüístico do Paraná
<b>APFB</b>	Atlas Prévio dos Falares Baianos
<b>APL</b>	Aplicação
<b>EALMG</b>	Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais
<b>C</b>	Conjugação
<b>CaD</b>	SN Sujeito Composto Formado por Substantivo, com Determinante ou não
<b>CI</b>	Primeira Conjugação
<b>CII</b>	Segunda Conjugação
<b>CIII</b>	Terceira Conjugação
<b>COD</b>	Código
<b>CONC</b>	Sujeito [+ Concreto / - Animado]
<b>CV</b>	Concordância Verbal
<b>EN</b>	Sujeito Anteposto, Presente na Pergunta do Entrevistador com Estímulo para / N /
<b>EO</b>	Sujeito Anteposto, Presente na Pergunta do Entrevistador com Estímulo para / Ø /
<b>F</b>	Feminino
<b>F1</b>	Faixa 1
<b>F2</b>	Faixa 2
<b>F3</b>	Faixa 3
<b>GT</b>	Gramática Tradicional
<b>GU</b>	Gramática Universal
<b>HÁ</b>	Sujeito [+ / - Humano + Animado]
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IdFt2</b>	Futuro do Pretérito do Indicativo
<b>IdPr</b>	Presente do Indicativo
<b>IdPt1</b>	Pretérito Imperfeito do Indicativo
<b>IdPt2</b>	Pretérito Perfeito do Indicativo
<b>If</b>	Infinitivo
<b>IP</b>	Sujeito Anteposto Imediatamente Próximo ao Verbo
<b>LAD</b>	Language Acquisition Device
<b>M</b>	Masculino
<b>NF</b>	Nível Fundamental
<b>NM</b>	Nível Médio
<b>NR</b>	Sujeito Não Realizado Recuperável pelo Contexto
<b>NU</b>	Nível Universitário
<b>NURC</b>	Norma Urbana Culta
<b>AO</b>	Sujeito Anteposto, Presente em Oração Anterior
<b>PB</b>	Português do Brasil
<b>PROHPOR</b>	Projeto para a história do português brasileiro
<b>P1</b>	Primeira Pessoa do Singular
<b>P2</b>	Segunda Pessoa do Singular
<b>P3</b>	Terceira Pessoa do Singular
<b>P4</b>	Primeira Pessoa do Plural
<b>P5</b>	Segunda Pessoa do Plural
<b>P6</b>	Terceira Pessoa do plural
<b>PI</b>	SN Sujeito Formado por Pronome Indefinido
<b>PP</b>	Sujeito Posposto Ao Verbo
<b>PPB</b>	Português Popular Brasileiro
<b>PR</b>	Peso Relativo
<b>Pr</b>	SN Sujeito Constituído de Pronome Relativo
<b>RJ</b>	Rio de Janeiro
<b>Sb2Ft</b>	Futuro do Subjuntivo
<b>Sb2Pr</b>	Presente do Subjuntivo

<b>Sb2Pt</b>	Pretérito Imperfeito do Subjuntivo
<b>SCDnSP</b>	SN Sujeito Simples ou Composto com Constituintes do Tipo Determinante + Núcleo + Sintagma Preposicional
<b>SAD</b>	SN Sujeito Simples Formado por Substantivo Acompanhado de Determinante do Tipo Artigo, Pronomes Possessivo, Demonstrativo ou Indefinido e Numeral
<b>SCPP</b>	SN Sujeito Simples ou Composto Formado por Substantivo e Pronome Pessoal
<b>SMT</b>	Sufixo Modo – Temporal
<b>SN</b>	Sintagma Nominal
<b>SNP</b>	Sufixo Número – Pessoal
<b>SNs</b>	Sintagmas Nominais
<b>SP</b>	São Paulo
<b>SPP</b>	SN Sujeito Simples Formado por Pronome Pessoal do Caso Reto
<b>SsD</b>	SN Sujeito Simples Formado por Substantivo sem Determinante
<b>STV</b>	Sintagma Verbal
<b>SUQ</b>	Sujeito Anteposto, Separado do Verbo por 4 ou mais Sílabas
<b>SUT</b>	Sujeito Anteposto, Separado do Verbo por 1 a 3 Sílabas
<b>SV</b>	Sujeito Verbo
<b>SVO</b>	Sujeito Verbo Objeto
<b>TRL</b>	Teoria de Regência e Ligação
<b>UESB</b>	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
<b>UFBA</b>	Universidade Federal da Bahia
<b>VA</b>	Verbo Auxiliar
<b>VASBA</b>	Variação no Sudoeste da Bahia
<b>VALPB</b>	Variação Lingüística na Paraíba
<b>VARSUL</b>	Variação na Região Sul
<b>VI</b>	Verbo Intransitivo
<b>VL</b>	Verbo de Ligação
<b>VS</b>	Verbo Sujeito
<b>VTr</b>	Verbo Transitivo

# SUMÁRIO

Pág.

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
1.1 DA EMERGÊNCIA DE UM ESTUDO LINGÜÍSTICO EM VITÓRIA DA CONQUISTA.....	18
1.1.1 Do Desejo à Concretização da Pesquisa.....	21
<b>2 DA ESCOLHA TEÓRICA .....</b>	<b>26</b>
2.1 DAS REFLEXÕES SOBRE LÍNGUA AO LONGO DO TEMPO.....	26
2.1.1 Da Pré-lingüística à Lingüística Histórica: rápido percurso pelas reflexões sobre língua ao longo do tempo .....	27
2.1.2 O século XX e o Estruturalismo – A Língua como Sistema de Signos .....	37
2.1.3 Ainda no século XX: o Gerativismo e uma visão biológica de língua.....	42
2.1.4 A Sociolingüística e o postulado Laboviano: a língua como irremediavelmente ligada à sociedade .....	51
<b>3 DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>64</b>
3.1 DA REALIDADE LINGÜÍSTICA BRASILEIRA COMO FOCO DE OBSERVAÇÃO .....	64
3.1.1 Do Estudo sobre o Verbo e a Concordância Verbal: Propostas Tradicionais .....	65
3.1.2 Do estudo sobre o verbo e a concordância verbal: visões descritivas.....	73
3.1.3 Das pesquisas em Dialectologia e Sociolingüística.....	77
3.1.4 As Pesquisas Sobre o PB e a Investigação Sobre a Concordância Verbal .....	79
<b>4 DA ESCOLHA METODOLÓGICA .....</b>	<b>84</b>
4.1 DA METODOLOGIA COMO UMA ESPECIFICIDADE TEÓRICA.....	84
4.2 DA ESCOLHA DA LOCALIDADE: A HISTÓRIA .....	84
4.2.1 Vitória da Conquista: De Terra de Índio à Edificação do Terceiro Maior Município da Bahia.....	84
4.3 DA POPULAÇÃO E AMOSTRAGEM: A SELEÇÃO DOS INFORMANTES.....	86
4.4 DO INSTRUMENTO DE PESQUISA .....	88
4.5 DA COLETA DOS DADOS: A BUSCA DO VERNÁCULO.....	88
4.5.1 Da Coleta dos Dados: A Transcrição .....	89
4.5.2 Da Coleta dos Dados: o <i>Corpus</i> em Análise .....	90
4.5.3 Do Tratamento e Seleção dos Dados: A Recolha dos Exemplos .....	91
4.6 DA DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS: A VARIÁVEL DEPENDENTE.....	93
4.6.1 Da Definição das Variáveis: As Variáveis Independentes ou Grupos de Fatores.....	94
4.6.1.1 DOS GRUPOS DE FATORES: OS GRUPOS LINGÜÍSTICOS .....	95
4.6.1.1.1 Constituição do SN Sujeito .....	95
4.6.1.1.2 Traço Semântico do Sujeito.....	96
4.6.1.1.3 Realização, Posição e Distância do Sujeito na Oração.....	97

4.6.1.1.4 Saliência fônica.....	98
4.6.1.1.5 Tempo Verbal.....	100
4.6.1.1.6 Conjugação Verbal.....	101
4.6.1.1.7 Tipo de verbo.....	101
4.6.1.2 DOS GRUPOS DE FATORES: OS FATORES SOCIAIS.....	102
4.6.1.2 1 Sexo.....	103
4.6.1.2 2 Faixa Etária.....	103
4.6.1.2 3 Grau de Escolaridade.....	104
4.7 DA QUANTIFICAÇÃO DOS DADOS: O PACOTE VARBRUL E A PREPARAÇÃO PARA A ANÁLISE QUANTITATIVA.....	105
4.7.1 Da Quantificação dos Dados: A Importância dos Pesos Relativos.....	107
<b>5 DA ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>111</b>
5.1 O ESTUDO SOBRE A CONCORDÂNCIA VERBAL EM VITÓRIA DA CONQUISTA: MAIS UMA CONTRIBUIÇÃO À PESQUISA SOCIOLINGÜÍSTICA NO BRASIL.....	111
5.2 DESCRIÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS DADOS.....	112
5.3 AS VARIÁVEIS LINGÜÍSTICAS:.....	114
5.3.1 PRIMEIRA INSTÂNCIA.....	114
5.3.1.1 A Saliência Fônica.....	115
5.3.1.2 Realização, Posição e Distância do Sujeito na Oração.....	121
5.3.1.3 Constituição do SN sujeito.....	126
5.3.1.4 Traço Semântico do Sujeito.....	131
5.3.2 SEGUNDA INSTÂNCIA.....	134
5.3.2.1 Tempo Verbal.....	135
5.3.2.2 Tipo de Verbo.....	140
5.3.2.3 Conjugação Verbal.....	144
5.4 AS VARIÁVEIS SOCIAIS:.....	146
5.4.1 INDIVIDUAL.....	147
5.4.1 1 Grau de Escolaridade.....	147
5.4.1.2 Faixa Etária.....	149
5.4.1.3 Sexo.....	151
5.4.2 CRUZAMENTO DE FATORES SOCIAIS.....	153
5.4.2.1 Faixa Etária e Sexo.....	153
5.4.2.2 Faixa etária e Grau de escolaridade.....	155
5.4.2.3 Cruzamento: Sexo e Grau de Escolaridade.....	157
<b>6 DA CONCLUSÃO.....</b>	<b>159</b>
6.1 CONCORDÂNCIA VERBAL EM VITÓRIA DA CONQUISTA: VARIAÇÃO ESTÁVEL OU MUDANÇA EM PROGRESSO?.....	159
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>164</b>
7.1 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA E ENSINO.....	164
<b>8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>166</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>178</b>

## 1 INTRODUÇÃO

É o instrumento de comunicação que permite a diferenciação entre os membros de uma nação e outra. No entanto, a diversidade lingüística não ocorre apenas entre fronteiras, pois, num mesmo local, pode ocorrer tal diversidade. Do ponto de vista sincrônico é possível perceber que a nossa língua não é igual dentro do seu próprio limite geográfico, pois, pelo modo de falar, distinguimos um nordestino de um paulista.

Dessa forma, as diferenças entre idiomas que caracterizam e identificam os nativos de uma nação estão longe de ser o único ou principal fator da diversidade. Como afirma Camacho (1978, p.4), “uma língua é um objeto histórico, enquanto saber transmitido, estando, portanto, sujeito às eventualidades próprias de tal tipo de objeto. Isso significa que se transforma no tempo e se diversifica no espaço”. Logo, uma língua pode ser semelhante, mas nunca idêntica a de uma etapa anterior.

É necessário que se considere que poucos países conseguem reunir tanta multiplicidade como o nosso. No Brasil, além das diversidades de nível cultural, étnica, geográfica, climática etc, convive-se ainda com a diversidade lingüística. Temos cerca de 180 línguas indígenas e algumas comunidades bilíngües que falam português, espanhol, italiano etc.

No Brasil, busca-se uma nação multiétnica com grupos sociais conscientes da cultura e identidade lingüísticas locais e imbuídas de sua inserção nacional. Por isso, é necessário que se repudie a discriminação de base imperialista, a fim de que se defenda a implantação e permanência de atividade lingüística que busque a equivalência de *status* social das línguas e suas variedades.

É fato confirmado, por várias pesquisas, a existência de uma realidade lingüística bipolarizada no PB: de um lado, temos uma norma culta; um padrão na maioria das vezes

relacionado às camadas mais elitizadas e, conseqüentemente, mais escolarizadas; de outro, uma norma vernacular, ou não-padrão, ligada à camada popular, com menor poder aquisitivo, e também menos escolarizada.

Isso não significa que não existam na classe popular pessoas com escolarização, nem que na classe mais elitizada não existam pessoas sem escolaridade; o que estamos dizendo é que, por questões sociais, econômicas, políticas, governamentais etc, nesta muito mais que naquela o número de pessoas escolarizadas é maior.

Inclusive é pela consciência dessa realidade que os estudos sociolinguísticos têm se expandido e se constituído em fontes de dados seguros acerca da realidade social e linguística do Brasil.

Buscando conhecer, lingüisticamente, mais um ponto do nosso território, e assim contribuir para os avanços desses estudos é que desenvolvemos essa pesquisa, cujo enfoque incide sobre a concordância verbal (CV) de terceira pessoa do plural (P6) nos falantes de Vitória da Conquista. Outros objetivos também nos guiaram, os quais apresentamos a seguir.

## 1.1 DA EMERGÊNCIA DE UM ESTUDO LINGÜÍSTICO EM VITÓRIA DA CONQUISTA

A cidade de Vitória da Conquista, comunidade onde foi desenvolvida a pesquisa, está inserida no planalto de Conquista, região do Sudoeste da Bahia<sup>1</sup>. A população do Município, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>2</sup>, é de 262.494 habitantes. Essa população começou a desenvolver-se em maior escala a partir de 1940 com a abertura da BR 116 Rio-Bahia, que possibilitou maior conhecimento do município e uma

---

<sup>1</sup> No anexo H, encontra-se uma cópia do mapa dessa região.

<sup>2</sup> 2000

constante migração, acentuada na década de 1970 com a implantação do pólo cafeeiro. Essa é uma localidade que diariamente recebe centenas de pessoas das cidades circunvizinhas, pois, ao longo dos anos, foi se constituindo em pólo comercial e cultural, atraindo uma gama bastante alta de indivíduos de outros locais.

Trata-se de um município que se projeta no campo educacional, comportando diversas escolas municipais, estaduais e particulares. No geral, essas escolas têm, em seu quadro docente, ex-alunos da única universidade aqui implantada. Esta, que começou como uma Faculdade de Formação de Professores com apenas três cursos, adquiriu, em 1980, o título de Autarquia, sendo hoje denominada Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

De caráter *multicampi*, a UESB, hoje, abrange três municípios, sendo, pois, uma universidade composta por três *campi*: um, a sede, em Vitória da Conquista; e outros dois, um *campus* em Jequié e outro em Itapetinga. Essa expansão geográfica gerou também uma expansão no número de cursos, o que fez com que a instituição saísse, assim, de um quadro de três para o que se tem hoje: algo em torno de vinte e oito (28) cursos de Graduação já em andamento e mais cerca de seis (06) em fase de implantação. Vários cursos de Pós-graduação *lato sensu* e alguns poucos em nível de Mestrado também foram criados.

Esse avanço da universidade vem beneficiando, intelectual e economicamente, as três cidades, devido aos projetos de pesquisa e extensão que têm sido fomentados. E mais diretamente a economia das já mencionadas localidades tem crescido, pois a presença dos *campi* universitários, nos três municípios, acabou por atrair estudantes da região Sudoeste, bem como de outras regiões da Bahia, em particular, e do Brasil, em geral.

Esse contingente fez com que outras instituições de ensino aqui se estabelecessem. De maneira que Vitória da Conquista conta, além da UESB, com mais três faculdades particulares.

Além do grande volume populacional que o pólo comercial já atraía, as instituições de ensino têm contribuído para tornar Conquista uma cidade de feição populacional múltipla e de economia promissora.

Porém, a despeito do avanço educacional que essa cidade alcançou, do ganho que a população local obteve através da atuação direta ou indireta da universidade na melhoria da qualidade de vida dos moradores de aqui; e, principalmente, de ter sido o Curso de Letras um daqueles três primeiros da Faculdade de Formação de Professores, um fato não pode deixar de ser mencionado: essa é uma comunidade que muito pouco foi estudada, no tocante ao aspecto lingüístico, sendo, pois, um plantel vasto para estudos nesta área de conhecimento.

Ao longo de sua história, de mais de vinte anos, o curso de Letras tem sido o responsável pela formação dos professores de Língua Portuguesa e Literatura da região Sudoeste. Entretanto, durante boa parte desse tempo, pouco contribuiu para a expansão de pesquisas que evidenciassem nossa realidade lingüística. Contudo, essa situação vem sendo modificada.

Num primeiro momento, uma tentativa foi proposta através do Projeto de Pesquisa Variação no Sudoeste da Bahia (VASBA), que propunha uma investigação sobre o português falado nessa comunidade. Tendo sido abandonado tempos mais tarde, desse projeto restou o desejo, por parte de alguns professores, de dar continuidade ao que era uma busca de crescimento teórico-científico, bem como, uma tentativa de conhecer a realidade lingüística do local que é a terra natal de muitos dos docentes do curso em questão.

É em decorrência da dedicação, resultante do desejo de alguns, de que falamos anteriormente, que essa dissertação está podendo ser escrita hoje. Eu, fruto desse curso, e atual professora de Língua Portuguesa, do quadro permanente da Instituição, absorvi o sonho e tomei para mim uma parcela da responsabilidade de contribuir para a investigação e estudo acerca dessa comunidade, a fim de que mais tarde nós, eu e meus ex-professores e atuais

colegas, possamos ver os resultados deste e de outros trabalhos (vários já em andamento) refletidos na atuação dos nossos alunos nas escolas daqui e na projeção do curso e da localidade no meio científico, especialmente no tocante ao campo das pesquisas lingüísticas.

### **1.1.1 Do Desejo à Concretização da Pesquisa**

Buscamos, portanto, conhecer e analisar essa localidade, a partir de uma sub-área da lingüística, que desponta no contexto dos estudos lingüísticos brasileiros, como uma área fértil e desafiadora, que parte do pressuposto básico de que é necessário, para a compreensão da realidade lingüística de uma comunidade, precipuamente compreender a sua realidade social, traçando, assim, um perfil não apenas lingüístico, mas o seu perfil sociolingüístico. Considerando-se que vivemos num país socialmente estratificado, já teríamos aí uma boa justificativa para um trabalho dessa natureza.

Assim, o presente trabalho versa sobre a Concordância Verbal (CV) de 3ª Pessoa do Plural (P6) na fala dos falantes de Vitória da Conquista, à luz dos pressupostos da Teoria da Variação Laboviana, ou Sociolingüística Quantitativa.

A proposta partiu da constatação da divergência entre a variedade lingüística usada pelos falantes dessa comunidade e a variedade lingüística padrão que a escola tenta lhes ensinar. Sabemos que essa não é uma abordagem nova, ao contrário, este trabalho se apóia em inúmeras considerações sobre o assunto.

Weinreich, Labov e Herzog (1968) postulam que há necessidade de se verificarem as condições sob as quais se manifesta uma determinada variação, pois existe influência contínua

e mensurável de fatores estruturais e sociais sobre a variação lingüística, que pode representar uma mudança em progresso ou constituir uma variável estável. Em sua opinião, é preciso que se identifiquem os fatores que favorecem ou inibem a aplicação de uma regra. Por isso, elencamos alguns grupos de fatores lingüísticos e sociais que poderiam ser estudados através de uma análise quantitativa. Essas foram as posições que orientaram a pesquisa que desenvolvemos sobre a CV de P6 nos falantes de Vitória da Conquista.

Concebendo, pois, a língua como um instrumento social que está sujeita à mudança tanto por influências de fatores lingüísticos quanto de fatores extralingüísticas, buscamos traçar o comportamento lingüístico dos falantes dessa comunidade a fim de que os resultados encontrados pudessem confirmar a hipótese de que nessa comunidade a regra de concordância verbal em P6 é uma regra variável.

Os resultados que encontramos nos possibilitaram atingir os objetivos que orientaram o desenvolvimento da pesquisa, que resultou na elaboração do trabalho ora apresentado. Em nossas análises expostas no capítulo cinco, atingimos alguns dos nossos propósitos, os quais são transcritos abaixo:

- Confirmar a hipótese de que a Concordância Verbal (CV) em P6 é uma regra variável, condicionada por fatores lingüísticos e sociais;
- Determinar quais fatores estão interagindo na determinação do uso das variantes lingüísticas / N / e o uso de / Ø / previstas para a CV em P6, no dialeto de Vitória da Conquista;
- Verificar se a situação lingüística indica mudança em progresso ou variação estável;
- Comparar os nossos resultados com os de outros pesquisadores e, assim, salientar semelhanças e divergências dialetais entre os usos daqui e os encontrados em outras localidades já estudadas no Brasil;

- Divulgar a pesquisa e, dessa maneira, contribuir para o avanço dos estudos sociolinguísticos no país com mais um dado sobre a CV no Português do Brasil (PB).

Além desses, temos outros objetivos, entretanto eles só poderão ser cumpridos após a divulgação dos resultados da pesquisa, uma vez que esperamos contribuir com as discussões sobre o PB e sobre o nosso dialeto, para a melhoria na formação dos alunos do curso de Letras da UESB, a fim de que isso se reflita na sua atuação como professores de língua materna nas escolas da Região Sudoeste. Também esperamos que esse trabalho sirva como subsídio para os atuais professores da região no desenvolvimento das atividades que se referem ao ensino da língua e seus aspectos variáveis.

Buscando cumprir esses objetivos, percorremos um longo caminho, de forma que esse trabalho, organizado na seqüência do percurso que empreendemos, está dividido em oito partes, incluindo esta **Introdução – capítulo 1**. Além desta, as outras são fundamentais e serão apresentadas, sucintamente, a seguir.

**Da escolha teórica** é aquilo que compõe a segunda parte da dissertação. Trata-se do **Capítulo 2**, que está organizado em cinco seções: **2.1**, em que fazemos uma apresentação do mesmo. Nas três seguintes, ainda que sucintamente, buscamos um mesmo propósito: tratar das concepções de língua ao longo do tempo. Assim, na **seção 2.1.1**, tentamos fazer um percurso pelas concepções de língua da Pré-lingüística à Lingüística Histórica; em **2.1.2**, trazemos os postulados do Estruturalismo e sua visão de língua como sistema; já em **2.1.3**, tratamos da proposta biologizante de língua, do Gerativismo. É necessário dizer que essas três seções foram propostas, a fim de que pudéssemos situar a escolha teórica que fizemos. Dessa maneira, na seção **2.1.4**, por fim, apresentamos a teoria que orientou o nosso trabalho: a Sociolinguística e o postulado de língua laboviano.

No **Capítulo 3**, pretendemos fazer uma **revisão sobre o tema**. Essa revisão parte da apresentação das propostas tradicionais, **3.1.1**, e descritivas, **3.1.2**, para o estudo da CV, bem como da exposição de trabalhos que partem de outras maneiras de estudá-la, apresentados em **3.1.3**, na qual são elencadas algumas das contribuições das pesquisas dialetológicas e sociolinguísticas no Brasil, e em **3.1.4** trazemos algumas das discussões e resultados de pesquisas sobre a CV no Português Brasileiro, doravante PB.

A quarta é a parte em que tratamos da metodologia adotada na pesquisa, por isso é também chamada de **Capítulo 4** ou **da escolha metodológica**. Está dividida em algumas seções: **4.1** em que tratamos da relação intrínseca que deve existir entre a metodologia e a teoria de que uma pesquisa parte; a **4.2** em que apresentamos um pouco da história da localidade. Na seção **4.3** falamos da seleção dos informantes; em **4.4** apresentamos os instrumentos de pesquisa. Já na **4.5** tratamos da coleta, tratamento e transcrição dos dados. **4.6** é a parte em que tratamos das variáveis dependentes e independentes; e na seção **4.7** tratamos do programa VARBRUL e da quantificação dos dados em pesos relativos.

O **Quinto Capítulo** é dedicado à **análise dos dados**. Dadas as circunstâncias impostas pelo programa Varbrul, as variáveis linguísticas propostas não puderam ser rodadas todas ao mesmo tempo, de maneira que os sete grupos foram divididos e rodados separadamente. Na seção **5.2** tratamos da descrição e apresentação dos dados; na **5.3** apresentamos as variáveis linguísticas divididas em duas subseções: **5.3.1 primeira instância** que inclui quatro dos sete fatores linguísticos propostos; e, em **5.3.2**, os demais fatores linguísticos, denominada **segunda instância**. Terminada essa primeira parte da análise, em **5.4**, apresentam-se os fatores sociais. Estes aparecem sozinhos em **5.4.1 – individual**, e em **5.4.2** em **cruzamentos** que achamos conveniente fazer.

No **Capítulo 6**, dessa dissertação, dedicamo-nos a concluir o trabalho. Em **da conclusão dos dados**, traçamos uma visão geral dos fatores condicionantes para a situação

encontrada na localidade e fazemos algumas considerações acerca da variação estável e da mudança em progresso.

No **Capítulo 7**, a que denominamos **considerações finais**, fazemos algumas reflexões sobre a variação lingüística e o ensino de língua materna em nossas escolas.

Por fim, o leitor ainda encontrará, em **8**, as **referências bibliográficas** adotadas em nossas discussões. E também alguns **Anexos** que julgamos necessários incluir.

## 2 DA ESCOLHA TEÓRICA

### 2.1 DAS REFLEXÕES SOBRE LÍNGUA AO LONGO DO TEMPO

A linguagem humana, em virtude da própria naturalidade com que é adquirida e/ou “praticada” pelos seres humanos, é muitas vezes vista como algo banal, trivial. Entretanto, a língua falada é o “motor” da comunicação, diferentemente da escrita, algo opcional, como considera Pinker (2002). Contudo, o número de pessoas que se detêm na reflexão sobre a linguagem não tem a mesma proporção do das pessoas que a usam. Isso não significa que não exista curiosidade em torno dela. Ao contrário, na história é possível detectar alguns pontos que trazem à tona os estudos sobre a linguagem como inerente ao ser humano.

Num primeiro momento, as reflexões acerca da linguagem pretendiam desvendar aquilo que se praticava. Num segundo, por sua vez, buscava-se entender a linguagem como o ato que liga o homem ao mundo, isto é, como via de acesso daquele às leis sociais. A linguagem se realiza historicamente a partir de sistemas ou línguas. Logo, o que foi dito por Meillet (1954), Labov (1972) e tantos outros é retomado por Bechara (2001, p.29) que diz que “não existe língua desacompanhada de sua referência histórica”.

Pela língua uma comunidade se beneficia, desenvolve-se, cria teorias; pela língua a humanidade caminha. A linguagem está associada à própria vida. As pessoas precisam dela porque precisam se comunicar para viverem. Conscientes disso, desde muito cedo, estudiosos e curiosos se debruçaram sobre esse objeto fascinante. Mas, ao longo dos tempos, os debates sobre língua, sociedade, variação e mudança não se deram de forma harmônica, muitas foram as controvérsias que estiveram no bojo dessas discussões. Dessa forma, nos dedicaremos a

fazer uma retrospectiva sobre os encontros e desencontros que permearam as investigações em torno da linguagem.

### **2.1.1 Da Pré-lingüística à Lingüística Histórica: rápido percurso pelas reflexões sobre língua ao longo do tempo**

Conforme Câmara Jr. (1986), o advento da escrita é algo que acaba por levar o homem a perceber a existência de formas lingüísticas. Logicamente, nesse momento, a associação mais próxima que é feita é a da relação entre os sons da linguagem e a convenção escrita. Dessa maneira, equivocadamente, a forma de falar é associada à linguagem escrita.

Esse autor acrescenta que, ligadas a essa concepção, surgem outras de conotação social e política de comportamento social. A linguagem passa, assim, a ser vista como uma marca de *status social*. Percebendo esse fato, as classes dominantes passam a impor e a preservar os traços lingüísticos que consideram “corretos” em relação às classes ditas inferiores, procurando, a fim de preservá-los, transmiti-los de geração em geração. Assim, em princípio, o que pode ter norteado os estudos sobre a linguagem foi essa tentativa de manutenção de uma língua “inalterada”, “correta”. Isso mais tarde culmina na criação tradicional da *Gramática*. Nessa perspectiva, os traços da linguagem são estudados de forma sistematicamente prescritiva.

O contato entre os povos também desperta a necessidade de investigação em relação à linguagem, a fim de que se fomentasse uma intercompreensão entre eles, donde surge uma curiosidade, relacionada aos contrastes entre os idiomas, isto é, “o estudo da língua estrangeira” (CÂMARA JR., 1986, p.10).

Segundo Abreu (1997), no século XVII, De Amos Comenius (1623) propunha que as línguas estrangeiras deveriam ser ensinadas quando necessárias, a fim de propiciar a comunicação com países vizinhos. Conforme a autora, Sweet (1899), Jespersen (1904), Palmer (1917, 1921, 1932), Palmer e Fries (1925), Fries (1945) e Lado (1957) buscam mostrar o papel da gramática no ensino de segunda língua, uma vez que também para eles a linguagem é entendida como meio de comunicação.

Seguindo com o percurso histórico feito por Câmara Jr. (1986), dos questionamentos citados, surge um outro calcado numa percepção de que existe uma diferença entre o que é falado e o que foi escrito no passado; comparar a linguagem do passado com a do presente é o que o “Estudo Filológico da Linguagem” busca fazer.

Mais tarde, um “Estudo Lógico da Linguagem”, concepção proveniente de uma visão que não concebia a linguagem como estanque ao pensamento, acaba por entrelaçar linguagem e filosofia e fortalece a idéia do “certo” e do “errado”, emprestando-lhe um cunho “científico”, que reforça a ideologia das “classes superiores”. No Renascimento, iniciou-se um movimento, cujo objetivo era atualizar, dinamizar e revitalizar os estudos tradicionais, baseado no programa dos *studia humanitatis*, que incluíam poesia, filosofia, história, eloquência, disciplina esta resultante da fusão entre retórica e filosofia.

Conforme Robins (1981), levando-se em conta o fato de que, embora cultural, a linguagem depende das predisposições biológicas, sendo o que permite aos homens o desenvolvimento dela, tem-se um outro estudo: “O Estudo Biológico da Linguagem”. Dessa visão resultou o equívoco de se associar linguagem humana à *linguagem animal*. Mais tarde isso foi desmistificado por vários lingüistas.

Benveniste (1995) rebate essa associação, que é fortalecida, principalmente, a partir da descoberta de que as abelhas se “comunicavam”. Conforme o autor, as diferenças entre a hipotética comunicação das abelhas e a dos homens são muitas e apenas ajudam a “tomar

ciência do que caracteriza realmente a linguagem humana”. (p.65). Acerca disso Câmara Jr. (1973) se pronuncia:

Cumpra, antes de tudo, dissociar o conceito de linguagem do da nossa interpretação diante das coisas da natureza [...] para haver linguagem, é preciso, ao contrário, uma atividade mental tanto no ponto de partida quanto no ponto de chegada. (.p. 15).

Ou seja, é fundamental que haja, por parte de quem comunica, a intenção prévia de comunicar, e isso só é possível nos seres humanos.

Por outro lado, como mostra Robins (1981), ao entender o homem como fruto de uma relação histórica e social, surge uma visão que considera a linguagem como um acontecimento, que desenvolve historicamente “O Estudo Histórico da Linguagem”. Refletindo acerca da função social da linguagem, chega-se ao que foi denominado de “Estudo Descritivo”, sendo estes dois, o histórico e o descritivo, aquilo que vai se constituir no ponto de partida para o desenvolvimento da “Ciência da Linguagem” ou “Linguística”, que, conforme Bynon (1981, p.13), “busca investigar y describir la forma en que las lenguas cambian o mantienen su estructura em el curso del tiempo.”<sup>3</sup>

Embasada, portanto, nesses dois pontos, a Linguística parte do pressuposto de que a linguagem é um traço cultural da sociedade; tenta-se, dessa forma, “chegar a sua natureza, ou explicando as origens e desenvolvimento através do tempo ou o seu papel e meio de funcionamento real na sociedade” (CÂMARA JR., 1986 p. 13).

---

<sup>3</sup> Busca investigar e descrever a forma em que as línguas mudam ou mantêm sua estrutura no curso do tempo. (Tradução nossa)

Apesar de tais considerações, é necessário que se considere que a Lingüística é uma ciência nova, surgida na Europa no século XIX, e não teria se desenvolvido sem levar em conta os “Estudos Pré-lingüísticos e Paralingüísticos”, situados, especialmente, na antiguidade clássica, tendo se desenvolvido na Grécia e na Índia. Conforme Kristeva (1988), “na Índia, a organização da linguagem e da reflexão que a ela se refere, tomou uma direção totalmente diferente da das civilizações [mais primitivas] e talvez constitua a mais antiga base da abstração lingüística moderna” (p. 103).

Segundo a autora, a gramática indiana traz um aprofundado teor sobre a matéria fônica da língua, sons, articulação e significação e está embebida numa relação direta com a liturgia, os textos sagrados e o ritual *védicos*.

Sem entrar nos pormenores desses estudos, visto não ser este o objetivo do nosso trabalho, ratificamos que a língua, nos estudos indianos, não é vista como dissociada da sociedade, revelando as práticas sociais do povo *védico*.

Encontra-se em Câmara Jr. (1986) e Kristeva (1988), a informação de que também, na Grécia Antiga, Heráclito, Parmênides, Demócrito e outros discutiram questões lingüísticas, que foram, posteriormente, retomadas por Platão e Aristóteles. Platão mais tendente à filosofia de Heráclito, e Aristóteles à de Demócrito. Mais tarde, os *estóicos* e os *alexandrinos* se detiveram nas questões da linguagem. Aqueles, por exemplo, desenvolvendo estudo sistemático da gramática e, embora, diferindo-se de Aristóteles no aspecto filosófico e principalmente no que se referia à sua concepção de linguagem, embasaram-se nele para empreender tal estudo.

Conforme Câmara Jr. (1986), como um dos principais estudiosos *paralingüísticos* da linguagem, Platão a concebia como imposta aos homens pela natureza, ou originária do próprio julgamento humano. Aristóteles, por sua vez, acreditava ser a linguagem fruto de uma convenção entre os homens e procurou diferenciar “linguagem propriamente como um

produto de convenção, e o conteúdo da linguagem que está de conformidade com as coisas e assim o é”. (CÂMARA JR., 1986, p. 17). A língua, para a filosofia grega, não era um acontecimento histórico em mutação.

Os gregos desenvolvem uma análise da linguagem, fazendo asserções gramaticais, que geram debates quanto à natureza da gramática, ou seja, das regras subjacentes à linguagem. Conforme Hock (1986), os filósofos gregos tentam compreender como as línguas se estruturam para funcionar.

Os *analogistas* diziam que a linguagem é um sistema governado por leis, e, contrapondo-se a estes, os *anomalistas* afirmavam que não havia regularidade nela, sendo, dessa maneira, arbitrária. É o princípio do certo e do errado que está na base da concepção de linguagem e de gramática de ontem e de hoje, uma vez que parte da escrita para entender o funcionamento das línguas. (LYONS, 1979)

A escrita alfabética, tomada dos fenícios e adaptada às características gregas, e posteriormente aprimorada e divulgada ao mundo ocidental, refletia essa compreensão idealizada de linguagem. Segundo Kristeva (1988),

o pensamento grego entende a linguagem como um sistema formal, distinto de um exterior significado por ela (o real), e constituindo em si mesma um domínio próprio, um objeto de conhecimento particular, sem se confundir com o seu exterior material. (p. 127).

A Filologia surge, no período helenístico, em virtude do desejo que havia de se preservar os textos de poetas antigos, especialmente os de Homero. Assim, nas definições de língua subjazem noções ligadas a concepções gramaticais, como se fosse possível o código preexistir à própria língua. Como se, como afirma Martinet (1979, p. 43), a língua não representasse “uma organização *sui generis* dos dados da experiência”. Nas definições de gramática isso fica evidente.

Dionísio da Trácia, autor da mais antiga gramática que chegou aos nossos dias, não dá margens a dúvidas quanto a isso; para ele, “a gramática é o conhecimento prático dos usos gerais de poetas e escritores de prosa”, com o fim de “levar à apreciação da literatura grega clássica” (DA TRÁCIA, *apud* LOBATO, 1986, p.80 ). Acerca desse tema, Mattos e Silva (1996) afirma que:

a tradição gramatical normativo-prescritiva nasceu da percepção da unidade do grego apesar de sua diversidade e se desenvolveu em um esforço pedagógico para fixar a língua em um certo “estado de pureza”, para permitir o estudo dos escritores clássicos gregos, para que eles servissem de modelo a ser seguido. (p.22).

Assim, quando dominam o território grego, os romanos são dominados pela sua cultura e aplicam ao latim as propostas gregas, assumindo a mesma “noção de certo e errado” daqueles, tentando manter vivo o latim clássico, em detrimento de um latim plebeu que dia a dia se consolidava na fala das populações heterogêneas.

Kristeva (1988) diz que vários foram os estudos realizados com esse propósito. Varrão, Aristarco, Quintiliano, Donato, Prisciano e outros são alguns daqueles que intentaram tal tarefa.

Conforme Câmara Jr. (1986), na Idade Média, os *escolásticos* retomam os preceitos aristotélicos e reacendem também a disputa entre *anomalistas* e *analogistas*, agora em relação ao papel do gramático; indagam se o gramático deveria *melhorar* ou não a língua. Tais estudos se detinham no latim clássico, embora houvesse certa curiosidade acerca das línguas faladas pelos outros povos.

Ainda segundo esse autor, a partir do século XVI, surgem as gramáticas das línguas modernas que combinam orientações lógicas com intenção normativa. Contudo, o aspecto oral da língua passa a ser objeto de estudo, prosseguindo também no século XVII. Amparado numa visão biológica da linguagem, havia, nessa época, um interesse profundo, em estudar os *órgãos* da fala, bem como a produção dos sons da língua. O mais notável, nesse período, é o

despontar dos estudos voltados para a comparação e classificação das línguas. Esses estudos serão aprofundados no século seguinte com a corrente Histórico-comparativa.

A lingüística histórico-comparativa, desenvolvida no século XVIII, advogava que o reconhecimento das afinidades das línguas dependia das similaridades gramaticais e não vocabulares existentes entre elas. Segundo Cabrera (1995), a lingüística teórico-tipológica e a lingüística histórica nasceram e se desenvolveram quase que simultaneamente na Alemanha do século XIX, tendo como representantes, respectivamente, F. Bopp e W. Von Humboldt (1971). É, baseado na afirmação de Humboldt (1971) de que a língua faz uso infinito de meios finitos, que Chomsky (1957), mais tarde, dirá que, a partir de um número finito de regras, criamos um número infinito de frases.

Tais correntes foram unidas por lingüistas como A. F. Pott e A. Schleicher (cf. Câmara Jr., 1986), este último representante da lingüística histórico-comparativa daquele século. A coincidência de enfoque dessas correntes se deve ao fato de que a evolução das línguas não se dá em um mesmo ritmo. Ao contrário, como observa Cabrera (1995), quando comparadas, percebe-se que as línguas estão em momentos diferentes de sua evolução. Assim, a lingüística histórica e a teórico-comparativa acabam por se complementar porque a comparação permite que se vejam sincronicamente processos e fenômenos que não se poderiam estudar simultaneamente, apenas pela linha do tempo.

Dessa forma, a lingüística histórica alcança o nível científico quando o lingüista, partindo de uma orientação tipológica, examina várias línguas e percebe, na sincronia, as várias etapas do desenvolvimento histórico delas, uma vez que as leis diacrônicas são inevitáveis numa consideração científica de linguagem. A união de tais métodos é relevante, justamente porque o estudo tipológico pode ser útil quando os métodos genético e comparativo não dão resultados confiáveis. Uma maneira de relacionar diacronia com

tipologia é dizer que a primeira é gramática histórica a curto prazo e a segunda, gramática histórica a longo prazo, afirma Cabrera (1995).

Para Lehmann (1962), as línguas estão em constante movimento. Analisando-se textos de épocas anteriores, podem-se comprovar mudanças fonéticas, aquelas que afetam o som de uma língua, e as diferenças nas formas, ou mudanças morfológicas, pois, comparando-se várias línguas, percebe-se que todas elas mudam seu sistema de formas e seu sistema sintático.

Em lingüística histórica, estudam-se as diferenças existentes entre dois ou mais momentos de uma língua, ou dois ou mais dialetos, estes estudados pela geografia dialetal. Da comparação entre as línguas, nota-se que há grupos de línguas aparentadas entre si, isto é, que procedem de uma língua comum. Então, partindo-se de semelhanças ou diferenças sistemáticas, é possível estabelecer o parentesco. Usando-se o método comparativo pode-se reconstruir a história de formas da língua. Vale salientar que a lingüística histórica indoeuropéia só foi desenvolvida, no século XIX, graças às descrições do latim, do grego e do sânscrito, o que lhe garantiu o posto de ciência.

Diante do exposto até aqui, percebe-se que, embora meio enviesada e contraditória, as visões de língua ao longo da história têm oscilado de uma postura que admite a diferença, a evolução, bem como o parentesco entre as línguas, mas que, subjacentes aos métodos e propósitos utilizados pelos investigadores, lingüistas ou não, de certa maneira persistiu uma visão em que se equipara língua à escrita, à gramática, no sentido normativo do termo.

Um ponto, contudo, é tácito entre os vários estudos aqui citados: o reconhecimento da relação entre língua e sociedade, uma vez que foi o próprio desenvolver das sociedades que possibilitou e suscitou as indagações sobre ela. Dessa maneira, muito cedo se percebeu que a relação entre língua e sociedade não é de mera casualidade, muito pelo contrário, pode-se

afirmar que a existência de uma depende necessariamente da existência da outra, sendo, pois, difícil estabelecer quem é mais importante ou mesmo quem surgiu primeiro.

Como afirma Alkmim, “a história da humanidade é a história de seres organizados em sociedades e detentores de um sistema de comunicação oral, ou seja, de uma língua” (2001, p. 22). Dessa forma, o caráter social de uma língua não pode ser questionado, e deve estar no bojo das discussões acerca dos fenômenos lingüísticos.

Entretanto, seguindo os próprios limites históricos, percebemos que, embora admitida tal relação, não havia e não houve, com o advento do Estruturalismo Lingüístico e do Gerativismo, um interesse, um olhar que se voltasse para o estudo sistemático de tal relação. Ao contrário, foi necessário que se criasse, dentro dos estudos lingüísticos, uma área que tratasse dessa questão.

Mas é preciso que se observe que, mesmo nos estudos mais antigos, existiam pesquisadores que não só admitiam a língua como fator social, como também relacionavam a isso as “inovações” percebidas na fala dos povos. Um exemplo é o de Humboldt que, conforme Câmara Jr. (1973), dizia que a língua representava o domínio de atividade em que um povo se exprimia como tal, nele participando inteiramente. Para ele, as inovações lingüísticas espalhavam-se em virtude da igualdade espiritual de todos os falantes que participavam desse processo. A língua, para aquele autor, não é obra acabada, mas uma atividade ininterrupta, mesmo fixada através da escrita.

Na evolução das línguas, para Humboldt (1971), ocorre a fase em que o impulso criador de sons da língua ainda se encontra em desenvolvimento e em atividade viva e a fase, em que, depois de manifestar-se como forma exterior, surgem pausas aparentes, seguindo-se uma evidente diminuição daquele impulso físico criador. E novos princípios vitais e novas transformações da língua podem aparecer nesse período de enfraquecimento.

Ainda segundo o autor, na constituição da forma exterior da língua, participam dois elementos: um puramente orgânico e físico, e outro, espiritual. Do conflito entre essas duas concepções, nasceu a escola dos neogramáticos, que procuraram demonstrar a ação e o princípio da regularidade da mudança. De acordo com Weinreich, Labov e Herzog (1968), os princípios, legados de Herman Paul, são o que melhor reflete as conquistas neogramáticas que têm naquele seu maior expoente. Ele, bem como seus sucessores, interessaram-se pelas regularidades recorrentes das línguas, mas também reconhecem o ponto de vista dialetológico na mudança lingüística.

Entendendo que os estudiosos se filiam ao fazer científico inerente à sua época, é necessário que se considere o fato de que as teorias da linguagem, de ontem, ou atuais, sempre refletem concepções particulares de fenômeno lingüístico e compreensão distinta do papel deste na vida social. Com essa compreensão, é que continuaremos nosso percurso acerca das concepções de língua, agora enfocando os estudos lingüísticos mais atuais, quais sejam: o Estruturalismo e o Gerativismo, para, em seguida, determo-nos na sub-área da Lingüística que trata da relação entre língua e sociedade – a Sociolingüística.

As teorias lingüísticas que se seguem a partir do século XIX partem de visões diferenciadas quanto à relação entre língua e sociedade. Uma visão mais imanentista, defendida pelo estruturalismo e o gerativismo, embora admita não considera tal relação em suas análises. Com uma visão menos imanentista, caberá à dialetologia e à sociolingüística tal tarefa. Sigamos, então, com o Estruturalismo e seus opositores e, em seguida, com o Gerativismo.

### 2.1.2 O século XX e o Estruturalismo – A Língua como Sistema de Signos

Surgido no século XX, a partir das idéias de Ferdinand de Saussure (1999) com o Curso de Lingüística Geral, o Estruturalismo desponta, ainda que trazendo muito dos princípios gregos, como um divisor de águas na pesquisa lingüística. Aos estruturalistas, na pessoa do mestre da lingüística desse século – Saussure (1999) – importa a língua, sistema de signos, em oposição à fala. Nas palavras de Alkmim (2001), “a língua, enquanto sistema subjacente à atividade da fala, mais concretamente, é o sistema invariante que pode ser abstraído das múltiplas variações observáveis da fala. Da fala se ocupará a estilística, ou mais amplamente, a Lingüística Externa” (p.23).

Ao distinguir *langue / parole*, Saussure (1999, p. 22) afirma que a *langue* “é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que não pode nem criá-la nem modificá-la. Ela não existe senão em virtude de uma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade”, é de natureza homogênea. *Parole*, por sua vez, é a fala real tornada possível pela língua, é um ato individual de vontade e inteligência (cf. p. 22-25).

No Estruturalismo, a lingüística cuidará então de descrever o sistema formal, a língua. A fala, embora o próprio Saussure (1999) admita ser parte intrínseca da língua, sendo necessária para que esta se efetive, será colocada a parte, pois, sendo individual, está a mercê dos falantes; “a língua existe na coletividade” (p. 27), por isso, caberá à lingüística interna descrevê-la. Embora, pelo que se nota nas palavras do próprio Saussure (1999), a língua seja um fato social, passível de uma análise etnológica, histórica e política, o Estruturalismo vai se apoiar na idéia de que os fenômenos externos não devem ser necessariamente considerados para que se conheça o organismo lingüístico interno. Daí podendo-se fazer, sem nenhum

prejuízo, um estudo da língua sem quaisquer preocupações com a fala. Surgiram muitos opositores a essa concepção, como veremos a seguir.

Na interpretação de Encrevé (1977), a língua, para Saussure, não é a língua do falante, mas a da massa falante; em nenhum momento existe fora do fato social. Além disso, acrescenta que, segundo Saussure (1999), a língua está inteiramente do lado da audição; em consequência, a língua de um indivíduo não é a língua que ele fala, mas a língua que ele ouve. Na concepção de Labov (1972), o aspecto insólito da divisão estabelecida por Saussure (1999) entre língua e fala, social por definição, é o de que a língua nunca poderia ser pesquisada nas suas manifestações reais, pois assim se estaria diante da fala. Por outro lado, a fala, postulada como individual, poderia ser surpreendida apenas no contexto social. É isto que Labov (1972) chama de o *paradoxo saussuriano*.

Conforme Weinreich, Labov e Herzog (1968, p.99), “the hardening of the paradox in the Saussurean period, when homogeneity – assumed to be found in the idiolect – was drawn upon as a prerequisite for analysis”<sup>4</sup>.

Saussure (1999) também desenvolveu, entre outras, a dicotomia entre estudos lingüísticos sincrônicos e diacrônicos. No nível sincrônico, a língua é concebida como um sistema estático, homogêneo e regular. No nível diacrônico, ela é concebida como algo que evolui. Para o autor, a sistematicidade da língua depende da existência, no indivíduo, de uma faculdade de associação e uma coordenação. As relações entre os elementos de uma língua estão localizadas na consciência do falante. A fim de garantir a realidade psicológica do objeto de investigação sincrônica, Saussure (1999) postula um objeto que seja homogêneo.

Essa visão, segundo a qual um sistema sincrônico é estático e homogêneo, foi adotada pelo estruturalismo americano ou distribucionalismo. E um dos seus representantes, Bloomfield (1933), assegura que é impossível observar o processo de mudança lingüística,

---

<sup>4</sup> A dureza do paradoxo no período saussuriano reside no fato de que a homogeneidade da língua – supostamente encontrada no idioleto – era considerada como pré-requisito para a análise. (Tradução nossa).

embora esse descritivista americano admita que, observando uma comunidade lingüística mais de perto, é possível perceber que, em nenhum momento, as pessoas falam da mesma maneira. Essa posição predominou por várias décadas.

Isso se justifica principalmente se considerarmos que, embora a relação entre língua e sociedade tenha sido sempre reconhecida, não significa que tal relação tenha sido assumida como determinante ou relevante. Entendê-la como relevante, ou não, implica diretamente na questão da delimitação do objeto de estudo. Nessa delimitação, pode-se eleger um determinado aspecto do fenômeno lingüístico para trabalhar. Foi exatamente assim que procedeu a lingüística do século XX, pois, embora não se negasse a idéia da variação e da mudança, foi excluída toda e qualquer consideração de ordem social, histórica ou cultural da observação, descrição e análise na tradição estruturalista.

Uma visão menos extrema foi considerada pela Escola de Praga. Mathesius (1928), um dos membros do Círculo de Praga, mostrou a importância da variação lingüística. Embora ele, como Saussure (1999), tenha lidado com o nível sincrônico da língua, sua atitude em relação à variação foi completamente diferente. Para Mathesius (1928), *apud* Orlandi (1995), o pesquisador não deveria fazer generalizações simplificadas, mas, antes, clarear tendências, regulamentando a variação na língua, abaixo do nível idioletal.

Embora deixada de lado pela lingüística de início do século XX, a reflexão acerca da relação entre linguagem e sociedade ou cultura e sociedade será retomada por autores estruturalistas, ou não, no decorrer desse mesmo século. No tratamento dessa questão, de ordem social, alguns nomes são de importância singular, sendo necessário que se mencionem aqui alguns deles: Meillet (1954), Bakhtin (1990), Cohen (1956), Benveniste (1995), Jakobson (1970).

Desde o século XIX, com a divulgação dos princípios de regularidades defendidos pelos neogramáticos, muitas críticas foram feitas e muitos opositores a essa visão surgiram.

Entre eles, encontra-se Schuchardt (1947), que criticou a hipótese da regularidade, pois, segundo ele, a língua regula-se tão somente por leis sociológicas, mais exatamente pelos efeitos que estas têm sobre os indivíduos falantes.

Quando, nos estudos lingüísticos, fala-se na escola sociológica, surge o nome de Meillet (1954). Ele foi um dos primeiros a aplicar o princípio de que a língua é um fato social e, influenciado por Durkheim (1893; 1895), mostrou que, na mudança semântica, embora o processo seja psicológico, a causa é social.

Conforme Meillet (1954), as leis fonéticas e a analogia em uma determinada língua podem explicar os fenômenos dessa língua, mas nunca os da língua em geral, cujas leis são lingüísticas, isto é, sociais (isto porque a Lingüística foi por ele considerada como uma ciência social).

Or, le langage est éminemment un fait social. On a souvent répété que les langues n'existent pas en dehors des sujets qui les parlent, et que par suit on'est pas fondé à leur attribuer une existence autonome, un éter propre. C'est une constatation évidente, mais sans portée, comme la plupart des proposition évidentes. Car si la réalité d'une langue n'est pas quelque chose de substantiel, elle n' en existe pas moins. Cette réalité est à la fois linguistique et sociale. (MEILLET, 1975, p.16)<sup>5</sup>

Meillet (1975), embora numa orientação diacrônica dos estudos lingüísticos, advoga que a “história das línguas é inseparável da história da cultura e da sociedade”. Segundo ele, a linguagem é um fato social, partindo do seu raciocínio de que as línguas estão sujeitas aos indivíduos que as falam, não existem autonomamente. Embora não sendo substancial, a realidade da língua é lingüística e social.

---

<sup>5</sup> Ora, a linguagem é eminentemente um fato social. Do que se tem repetido que as línguas não existem fora dos sujeitos que as falam. Não havendo como atribuir-lhes uma existência autônoma, única. Isto é óbvio, mas é também tão fraco como todas proposições evidentes o são. Se a realidade de uma língua não é substancial, também não significa que não seja real. De modo que esta é uma realidade lingüística e social. (Tradução nossa)

Em sentido contrário a Saussure (1999), está Bakhtin (1990). Criticando a postura estruturalista, ele dirá que “a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas [...]” (p. 25). Segundo esse autor, a verdadeira substância da língua se constituirá pelo fenômeno da interação verbal, que é social, e constitui a sua realidade fundamental.

Num contexto em que a noção de comunicação tem uma importância preponderante, Jakobson (1970)<sup>6</sup> fará duras críticas a Saussure (1999), postulando que os indivíduos participam de comunidades e códigos lingüísticos diversos, sendo esses códigos multiformes e submetidos à vontade do falante que os escolhe segundo a função, o interlocutor ou mesmo a relação entre os envolvidos na comunicação.

Dessa forma, Jakobson (1970) propõe que se ultrapasse o limite que o estruturalismo impôs à lingüística: o apego à estrutura. Privilegia os aspectos comunicativos e funcionais da linguagem, argumentando que a “estrutura verbal da mensagem depende basicamente da função predominante”<sup>7</sup> ( p. 123).

Já o francês Marcel Cohen (1956), segundo Alkmim (2001), defende um diálogo entre as ciências humanas - uma sociologia da linguagem – pois, para ele, língua e sociedade se efetivam mutuamente. Essa sua análise leva em consideração fatores externos, permitindo uma avaliação sociológica da linguagem: divisões sociais X variedades de linguagem; a linguagem de grupos segregados (jargões etc).

---

<sup>6</sup> Desde 1915, quando tomou a iniciativa de formar o Círculo Lingüístico de Moscou, esse formalista russo, juntamente com seus pares, já procurava desmistificar o idealismo em torno da linguagem poética, enquanto “linguagem dos deuses”, procurando focar e analisar as narrativas populares, e não apenas os textos. Em 1928, novamente Jakobson juntamente com Troubetzkoy e Karcevsky, a partir de um manifesto apresentado em Haya, acabam por influenciar Mathesius na criação do Círculo Lingüístico de Praga. Disso resultarão os domínios da poética ( Jakobson) e da fonologia (Troubetzkoy).

<sup>7</sup> Essas colocações de Jakobson se inserem num momento em que se ele volta para a área da Teoria da Comunicação.

Outro francês que se interessará pelos estudos lingüísticos e sociais é Benveniste<sup>8</sup> (1995). O homem simboliza através da linguagem, a língua concretiza a linguagem. Só assim o homem interage na sociedade. Logo, língua e sociedade não se desvinculam. Entretanto, não existe uma relação unívoca na qual uma estrutura social corresponde a uma estrutura lingüística, pois, trabalha-se aqui com esferas diferenciadas, embora passíveis de uma relação.

Mas, o que aproxima uma da outra não pode ser abolido por vontade humana, embora haja uma propriedade inerente à língua: seu poder coercitivo que possibilita a existência de uma coletividade. Para Benveniste (1995), a língua é interpretante da sociedade, pois é um instrumento de comunicação comum aos membros de uma coletividade, tendo como função dar forma à sociedade. Segundo ele, “é dentro da, e pela língua, que indivíduo e sociedade se determinam mutuamente” (p. 26).

### **2.1.3 Ainda no século XX: o Gerativismo e uma visão biológica de língua**

Mesmo considerando as questões acima, até os anos de 1950, o Estruturalismo dominou incontestemente na Lingüística. Entretanto, inspirado no racionalismo e na tradição lógica dos estudos da linguagem, Chomsky (1957), antes discípulo dessa linha de pensamento, propõe uma teoria gramatical, centrando seu olhar na sintaxe, pois, segundo ele, esta constituía e constitui um nível autônomo e central para a explicação da linguagem.

---

<sup>8</sup> As reflexões desse francês têm forte influência na Lingüística Francesa, principalmente no que concerne ao campo da Análise do Discurso.

Inadvertidamente, pode-se pensar que o termo gramática tem conotação com “normativismo”. Contudo, é necessário esclarecer que, nessa linha de pensamento, não se pretende ditar, mas dar conta das normas da língua. Assim, tem-se o surgimento da chamada Gramática Gerativa de Noam Chomsky (1959). O termo *gerativa* se explica porque se pretendia, a partir de um número limitado de regras, gerar um número infinito de frases.

Parte-se, então, do método dedutivo para dar conta do que é abstrato: de um axioma e um sistema de regras, para se chegar ao concreto, que são as frases existentes na língua. Com isso, segundo Chomsky (1959), a lingüística não apenas descreve, mas explica cientificamente a língua.

Ao tentar dar conta do que é abstrato, o gerativismo parte de uma natureza mentalista, ou seja, da “concepção de que o seu objeto de estudo consiste num sistema de regras e princípios radicados em última instância na mente humana”, assinala Raposo (1992, p. 25). Assim, preocupa-se com o aspecto psicológico e com a aquisição da linguagem.

Ao longo dos anos, essa teoria tem sido redefinida e aprimorada, sem, no entanto, perder a sua característica. Na Teoria de Regência e Ligação - TRL, Chomsky (1966) pôde ancorar as investigações relativas à aquisição e desenvolvimento da linguagem, com o modelo de princípios e parâmetros.

Esse modelo parte da premissa de que apenas os homens aprendem e falam as línguas naturais, donde se conclui que as propriedades da linguagem são determinadas pela mente humana. Como afirmam Lagunilla e Rebollo (1995, p. 25), “cérebro y lenguaje constituyen un binomio inseparable en la investigación cognitiva [...]”<sup>9</sup>.

Embasados em Chomsky (1966), admitem que os produtos do pensamento, inclusive a linguagem, radicam na natureza biológica dos seres humanos, tal como as estruturas atômicas.

---

<sup>9</sup> “Cérebro e língua constituem um binômio inseparável na investigação cognitiva. (Tradução nossa)

E, segundo ele, os que negam essa questão o fazem tão somente porque consideram apenas o seu caráter social, por isso vêem a linguagem como um produto convencional e não natural. O Gerativismo, portanto, inscreve-se na corrente naturalista e tem em Chomsky (1957) o seu maior representante.

Partindo do pressuposto de que “a linguagem é um sistema de conhecimentos interiorizados na mente humana [...]” (RAPOSO, 1992, p. 27), Chomsky (1966; 1975) define o programa de investigação da Gramática Gerativa a partir de questões do tipo: qual é o conteúdo do sistema de conhecimentos do falante de uma determinada língua particular, isto é, o que existe na sua mente que permite que fale e compreenda as expressões e tenha intuições de natureza fonológica, sintática e semântica sobre sua língua? Como esse sistema de conhecimento se desenvolve na mente do falante e o que se pode pressupor que a criança traz de conhecimento para explicar o desenvolvimento da língua no processo de aquisição? Como o sistema de conhecimentos adquiridos é utilizado pelo falante e quais sistemas físicos no cérebro servem de base ao sistema de conhecimentos lingüísticos?

As questões referentes ao conteúdo do sistema de conhecimento do falante, bem como referentes à aquisição, são centrais nas discussões gerativas, pois, para esses autores gerativistas, qualquer teoria lingüística deve dar conta da aquisição da linguagem pela criança.

No bojo dessas discussões, está o fato de que, para os estudiosos dessa teoria, a gramática deve ser vista como um sistema computacional. A Gramática Universal (GU) é, ao mesmo tempo, um dicionário mental das formas da língua e um sistema de princípios e regras que atua computacionalmente sobre essas formas. As representações determinam as propriedades fonológicas e sintáticas da língua. E a gramática determina, igualmente, o modo

como essas representações se articulam com os outros sistemas conceituais da mente. Nas palavras de Lagunilla e Rebollo (1995)<sup>10</sup>:

la lengua es interna: se trata de un objeto físico dentro de la mente/cérebro de los seres humanos; es individual: se encuentra en los individuos como tales y no como conjunto, comunidad, etc; es intensional: en el sentido técnico de ser una caracterización específica, en intensión, de una cierta función que genera descripciones estructurales (p.28).

A GU é um sistema autônomo com princípios e representações específicos. Esse sistema, o gerativismo chamou de **modular** - a mente é formada por módulos autônomos.

Outra questão levantada por Chomsky (1957), diz respeito à distinção feita por ele entre competência e performance. Ou seja, interessa-se por saber como aquela, inerente ao indivíduo, é usada nas situações discursivas, e admite que este se refere aos mecanismos psicológicos de percepção e processamento da linguagem, que facilitam o funcionamento da GU. A gramática é neutra, mas subjacente à produção e compreensão da linguagem.

Por sua vez, a língua tem um suporte material no cérebro humano, se admitida como sistema mental. Mas, conforme Raposo (1992), os estudos voltados para essa questão deverão ter um caráter interdisciplinar, cabendo a lingüistas, fonoaudiólogos, neurologistas, psicólogos etc., investigar os mecanismos físicos específicos que estão na base dos diversos sistemas da competência e da performance.

Uma questão, entretanto, é crucial para os gerativistas, que buscam responder como a gramática se desenvolve na mente do sujeito falante, isto é, como o indivíduo adquire a língua, questão essa já bastante debatida na história do pensamento filosófico e lingüístico ocidental.

---

<sup>10</sup> A língua é interna: trata-se de um objeto físico dentro da mente dos seres humanos; é individual: encontra-se nos indivíduos como tais e no conjunto, na comunidade; é intencional, no sentido técnico de ser uma caracterização específica, em intenção de uma certa função que gera descrições estruturais. (Tradução nossa)

Busca-se descobrir qual é o papel da mente no processo de aquisição da linguagem. Alguns acreditam que isso decorre de fatos externos à mente, pelo contato da criança com o mundo, com a fala de outras pessoas e suas intervenções nela. Os que assim se posicionam acreditam que a linguagem é uma questão de aprendizagem.

A tradição racionalista, na qual Chomsky (1966) se inscreve, defende que a mente desempenha papel fundamental em tal processo. Acredita-se, conforme Raposo (1992, p. 35), que “as propriedades centrais da linguagem são determinadas por princípios e estruturas mentais e conteúdo especificamente lingüístico” que funcionam como o alicerce durante a aquisição. Essa posição, contudo, não nega o papel do meio ambiente na aquisição. Ao contrário, considera que a fala dos que rodeiam a criança nesse período, bem como as interações verbais da criança, são fundamentais para iniciar o mecanismo de aquisição, embora não determinem as propriedades finais atingidas pelo sistema gramatical dela. Considera, ainda, que os meios lingüístico, emocional e educativo determinam o grau de desenvolvimento da GU pela criança.

Num ponto, os pesquisadores dessa linha são categóricos: em relação ao meio ambiente. Observam eles que, crescendo numa comunidade onde se fala o inglês, a criança falará o inglês, não o português ou qualquer um outro idioma.

Os gerativistas, então, buscam elucidar questões como “o problema da projeção”, ou seja, qual a relação entre “os dados primários”, que não exigem propriedades mais complexas da criança, durante a aquisição, e o sistema final da competência do adulto, sistema esse mais complexo.

Disso se conclui que há um mecanismo mental inato de aquisição que estabelece uma ligação entre os dados primários e esse sistema, procedendo à projeção quantitativa e qualitativa que o caracteriza. Logo, a resolução para o problema da projeção está em determinar “as responsabilidades respectivas do mecanismo de aquisição e dos dados

primários no processo de aquisição e desenvolvimento do sistema final da competência do sujeito falante”, (RAPOSO, 1992, p. 38).

Para Chomsky (1981), os dados primários são insuficientes para explicar o sistema final. Ele acredita que a mente põe à disposição da criança um conjunto de princípios lingüísticos complexos: LAD - *Language Aquisition Device* - ou GU, que guia a aquisição e o desenvolvimento da linguagem.

Com base em Otero (1984), Lagunilla e Rebollo (1995) afirmam que os estímulos disponíveis à criança durante a aquisição são pobres: os dados de que dispõe são deficientes e aqueles a que está exposta são finitos, reduzidos. Além disso, segundo eles, tais dados não existem numa dimensão suficientemente capaz de fornecer os estímulos necessários à criança nesse processo.

Estudos voltados para essas indagações endossam a crença de Chomsky (1981) sobre a pobreza dos estímulos iniciais e confirmam que o meio ambiente lingüístico de uma criança, em fase de aquisição, é formado por expressões gramaticais da língua - informação positiva - que fazem com que ela desenvolva a gramática interiorizada. O que é informação negativa - as correções -, por sua vez, têm papel inexpressivo nesse processo. Donde surge outro questionamento: como a criança desenvolve o conhecimento negativo acerca de uma ou outra expressão que não existe na sua língua? Essa questão só pode ser respondida se for levada em conta a existência de um mecanismo inato, complexo, que possibilite a aquisição e o desenvolvimento da linguagem.

A GU, portanto, resulta da soma dos princípios lingüísticos geneticamente determinados, específicos e uniformes à espécie humana. Trata-se de algo biológico que evolui e culmina na gramática final do adulto. Para Chomsky (1981), é o estado inicial da faculdade da linguagem.

Dessa maneira, o problema que surge na construção de uma teoria sobre a GU é conciliar a diversidade das línguas com a rigidez do desenvolvimento das gramáticas individuais. Ora, a GU deve ser flexível, para que possa acomodar a variação entre as diferentes línguas, mas rígida o suficiente para explicar as propriedades específicas, características do conhecimento final do falante.

Inicialmente, com a Teoria Standard (1966), o Gerativismo apenas descrevia a língua. Concebia as gramáticas como sistemas de regras. Aplicava-se a regra transformacional aos dados lingüísticos. Apesar de nela existir a preocupação voltada para a aprendizagem, restringia-se ao campo teórico, partindo da hipótese de que as línguas humanas utilizam as regras de reescrita categorial e transformacional. Nessa fase, a criança é vista como um cientista que formula hipóteses sobre a sua língua.

Devido a muitas dúvidas e questionamentos que tal teoria suscitava, a insatisfação por parte de seus próprios pesquisadores fez surgir a Teoria Standard Alargada, durante os anos 70. O primeiro passo é reduzir o número de regras categoriais de reescrita. Isso é feito por Chomsky (1975) através dos princípios da teoria *X-barra*. Ele, então, propõe que os fenômenos deixem de ser tratados de modo transformacional, passando à caracterização através da relação entre o léxico e o sistema de regras de reescrita.

Seguindo essa concepção, a gramática tem um número distinto e autônomo de componentes, caracterizados por regras e princípios que restringem a sua aplicação. A criança ainda é vista como um pequeno cientista, mas o conjunto de princípios de condições da GU determina o número de hipóteses que ela pode formular.

Em 1981, é proposto o modelo de Princípios e Parâmetros, que incorpora os resultados daquela teoria. De um modelo de regras e princípios, eliminam-se as regras e mantêm-se apenas os princípios.

A concepção de princípios universais da GU, entretanto, é modificada. A GU, nesse modelo, tem dois tipos de princípios: princípios rígidos, invariáveis; e o princípio que determina que as regras movem apenas constituintes sintáticos - Princípio de Dependência Estrutural. Inclua-se, aí, também, um sistema de princípios abertos: os parâmetros, espécie de comutadores lingüísticos,

Cujo valor final e definitivo apenas é atingido durante o processo de aquisição, através de sua fixação ou ligação numa de duas posições possíveis, com base na informação, obtida a partir do meio ambiente lingüístico. A aquisição da criança consiste em dois aspectos: a aprendizagem das formas lexicais da língua, com as propriedades fonológicas, sintáticas e semânticas determinadas pelo “dicionário mental” e a atribuição aos vários parâmetros da GU do valor que possuem nessa língua. (RAPOSO, 1992, p. 55)

A criança não é mais vista como um pequeno lingüista. Apenas quando todos os parâmetros estão ligados, ela adquire uma “gramática nuclear”. Digamos, por exemplo, que uma criança em fase de aquisição esteja exposta a uma gramática que contém um princípio rígido que determina a existência da posição de sujeito, mas essa mesma GU não obriga o preenchimento dessa posição, isso significa que existe um parâmetro que determina que essa posição pode ser nula, isto é, não ser preenchida. Ou seja, o princípio é respeitado, pois a posição é respeitada; ela existe, mas a criança pode ou não preenchê-la. Numa língua como o inglês, por exemplo, o parâmetro não permite essa liberdade, isto é, a criança em fase de aquisição não tem como escolher entre uma categoria preenchida X uma categoria vazia.

Dessa forma, no período de aquisição, a decisão da criança depende de, na sua experiência lingüística, ter sido exposta a dados positivos (+), ou negativos (-). Em relação à questão acima, o falante do português fixa positivamente a informação de que pode preencher ou não a posição de sujeito na sentença. Mas, o falante do inglês recebe um *input* negativo que não toca no parâmetro da ausência, de evidência lingüisticamente contrária aos dados primários.

Em suma, o modelo de Princípios e Parâmetros possibilita a junção dos estudos gramaticais, com questões de ordem psicolinguísticas, sobre a aquisição da linguagem. Esse modelo assume uma feição naturalista e computacional de linguagem, nas palavras de Lagunilla e Rebollo (1995), pois permite descrever os princípios que dão conta do conhecimento linguístico.

Dada essa explanação, percebe-se que os problemas teóricos da postura gerativa dizem respeito às formas das regras linguísticas e suas restrições; à combinação e ordenamento das regras em sistemas; à determinação das formas subjacentes sobre as quais operam; à coexistência dos sistemas e, com o tempo, à mudança das regras e sistemas.

Conforme Labov (1972, p.18), o modelo gerativo colocou à margem o estudo das manifestações reais da fala, com base nas seguintes considerações: a fala está cheia de manifestações não-gramaticais que os falantes corrigem no estilo mais controlado; as variações detectadas na fala de um indivíduo e na comunidade de fala resultam de mistura dialetal, ou de variação livre no interior do sistema; a fala real é difícil de provar e ouvir; a frequência das formas sintáticas é muito baixa, tornando-se impossível um *corpus* representativo.

Entretanto, como também se pode notar pelo exposto, essas observações de Labov (1972) dizem respeito aos modelos Padrão (1966) e Padrão-estendido (1975), propostos por Chomsky, uma vez que, com a Teoria de Princípios e Parâmetros (1981), o gerativismo abre possibilidades para a questão da variação e da mudança linguísticas. Não é por acaso que há estudos sociolinguísticos que buscam, nas explicações gerativas, preencher as lacunas que a sociolinguística deixa abertas, propondo o que ficou conhecido como Sociolinguística Paramétrica.

Procurando cumprir o objetivo traçado quando da apresentação desse capítulo, é possível concluir que, ao longo do tempo, as discussões em torno da linguagem oferecem uma

visão – nada pacífica – de como se dá a relação língua e sociedade. Com isso, delimitamos também, a nossa escolha teórica para a análise que empreendemos nesse trabalho, ao mesmo tempo em que salientamos que é nesse contexto nada parcimonioso dos estudos da linguagem que encontraremos tal esboço teórico, qual seja, a Sociolingüística, área da Lingüística, que se encarregará das questões pertinentes à relação entre língua e sociedade. Sigamos, pois, com ela.

#### **2.1.4 A Sociolingüística e o postulado Laboviano: a língua como irremediavelmente ligada à sociedade**

Não negando a validade dos postulados teóricos estruturalista e /ou gerativista, apresentaremos uma visão acerca da língua que procura enfatizar alguns dos aspectos não estudados pelos gerativistas e outros predecessores.

O ramo da lingüística que foi denominado Sociolingüística não surgiu ao acaso, mas das controvérsias que algumas discussões teóricas, algumas já observadas aqui, relacionadas ao fato de que tudo que não se conseguia processar, sistematizar, analisar; tudo que não se apresentava de forma homogênea, sistemática, era visto como caótico, assistemático. A língua, embora abstrata, paradoxalmente, se apresentava concreta, passível de se delimitar, como admite o próprio Saussure (1999) quando afirma que ela se concretiza na fala. Porém, embora concreta, enquanto percepção, a fala se mostrava abstrata e difícil de se delimitar, de

se observar e sistematizar, já que em cada indivíduo, a língua, antes tão absolutamente homogênea, se mostrava tão diferente, tão, aparentemente, impossível de sistematização.

O “caos” lingüístico, portanto, ocorria na fala, porque nela, o pacto social que na, e pela língua, se estabelecia, era quebrado, pelos mesmos agentes desse pacto – os homens, que, ao falarem, traziam características idiossincráticas relacionadas à sua vivência, cultura, condição econômica, geográfica, entre outras, que “corrompiam” esse sistema, antes tão “perfeito”. Percebia-se, então, que a língua falada era heterogênea, mostrando-se diversificada a cada instante em que fosse realizada.

O sociolingüista não nega a existência dessa heterogeneidade e / ou diversidade que a língua falada apresenta. Ao contrário, parte disso para mostrar que diversidade não é sinônimo de “caos”, nem significa assistematicidade. Para além disso, busca comprovar que, por trás da crença no “caos”, há uma visão de língua e de falantes ideais, que traz subjacente uma ideologia ligada à teoria do “certo” e do “errado”. Ele considera que, numa comunidade lingüística, as variantes de determinadas formas estão em relação de concorrência.

Mas essa concorrência é avaliada socialmente pelos membros dessa comunidade, que acabam por atribuir-lhes rótulos, a partir do valor que possui quem as usa. De maneira que, ao rotular uma determinada forma como conservadora, como “correta”, o que se avalia é o prestígio social que o indivíduo que a enunciou tem, por isso a forma é considerada padrão.

Por seu turno, uma forma dita incorreta é estigmatizada socialmente, porque, na maioria das vezes, reflete os usos do falante também estigmatizado, alijado pela sociedade. Contudo, o contrário disso também pode ocorrer, uma vez que tudo está condicionado a uma “atitude sociolingüística” dos membros dessa mesma comunidade, pois a língua, ao mesmo tempo, pode ser um fator de identificação ou de demarcação de grupos.

Já nos finais do século XIX e início do século XX, a Dialectologia se interessava por essas variações. O interesse dessa área de estudo recaía nos dialetos espaciais, por isso foi identificada como “lingüística diatópica” ou horizontal. Usava de recursos metodológicos interpretativos da *Geografia Lingüística* ou *Geolinguística*, desenvolvidos por Jules Gilliéron (1905) e que, mais tarde, serão aprimorados e definidos como da Sociolinguística, que se difere da dialectologia porque se interessa, principalmente, pela diversidade diastrática.

Da dificuldade de definir as áreas dialetais, resultou a necessidade de se traçar, através das cartas lingüísticas, as chamadas *isoglossas* que visavam à separação das áreas que apresentassem características idênticas, quanto a algum aspecto lingüístico, e que diferissem quanto a outros, isto é, que apresentassem homogeneidade dos dados em algum ponto, mas divergissem em outros.

Termo cunhado, conforme Chambers e Trudgill (1994), em 1892, por Bielenstein, a *isoglossa* é o limite entre duas regiões que diferem em alguma expressão lingüística. Expressa o fato de que uma linha traçada através de uma região mostrará duas áreas que coincide em algum aspecto do uso lingüístico, mas difere em outros. Os pesquisadores dessa área de pesquisa postulavam que em cada uma dessas unidades podia haver diferenças, sobretudo, diatópicas, pois os falantes de uma mesma língua não falam da mesma forma, devido a uma série de fatores – geográficos e/ou sociais etc. Assim, o dialeto pode ser entendido como um subsistema inserido num sistema abstrato: a língua.

Entendem os dialetólogos que o dialeto é um *feixe*, ou conjunto de *isoglossas* que se somam, mostrando homogeneidade dentro de uma comunidade lingüística, em confronto com outras. Em relação à língua, é uma língua menor. Toda língua histórica é um conjunto de dialetos, ao passo que uma língua histórica é uma família histórica de falares afins e interdependentes.

Embora tenham os sociolinguistas lançado mão e aprimorado os métodos da Geografia Lingüística, necessário se faz distinguir Dialectologia de Sociolinguística, esclarecendo-se que, inicialmente, aquela enfocava, quase que exclusivamente, a variação espacial e que, no decorrer do tempo, passou a abarcar também aspectos de ordem social. Isso se deu em virtude de os pesquisadores, paulatinamente, passarem a perceber uma relação intrínseca entre o espaço e o contexto social onde os dados eram encontrados, daí surgindo a necessidade de delimitação de áreas que dessem conta desse fato. Com isso, delimitam-se duas disciplinas, não excludentes entre si: uma que tem se ocupado do estudo lingüístico, no que tange ao espaço – a Dialectologia; e outra que tem dado conta de elucidar as variáveis, num enfoque social – a Sociolinguística. Não significa, porém, que também aquela não possa considerar questões sociais e, esta, questões de ordem espacial.

É nessa intersecção, entre o tradicional e a inovação, que se dá a evolução dos estudos dialectológicos, percebida nos procedimentos adotados na pesquisa. Dessa maneira, na recolha e apresentação dos dados, parte-se de duas perspectivas: uma *monodimensional*, que prioriza a informação diatópica; e outra, *pluridimensional*, que agrega, além desse aspecto, variáveis outras, como faixa etária, gênero, escolaridade etc. Millardet (1910), Rousselot (1891), Gauchat (1905), entre outros, (*apud* Chambers e Trudgill, 1994), apontavam para a necessidade de se diferenciar a fala dos mais velhos da dos mais jovens, a fala da mulher em relação à do homem. É justamente nisso que reside a diferença e importância da sociolinguística, consolidada na década de 1960 e que até hoje se coloca como um campo fértil de pesquisa.

Mas é em 1964, num congresso realizado em Los Angeles, tendo Willian Bright (1974) como organizador, que surge o termo Sociolinguística. Além de Bright, muitos outros estudiosos participaram desse evento que é o marco inicial para esse novo ramo da Lingüística que se delinea e que se deterá, especificamente, na relação língua e sociedade.

Dentre os nomes, estão os de John Gumperz, Einar Haugen, William Labov, Dell Hymes, John Fisher, José Pedro Rona. Caberá a Bright, em “As dimensões da sociolingüística”, delimitar o seu objeto de estudo, a saber: a variação. Para o autor, conforme Alkmim (2001, p. 28), a sociolingüística deveria “demonstrar a covariação sistemática das variações lingüística e social”. Ou seja, relacionar as variações lingüísticas observáveis em uma comunidade às diferenciações existentes na estrutura social desta mesma sociedade.

Ressalte-se que esse estudo se delineia num momento em que as propostas de Chomsky (1959) estão ganhando projeção, bem como o fato de que essa preocupação da Sociolingüística tem base histórica. Ademais, nessa época, há uma oposição entre o que a lingüística estrutural preconizou e a consideração do contexto social. Como já afirmou Mattos e Silva (1996), e em diversos momentos reafirmamos, aqui, a consciência de uma variação remonta a datas imemoriais. Desde o início do século XX, a Sociolingüística já caminhava para o que sucedeu em 1964, naquele congresso, através da Antropologia Lingüística com Edward Sapir (1971) e Benjamin L. Whorf (1941). Pois, já nessa vertente, linguagem, cultura e sociedade são vistas como indissociáveis.

Por outro lado, o que particulariza a Sociolingüística é a sua feição interdisciplinar, pois, quando do seu estabelecimento, pesquisadores das diversas áreas do conhecimento estiveram envolvidos, buscando demonstrar a linguagem em seus aspectos de ordem sociocultural. Pretende-se, dessa maneira,

descrever e interpretar o comportamento lingüístico no contexto cultural e, deslocando o enfoque tradicional sobre o código lingüístico, procurar definir as funções da linguagem a partir da observação da fala e das regras sociais próprias da comunidade. (ALKMIM, 2001, p. 30)

Dentre os nomes aqui arrolados está o de um grande contribuidor para os progressos dos estudos que se darão daí por diante: o de Willian Labov (1964; 1972). Ele se ocupará de

mostrar o papel dos fatores sociais na explicação da variação lingüística, ou seja, evidenciará como se dá o funcionamento da língua, à medida que as estruturas variam.

Esse pesquisador relaciona fatores como *idade, sexo, ocupação, origem étnica e atitude* ao comportamento lingüístico nos trabalhos que desenvolve, em New York, com os negros do Hallen e na Ilha de Martha's Vineyard, em Massachusetts. Acredita ele que, para se poder analisar uma variante, em oposição a outra, usada em determinada situação, o variacionista deve determinar por que, onde, quando e por quem ela foi usada em do exame da fala natural, coletada em qualquer comunidade lingüística, torna-se aparente que as respostas são as próprias variáveis. Acerca da pesquisa em New York, Labov (1997) assim se pronuncia:

my dissertation was a survey of the class differences in the dialect of New York City, where I introduced a batch of new techniques of interviewing, quantitative techniques for measuring change, and field experiments to pin down just which sounds triggered the linguistic self-hatred of New Yorkers. Since then, these techniques have been used to study several hundred other cities throughout the world. We've introduced the use of acoustic phonetics into the study of everyday language, and linguistics has begun to make the slow move from a qualitative to a quantitative science. The variation across individuals, and across time, that seemed so chaotic and so puzzling, was beginning to take on a systematic shape that could be described mathematically.<sup>11</sup>(1997, p. 1)

Ao término dessa pesquisa, Weinreich, Labov, Herzog (1968) propõem um modelo de descrição e interpretação dos fenômenos da linguagem, e é com ele que surgirá a Sociolingüística Variacionista ou Teoria da Variação.

---

<sup>11</sup> Minha dissertação foi uma pesquisa das diferentes classes nos dialetos da cidade de Nova Yorque, na qual eu introduzi uma variedade de novas técnicas de entrevista, técnicas quantitativas para mensurar as alterações sonoras que estigmatizavam os nova-iorquinos. Desde então, tais técnicas tem sido usadas em vários estudos, de várias cidades do mundo. Introduzimos o uso de fonética acústica no estudo da língua corrente e, paulatinamente, os lingüistas foram mudando de uma ciência qualitativa para uma ciência quantitativa. As variações individuais, com o tempo, passaram a serem vistas não mais caoticamente, mas como algo sistemático que poderia ser descrito matematicamente. (Tradução nossa)

Dessa maneira, opondo-se à ausência do componente social e ao tratamento idealizado da língua, por parte dos gerativistas, surgiram os variacionistas, que levaram para o centro de interesse dos estudos lingüísticos o uso do falante, defrontando-se com sua heterogeneidade.

O modelo teórico metodológico introduzido por Labov (1972; 1983) é denominado de “Teoria da Variação Lingüística” ou “Sociolingüística Quantitativa”. Com esse modelo, ele voltou a insistir na relação entre língua e sociedade e na possibilidade de sistematizar a variação existente na própria língua falada. É um modelo “teórico-metodológico que assume o caos lingüístico como objeto de estudo” (TARALLO, 1985, p. 6) e não admite uma ciência da linguagem que não seja social, pois, entende ele, é no meio social que as variantes coexistem em seu campo natural de batalha.

A proposta de Weinreich, Labov e Herzog (1968), de mudança lingüística, tem como objetivo estudar a fala como uma das formas de comportamento social, para, assim, “determinar o conjunto de mudanças possíveis e condições possíveis de mudança” (p. 91). Os pressupostos principais dessa teoria podem ser sistematizados da seguinte maneira: a) a variação é uma propriedade regular, pois é inerente ao sistema, isto é, toda língua varia e pode mudar; b) a regra variável é uma regra de produção, sendo seu desempenho afetado por restrições variáveis, em função das proporções de casos em que a regra se aplica, em relação ao total de ocorrências do contexto em questão; c) cada restrição variável contribui de forma autônoma para verificar o Peso Relativo (PR) de operação da regra; d) as quantidades numéricas representam abstrações analíticas que podem variar um pouco, dia-a-dia, de falante a falante, mas são tendências reais.

Postulam, também, que há necessidade de se verificarem as condições sob as quais se manifesta uma determinada variação, pois existe influência contínua e mensurável de fatores estruturais e sociais sobre a variação lingüística, que pode representar uma mudança em progresso ou constituir uma variável estável. Na opinião deles, é preciso que se identifiquem

os fatores que favorecem ou inibem a aplicação de uma regra. Tais fatores, que podem ser lingüísticos e sociais, devem ser estudados através de uma análise quantitativa dos dados levantados.

A teoria da variação, conforme Sankoff (1988a), tem evoluído através do confronto com outras formas de visão de língua. Seu ponto de vista pode ser determinado por um interesse científico na consideração das estruturas gramaticais na conversação natural e espontânea, na narrativa formal, e em textos escritos; e por uma preocupação com a polivalência e a aparente instabilidade no discurso das relações lingüísticas entre forma e função.

A Teoria Variacionista é também chamada de Sociolingüística Quantitativa, por operar com números e dar tratamento estatístico aos dados coletados e analisados. O seu objeto de estudo, como postulou Labov (1963, p. 18), “is the grammar of the speech community<sup>12</sup>”, pois, segundo ele, “the normal condition of the speech community is a heterogeneous one”<sup>13</sup> (p. 17). Ou seja, o principal objeto de descrição dos variacionistas é a fala dos indivíduos como membros de uma comunidade lingüística, isto é, informantes escolhidos através de métodos etnográficos ou sociológicos para representar a comunidade a que pertencem.

Conforme Guy (1989), uma comunidade de fala é aquela em que os membros partilham características lingüísticas, e com uma freqüência de comunicação bastante alta. Numa comunidade dessa natureza, a norma é compartilhada de maneira que a atitude quanto à variação estilística e à avaliação social sobre as variáveis é semelhante.

Assim, um importante aspecto, em qualquer estudo nessa direção, envolve entrada na comunidade lingüística, onde a observação do uso da língua, em seu contexto sociocultural, seja possível, uma vez que, para ele, em uma língua existem muitas maneiras de se dizer a mesma coisa.

---

<sup>12</sup> É a gramática da comunidade de fala. (Tradução nossa)

<sup>13</sup> A condição normal de uma comunidade de fala é a de ser heterogênea. (Tradução nossa)

Partindo disso, Tarallo (1985) diz que as formas lingüísticas em variação, isto é, “variantes lingüísticas”, são freqüentes e tratam, na perspectiva de uma língua heterogênea, das variadas possibilidades de se “dizer a mesma coisa, em um mesmo contexto, com o mesmo valor de verdade” (p. 8). É o que se costumou chamar de conjunto de variantes ou variável lingüística. Por exemplo, a marcação de terceira pessoa do plural no verbo é uma variável lingüística, composta por duas variantes: / N / ou / Ø /. Ou seja, pode ocorrer uma primeira variante com a presença do morfema plural explícito, como em **EX 1:** *eles correM muito*, e uma variante em que inexistente tal segmento, ou marca, como em **EX 2:** *eles correØ muito*.

Levando-se em consideração que toda teoria tem um objeto específico de estudo e um método que lhe é peculiar, sendo exatamente o objeto que desencadeia a investigação científica, a partir de sua existência real, tenta-se construir um modelo teórico. A teoria, por sua vez, deve dar conta dos fatos disponíveis, a fim de que sejam analisados. Assim, a fim de sistematizar dados como os descritos acima, a sociolingüística desenvolveu uma metodologia que propõe:

a) elencar exaustivamente dados da língua falada, para análise, uma vez que são eles que refletem mais o vernáculo, através da prática de coletar narrativas de experiências pessoais, que permitem ao pesquisador controlar tópicos de conversa que eliciem realizações da variável investigada sem, contudo, interferir na naturalidade do informante. Com esse procedimento, o informante não monitora o seu falar, o que permite ao pesquisador a coleta de um *corpus* de fala natural. Essas narrativas permitem isso, porque, ao narrar fatos de sua existência, o indivíduo, envolvido emocionalmente com o que narra, deixa de se preocupar com a forma como está falando (LABOV, 1983);

b) descrever detalhadamente a variável, bem como o perfil das variantes que a constituem, resultando daí a noção de regras variáveis, pois o favorecimento de uma variante, na hipótese dos sociolinguistas, decorre de circunstâncias lingüísticas e/ou sociais;

c) analisar os fatores que condicionam ou favorecem o uso de uma ou de outra variante. Com o objetivo de descobrir as diferenças sistemáticas entre os falantes, o pesquisador variacionista adota técnicas quantitativas, geralmente associadas a fatores extralingüísticos como idade, sexo, posição social, escolaridade, etnia etc. Cada falante alternará entre todas as escolhas, mas, no padrão geral, haverá uma regularidade das variantes entre os indivíduos do grupo.

Todavia, detectar tais fatores não se apresenta como uma tarefa simples. Na opinião de Naro (1992, p. 18), “o problema que se coloca para a Teoria da Variação é a avaliação do *quantum* com que cada categoria postulada contribui para a realização de uma ou de outra variante das formas em competição”, uma vez que essas categorias não aparecem de forma isolada, mas conjugadas, na fala real.

No que concerne à concordância verbal, por exemplo, como medir a influência da posição do Sintagma Nominal (SN) sem ao mesmo tempo verificar a constituição deste SN? Como medir o peso do tempo verbal sem considerar a saliência fônica das mesmas formas em seus respectivos tempos? Nisso reside o problema da Teoria: “como isolar e medir separadamente o efeito de um fator [...] quando tal fator nunca se apresenta isoladamente nos dados” ( p.18).

Por isso, ao considerar cientificamente um *corpus*, os variacionistas procuram descobrir padrões de uso ou regularidades que dizem respeito, sobretudo, à frequência relativa de ocorrências de estruturas. Segundo Labov (1998):

The quantitative analysis carried out under the materialist program can tell us whether this operation is justified, testing the validity of the assumption of independence of the choices of A vs. B and C vs. D. A multivariate analysis is based on a maximum likelihood model using a logistic model, which assigns a weight to each individual factor A, B. Instead of each combination of environments can be predicted accurately by assigning weights to each individual factor, then these factors can be said to operate independently, and the reduction of individual rules to a rule schema is justified<sup>14</sup> (p. 3)

Dáí a importância da análise quantitativa, a partir dos pesos relativos, pois, estes operam, primeiramente, com cada grupo de fatores isoladamente e, paulatinamente, analisam um grupo comparado ao outro, até que todos sejam relacionados, isolada e conjuntamente.

Mas cabe, ainda, observar qual o grau de encaixamento, bem como a projeção histórica da variante no sistema lingüístico, em que nível ela pode ser colocada, se no sistema social, no sistema lingüístico, ou em ambos, haja vista o fato de que variação não implica mudança, mas mudança implica variação. O tratamento estatístico dos dados mostrará que certos grupos de fatores são responsáveis pela implementação de uma variante, e que outros não o são.

É válido, então, registrar que a teoria da variação, conforme Sankoff (1988), tem evoluído através do confronto com outras visões de língua. Seu ponto de vista pode ser determinado por um interesse científico, na consideração das estruturas gramaticais na conversação natural e espontânea, na narrativa formal e em textos escritos; e por uma preocupação com a polivalência e a aparente instabilidade no discurso das relações lingüísticas entre forma e função.

Os métodos de pesquisa de campo, nessa linha, pautam-se geralmente nos trabalhos de Labov (1966), que, como já mencionamos, resultam de modificações das técnicas utilizadas anteriormente pelos dialectólogos. Embasado em Labov (1972), Sankoff (1988b) afirma que a experiência universal de pesquisa baseada em *corpus* mostra que a estrutura da comunicação

---

<sup>14</sup> A análise quantitativa realizada sob o programa materialista pode dizer-nos se esta operação é justificada, testando-se a validade da suposição da independência das escolhas de A contra B e C contra D. Trata-se de uma análise multivariada, baseada em um modelo de probabilidade máxima. O modelo logístico atribui um peso a cada fator individual A, B, em vez de a cada combinação dos ambientes que podem ser previstos. Se estes fatores puderem ser vistos operando-se independentemente na redução de regras individuais a um esquema, a regra é justificada. (Tradução nossa)

na comunidade lingüística e a estrutura da variação e mudança são realizadas através de escolhas recorrentes, sendo feitas pelos falantes em vários níveis interacionais e gramaticais.

Para os sociolingüistas, a heterogeneidade lingüística não é aleatória, mas governada por restrições categóricas, assim como também o é a homogeneidade lingüística. Existem, portanto, regras categóricas que conduzem o falante a usar determinadas formas e não outras. Do mesmo modo, existem regras variáveis que favorecem ou desfavorecem, com pesos relativamente específicos, o uso de uma das formas variáveis de que o falante dispõe, num determinado contexto lingüístico, o que confirma o que foi dito sobre o fato de que, na língua, existem variantes que vivem em concorrência constante. É por essa razão que o pesquisador que adota esse modelo precisa verificar o que condiciona o aparecimento de uma, e não de outra variante.

Também precisa avaliar que categorias independentes influem neste uso, uma vez que tais categorias são as mais variadas e podem ser internas ou externas à língua.

Partindo-se disso, admite-se que, em quase todo *corpus* de produção de dados, há elementos lingüísticos que não obedecem às restrições normais, e cabe ao analista distinguir a heterogeneidade sistemática da não sistemática.

Um problema levantado quando da formulação da teoria foi o do “encaixamento”, pois, conforme se postulou, as mudanças devem ser vistas como encaixadas no sistema lingüístico como um todo. Isto é, camadas coexistentes discretas, definidas por co-ocorrência estrita funcionalmente diferentes e conjuntamente disponíveis à comunidade de fala.

Variáveis intrínsecas definidas por co-variação com elementos lingüísticos e extralingüísticos; variantes contínuas e discretas; variáveis com cadeia contínua de valores. E, no contexto social, a estrutura em variação está encaixada no contexto mais amplo da comunidade lingüística; portanto, o lingüista deve determinar o grau de correlação entre a mudança e a sociedade.

Através dos estudos quantitativos do uso da língua na comunidade lingüística, foram demonstrados padrões regulares de concordância entre os traços de dimensões tanto lingüísticas como extralingüísticas. Labov (1969) introduziu, para descrever esse fenômeno, a noção de regra variável, diferente das regras opcionais da gramática gerativa e da variação livre do estruturalismo, a fim de considerar os padrões regulares de co-variação entre a frequência de execução da regra e os elementos contextuais.

Com essa proposta, objetiva-se estender o conceito de regra gramatical ao de regra variável, cuja frequência relativa é parte integrante de sua descrição estrutural. Uma vez aceita e incorporada na descrição, a variabilidade pode ser vista não só em função da presença ou

ausência de elementos lingüísticos, como também extralingüísticos, todos dentro da mesma estrutura notacional teórica.

Com a introdução da noção de regra variável, atende-se a um nível de adequação superior a tudo que permite o uso do conceito de variação livre, uma vez que toda variação é correlacionada por traços lingüísticos ou sociais, ou por ambos. A análise capacita o pesquisador a extrair as regularidades e tendências dos dados e, através da regra, a determinar como a seleção de uma estrutura lingüística é influenciada pelas configurações específicas dos fatores que caracterizam o contexto em que ocorre.

Na opinião de Labov (1972), as regras opcionais da competência do falante, propostas pelo Gerativismo, e a variação livre do Estruturalismo, são conceitos pouco operantes, uma vez que, embora admitida a variação, não há uma proposta de estudo que dê conta da regularidade de tal fenômeno.

Por isso, a teoria laboviana, ao propor que o estudo da variação deveria ser quantitativo, se fundamenta no pressuposto de que a regularidade de uma regra variável está relacionada à proporção de casos em que a forma ocorre e ao número de casos em que poderiam ter ocorrido, por isso se determina um número de variantes e a identificação de subcategorias, ou fatores que poderiam determinar a freqüência com que se aplica, bem como, a identificação do que estaria atuando como condicionante para a sua aplicação, ou da inibição do seu uso. Em outras palavras, a questão levantada é: quais seriam as condições internas do sistema da língua que, interagindo com fatores sociais, estariam influenciando o uso de uma dada regra?

Dessa maneira, a fim de confirmarmos a hipótese de que, em nossa comunidade, a concordância verbal de terceira pessoa do plural é uma regra variável, partimos dos pressupostos da Teoria Variacionista e, portanto, do seu aparato metodológico. Então, definimos como variável dependente um grupo binário: ausência *versus* presença de concordância; e, para explicá-la e detectar os fatores atuantes no uso das variantes possíveis para a variável em questão, constituímos grupos de variáveis independentes, ligadas ao sistema lingüístico e a grupos sociais. Antes, porém, uma amostra do vernáculo da comunidade foi definida através de um *corpus* representativo. Todas as questões referentes a isso serão melhor descritas no capítulo que tratará da metodologia.

### 3 DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

#### 3.1 DA REALIDADE LINGÜÍSTICA BRASILEIRA COMO FOCO DE OBSERVAÇÃO

É sabido que a consciência de que a língua muda com o tempo e varia no espaço é algo que remonta a datas bastante remotas. Todavia, é sabido ainda que, a despeito de qualquer consideração dessa natureza variável, a língua, como instrumento de comunicação, está condicionada a questões de ordem política, educacional e social, sendo, portanto, regulamentada por uma elite que dita o que é certo e o que é errado, constituindo-se, ao longo do tempo, num entrave àqueles que, não fazendo parte dessa elite, se vêm às voltas com uma forma de falar que foge ao que postula a Gramática, que é o modelo que essa elite impõe.

Na direção contrária desse tipo de posicionamento, os estudos lingüísticos, principalmente os surgidos por volta da década de 1960, consideram, antes de tudo, a natureza ímpar dos textos orais, bem como as particularidades inerentes a cada falante.

Alguns dos resultados de estudos sobre a variação lingüística no PB demonstram que a criança brasileira, no seu processo de aquisição da língua materna, estará exposta a uma gramática inovadora, sendo necessário, portanto, que a orientação pedagógica para o ensino de língua materna adeqüe seus instrumentos e sua metodologia a uma realidade lingüística social, que não só não deve como não pode mais ser ignorada, tanto pelo fator histórico - alunos e professores, em sua maioria, pertencem aos segmentos populares da sociedade brasileira -, quanto pela mudança estrutural que o PB evidencia em seu interior.

Em virtude de questões como as aqui colocadas, escolhemos o tema “concordância verbal”, visto ser a regra de CV uma das formas usadas para se propagar ideologias que fomentam o preconceito lingüístico dentro e fora do âmbito escolar, o que tem criado estereótipos e gerado conflitos que, em muitos casos, levam à evasão escolar.

Tal situação remete-nos à necessidade de trabalhar em favor de uma proposta de visão de língua que não negue as diferenças e que não veja nelas uma forma de se produzir

segregação social. Até porque, pela quantidade e qualidade dos estudos acerca da diversidade da realidade lingüística brasileira é, senão ignorância, pelo menos ingenuidade, achar que existe uma única maneira de se dizer algo. É essa realidade que apresentaremos nesse capítulo, a partir da revisão de alguns dos estudos que têm buscado evidenciar tal diversidade.

Entretanto, necessário se faz, antes, lançar mão dos postulados tradicionais sobre o tema concordância, a fim de que se estabeleça a diferença que existe entre aquilo que é o “ideal”, o padrão idealizado pela gramática, e aquilo que é o real: o vernáculo do povo brasileiro.

### 3.1.1 Do Estudo sobre o Verbo e a Concordância Verbal: Propostas Tradicionais

O termo “concordância” alude a noções como harmonia, conciliação. Independentemente de qualquer alusão a que faça o termo, esse é um tema que tem lugar específico nos estudos gramaticais. E, no português, pode-se falar em concordância de gênero quando, por exemplo, uma palavra empregada no feminino faz concordância com outra que também deve estar no feminino, como em, **EX 3: A menina bonita**, em que os três elementos do sintagma mantêm o mesmo gênero; e de número, quando se tem um elemento no plural e os demais também devem ficar no plural. Então, um substantivo como *casas*, na posição de núcleo de um SN, fará com que os demais elementos desse sintagma também tenham a marca de plural, como em **EX 4: as casas verde**, ou no singular, como em **EX 5: a casa bonita**. Também é obrigatória a concordância número- pessoal, que ocorre quando do uso de um verbo que deve manter uma flexão que denota a relação entre número / singular ou plural do verbo com a pessoa a que está relacionado. Assim, em ‘nós pesquisamos’, o verbo apresenta o morfema de plural – **mos**, para estar em consonância com a flexão que o pronome *nós* exige.

Sabe-se que, no caso dos nomes e também no caso dos verbos, a concordância é uma herança do próprio latim padrão, extremamente rico em sua morfologia, que marcava, no nome, o número, o gênero, a função sintática, ou caso, característica perdida ao longo do

tempo, como atestam documentos como o *Testamento de Afonso II*, cotejado por Mattos e Silva (1993). Segundo a autora, essa rica morfologia passou por um processo de simplificação no período Romano, momento em que surgem as línguas românicas como o português.

Embora, como já afirmou Said Ali (1971a), esse flexionismo não seja fruto da lógica, é fruto de uma tradição que tem raízes muito bem firmadas, não se restringindo apenas ao campo da origem da nossa língua. Assim, se, por um lado, nossa tradição gramatical tem base latina, uma vez que o português é uma língua neolatina, por outro lado, nos estudos gregos já havia uma distinção entre singular e plural.

Muito embora Aristóteles (cf. Kristeva, 1988) tenha formulado muitas e importantes distinções de categorias, como quando da distinção que fez entre nomes e verbos, é aos Alexandrinos que devemos a noção de gramática no sentido que temos hoje, já que nos estudos gramaticais de Aristóteles, assim como nos estudos dos Estóicos, as bases eram fundadas na filosofia e na lógica, não se pretendendo fazer gramática, mas refletir sobre a língua.

Na Alexandria, dá-se o desenvolvimento de uma verdadeira gramática como estudo especializado, que rompe com os estudos sobre a linguagem que, até então, eram fundados numa reflexão lógico-filosófica. Os objetivos agora estavam voltados para o ensino do idioma de Homero, surgindo, assim, os gramáticos, como Dionísio da Trácia (cf. Lobato, 1986), para quem a gramática era uma arte, porque resumia o saber dos poetas e dos prosadores, sendo essa a noção transmitida aos romanos por Crates de Malos (cf. Kristeva, 1988).

Dos latinos, é o gramático Varrão quem elabora uma teoria mais completa de gramática. Ele tenta uma conciliação entre as reflexões anomalistas e as analogistas<sup>15</sup>, e esboça uma teoria da linguagem com postulações normativas de certo e de errado. A segunda parte da gramática de Varrão (cf. Kristeva, 1988) é dedicada ao estudo da formação e flexão das palavras. Na morfologia, ele distingue palavras variáveis de palavras invariáveis e estuda a sua flexão.

Prisciano, por seu turno, estabelece uma relação entre morfologia e sintaxe, pois acredita que a palavra passa de uma classe a outra em face da função sintática que um morfema possa lhe atribuir. Ele trata então do gênero, do número, do caso e do tempo. A flexão de número é duplamente marcada no latim: no nominativo e no verbo. Naqueles

---

<sup>15</sup> Conforme Kristeva (1988, p. 141), “os analogistas consideravam que o domínio não lingüístico se refletia no domínio gramatical, enquanto os anomalistas defendiam a tese inversa: para eles, existe uma diferença nítida entre as categorias reais e as categorias gramaticais.”

estudos, já existiam as exceções, como a flexão do verbo, com uma palavra de noção coletiva, hoje alocada nas gramáticas como *silepse*, ou concordância ideológica.

Nas especulações medievais, busca-se elucidar os papéis do verbo e do nome, este exprime estabilidade, aquele, exprime movimento, sendo também o principal item da frase, mas cabe a ambos formá-la. Até aqui, o interesse de investigação da gramática recaía na língua latina. Contudo, no final desse período, o interesse estende-se para outras línguas, as nacionais. E isso se fortalece no Renascimento, que se volta para as línguas modernas.

Dando um considerável salto no tempo, tratemos da Gramática de Port-Royal (1660) de Arnauld e Lancelot (2001), que tem bases no racionalismo. É nela que se menciona nome-verbo como sujeito-predicado. E também nela encontra-se a noção de sintaxe e de concordância.

Trazendo a questão da concordância verbal do português, podemos perceber que, no Período Arcaico, conforme Mattos e Silva (1993), o verbo é uma palavra flexional por excelência, sendo esse paradigma todo voltado para o sujeito, pois havia os morfemas para a marcação número-pessoal. A autora apresenta um quadro morfológico, exposto abaixo, que envolve seis pessoas, considerando os morfemas número-pessoais, bem como seus alomorfes. Não se pode deixar de registrar que os dados da autora são de origem escrita.

P	MNP	Alomorfes			
		MT e C			
1	∅	-o	IdPr, CI, CII, III	-i ~y, j	IdPt2, CI, IdFt, CI, II, III
2	-s	-ste ~sti	IdPt2, CI, CII, III	∅	Imp., CI, CII, III
3	∅	-u ~o	IdPt2, CI, CII, III	-	-
4	-mos	-	-	-	-
5	-des	-ste	IdPt2, CI, CII, III	-de	Imp. CI, CII, III
6	-n ~m,	-	-	-	-

**Quadro 1:** Sistema dos Morfemas Número-Pessoais, no Período Arcaico.

(Cf. Mattos e Silva 1993, p. 46)

Mattos e Silva (1993) chama a atenção para a variação fônica e seus reflexos no português desse período que, segundo ela, deixava transparecer a ausência de uma norma

ortográfica. Como estamos tratando da concordância em P6, reproduzimos as seguintes palavras da autora:

vale notar que verbos que hoje têm variação no lexema decorrente de ditongação nas chamadas formas rizotônicas (IdPr, P1, 2, 3, 6; Imp. P2; SbPr P1 a P6), não apresentavam ainda essa ditongação. A grafia ditongada começa a aparecer no início do século XVI (Williams 1961, p. 37.7), por exemplo: *alumea*, *nomea*, *creo*, *amercee-se* e não *alumeia*, *alumeias*, *creio*, *amerceie-se*. (MATTOS E SILVA, 1993 p.49)

No tocante à concordância verbo-nominal, os primeiros registros prescritivos são os da gramática de João de Barros, em 1540, na qual o tema é abordado como uma regra categórica. É o mecanismo sintático entre o sujeito e o verbo. Conforme Mattos e Silva (1993), no período arcaico, essa regra é normalmente empregada, contudo, a variação também está documentada.

Mas, a tradição gramatical atravessou o tempo, desconsiderando os usos e suas variações, e o que persiste nela é a noção de concordância como regra categórica, como se pode perceber nas palavras de vários dos nossos gramáticos. Said Ali (1971a, p.279) diz:

consiste a concordância em dar a certas palavras flexionáveis as formas de gênero, número ou pessoa, correspondentes à palavra a que no discurso se referem. É prática decorrente da própria flexiologia. [...] O verbo, variável em número e pessoa, se empregará com a terminação que se harmonizar com o respectivo sujeito.

E, mesmo o autor admitindo que a repetição de uma mesma marca nos vários constituintes de um mesmo sintagma seja redundância, a partir de construções usadas no português quinhentista, estabelece que o verbo irá para o plural, caso os sujeitos sejam de números diferentes; deve ficar na Primeira Pessoa do Plural (P4), se, dentre os sujeitos, houver um de primeira pessoa; e para a segunda do plural, se, na sentença, existe um sujeito de segunda pessoa, sem que figure um de primeira. Em seguida, faz as observações concernentes à concordância dos “casos particulares”.

Assim, dentre vários outros usos “particulares” citados pelo autor: Sintagmas Nominais (SNs) formados por locuções com ‘um e outro e substantivo no singular’, ‘um ou outro, nem um nem outro’ são casos em que se admite o verbo no plural ou no singular. Todavia, a preferência é pelo plural, caso os seres a que se refere ‘um e outro’ se apresentarem como indivíduos. Também com o verbo *ser*; com uma série de sujeitos terminados com pronomes indefinidos (*alguém*, *outrem*, *ninguém*, etc); com um indefinido que abrange todos os sujeitos anteriores, o verbo pode ser empregado no singular ou no plural.

Por outro lado, tratando-se de sentenças em que entre os sujeitos haja pronomes como (eu, nós, ou tu, vós); substantivos referentes a seres animados e pronomes em Primeira Pessoa do Singular (P1), ou Segunda Pessoa do Singular (P2), sendo todos os sujeitos formas do singular, mas precedidos de **nem**, o verbo deve figurar no plural.

Cunha e Cintra (1985, p. 485), que só abrem exceções para os “casos particulares”, dizem que “a solidariedade entre o verbo e o sujeito, que ele faz viver no tempo, exterioriza-se na CONCORDÂNCIA, isto é, na variabilidade do verbo para conformar-se ao número e à pessoa do sujeito”.

Em seguida, esses autores estabelecem duas regras gerais de concordância, distinguindo: as estruturas que apresentam um só sujeito, devendo o verbo concordar com o sujeito a que se refere, esteja ele claro ou subtendido; e as estruturas que apresentam mais de um sujeito, devendo o verbo permanecer: na 1ª pessoa do plural, se entre os sujeitos figurar um da 1ª pessoa; na 2ª pessoa do plural, se, não existindo sujeito da 1ª pessoa, houver uma da 2ª; e na 3ª pessoa do plural, se os sujeitos forem da 3ª pessoa (cf. p. 486-7).

Essas regras não são as únicas estabelecidas pelos autores. Mais adiante, eles tratam dos chamados “casos particulares”, para explicar a ausência de flexão no verbo que refere-se ao sujeito com marca de pluralidade. É colocado que sujeito constituído de expressão partitiva; sujeito constituído de pronome relativo **que**, antecedido das expressões **um dos que** e **uma das que**; sujeitos sinônimos ou quase sinônimos; sujeitos constituídos de uma enumeração gradativa; sujeitos que encerram uma qualidade, uma atitude; sujeitos ligados por **ou** e por **nem**; sujeito constituído de **um e outro**; sujeitos ligados por **com**; sujeitos ligados por conjunção comparativa são estruturas em que a forma verbal de terceira pessoa pode tanto ir para o plural como ficar no singular.

Cunha e Cintra (1985) estabelecem um quadro pronominal que contempla seis pessoas para o paradigma flexional do verbo:

PESSOAS PRONOMINAIS		RADICAL	FLEXÃO NÚMERO-PESSOAL
P1	EU	FAÇ	- O
P2	TU	FAZE	- S
P3	ELE	FAZ	- Ø
P4	NÓS	FAZE	- MOS
P5	VÓS	FAZE	- IS
P6	ELES	FAZE	- M

**Quadro 2: Seis pessoas flexionadas (adaptado de CUNHA e CINTRA, 1985)**

Para Bechara (2001, p. 209), o “verbo é a unidade de significado categorial que se caracteriza por ser um molde pelo qual organiza o falar seu significado lexical”. Baseado em Jakobson (1970), afirma o gramático que essa palavra se combina a morfemas de tempo, modo número e pessoa, categorias gramaticais. Acrescenta que, em português, estas categorias não se separam, isto é, as categorias de número e pessoa estão ligadas entre si, ocorrendo o mesmo com as de tempo e modo. A categoria de número é caracterizada por afetar o número de participantes do ato comunicativo.

Com base em Coseriu (1967, 1972, 1973), o gramático apresenta um quadro sinótico em que a categoria de número é determinada lingüisticamente como *quantificadora*, pois se refere aos que participam da comunicação, sendo sempre ligada à pessoa do verbo flexionado. Assim, também ele apresenta um quadro com seis pessoas flexionadas:

PESSOAS PRONOMINAIS		RADICAL	FLEXÃO NÚMERO-PESSOAL
P1	EU	CANT	- O
P2	TU	CANTA	- S
P3	ELE	CANTA	- Ø
P4	NÓS	CANTA	- MOS
P5	VÓS	CANTA	- IS
P6	ELES	CANTA	- M

**Quadro 3: Três pessoas do discurso, para o singular e para o plural (adaptado de BECHARA, 2001).**

Ao tratar da concordância verbal, Bechara diz que, numa sentença com apenas um sujeito, sendo ele simples e singular, o verbo fica no singular, mas se for plural, o verbo aparece no plural; no caso de sentenças com mais de um sujeito, no caso de sujeito composto, normalmente, o verbo fica no plural, independente da posição do sujeito.

Ele ainda menciona os casos em que a concordância é feita em relação ao sentido que a palavra sujeito denota, ou seja, os casos denominados, em outras gramáticas, de “concordância ideológica”.

O mais interessante dessa análise, contudo, reside no que ele coloca em seguida e que aqui transcrevemos na íntegra:

Quando o sujeito simples é constituído de nome ou pronome que se aplica a uma coleção ou grupo, pode o verbo ir ao plural. A língua moderna impõe apenas a condição estética, uma vez que soa geralmente desagradável ao ouvido (grifo nosso) construção do tipo: O povo trabalham ou A gente vamos. Se houver, entretanto, distância suficiente entre o sujeito e o verbo e se quiser acentuar a idéia

de plural do coletivo, não repugnam à sensibilidade do escritor (grifo nosso) exemplos como os seguintes: “começou então o povo a alborotar-se, e pegando do desgraçado céptico o *arrastaram* até o meio do rossio e ali o *assassinaram*, e *queimaram*, com incrível presteza (HERCULANO, 1921, *apud* BECHARA, 2001 p.555).

Ele continua a discussão, ou melhor, a “prescrição” das regras relacionadas ao assunto, tratando agora do que chama de ‘outros casos de concordância verbal’. Sendo assim, sujeitos: compostos formados por pronomes pessoais como *eu* ou *nós* que fica no plural; ligados por série enfática sendo a CV no plural ou com o elemento mais próximo; ligados por *com*, a CV é optativa; ligados por *nem...nem*, a CV é plural, com raras exceções no singular; ligados por *ou*, se indicar exclusão, retificação de número gramatical, identidade ou equivalência, haverá concordância com o mais próximo; se, por outro lado, o predicado referir-se a toda série do sujeito composto, a concordância é plural.

Para os demais casos particulares, cujos sujeitos tenham expressões como: a maioria dos, um de + plural, mais de um, que de, quais de vós e pronomes relativos, as regras são, basicamente, as mesmas. Pode o verbo figurar no plural ou no singular, a depender de cada situação.

Para estudo dessas regras, os professores de língua portuguesa do ensino fundamental e médio, geralmente têm, como parâmetro, gramáticas como as de Infante (1985), Paschoalin e Spadoto (1989) que se inspiram, normalmente, nas propostas de gramáticas científicas como as de Cunha e Cintra (1985) e de Bechara (2001), entre outros.

Infante (1985, p. 146), tratando das flexões verbais, observa que elas “podem se referir a um único ser ou a mais de um ser; no primeiro caso, encontram-se no **singular**; no segundo, no **plural**. Essa indicação de número é acompanhada pela indicação da pessoa gramatical a que o verbo se refere”, e propõe um quadro de seis pessoas flexionadas:

PESSOAS PRONOMINAIS		RADICAL	FLEXÃO NÚMERO-PESSOAL
P1	EU	OPIN	- O
P2	TU	OPINA	- S
P3	ELE	OPINA	- Ø
P4	NÓS	OPINA	- MOS
P5	VÓS	OPINA	- IS
P6	ELES	OPINA	- M

**Quadro 4: P 1, 2, 3 formas do singular e P 4,5,6 formas do plural adaptado de INFANTE, 1985, p. 146**

Ao tratar das regras de concordância, ele assim se coloca: “o verbo e o sujeito de uma oração mantêm entre si uma relação de mútua solidariedade chamada concordância verbal” (p. 147).

Percebe-se que, na essência das explicações desse tipo de manual, o que permanece é o caráter normativo que Cunha e Cintra (1985), além de Bechara (2001), tentam amenizar em suas gramáticas, o que pode ser notado nas seguintes passagens:

[...] nos sujeitos compostos de que participam pessoas gramaticais diferentes, a concordância no plural obedece às seguintes prioridades [...]”; ou “[...] no caso de sujeitos compostos pospostos ao verbo, abre-se uma nova possibilidade de concordância: o verbo pode deixar de concordar no plural com a totalidade do sujeito [...]” mas “[...] quando há reciprocidade, no entanto, a concordância deve ser feita no plural [...]” e ainda “[...] há muitos gramáticos que consideram aceitável também a concordância no singular (INFANTE, 1985, p. 451 - 454).

Para fechar essa descrição gramatical, cabe citar o que Walt Wolfram coloca no artigo *Sociolinguistics* (1991). Tratando da relação língua e comportamento social, ele diz:

language is one of the most powerful emblems of social behavior. In the normal transfer of information through language to send vital social messages about who we are, where we come from, and who we associate with. It is often shocking to realize how extensively we may judge a person’s background, character, and intentions based simply upon the person’s language, dialect, or, in some instances, even the choice of a single word.<sup>16</sup> (1991, p. 1).

O mote dessa citação é bastante oportuno, porque, na maioria dos postulados gramaticais aqui expostos, a regra de concordância verbal é quase sempre apontada como categórica. Mas devemos admitir que, quando tratam dos “casos particulares”, das exceções, eles abrem a possibilidade para os casos de variação e, assim, eles estão contemplando alguns dos usos ligados à realidade lingüística brasileira.

O problema é que, ao fazerem isso, de alguma maneira, percebe-se um certo tom ou de “preconceito”, ou de “concessão” meio forçada, que, de alguma forma, eles não conseguem disfarçar ou controlar; como no trecho de Bechara, citado na íntegra, anteriormente, e

<sup>16</sup> A língua é um dos mais poderosos emblemas de comportamento social. Quando nos comunicamos através da língua, evidenciamos quem somos, de onde somos e a que nos associamos. Isto é muitas vezes, baseados simplesmente na língua ou, em última instância, na escolha de uma única palavra, podemos julgar a origem, as características e as intenções da pessoa com quem falamos. (Tradução nossa)

evocado parcialmente aqui: “se houver, entretanto, distância suficiente entre o sujeito e o verbo e se quiser acentuar a idéia de plural do coletivo, não repugnam à sensibilidade do escritor” ou “uma vez que soa geralmente desagradável ao ouvido”.

Cabe dizer que, da mesma maneira que podemos identificar a origem geográfica ou social de uma pessoa, pela maneira como ela fala, também é possível perceber a que ideologia a pessoa se associa, baseados tão somente num único vocábulo que o falante ou escritor escolhe; nota-se a que tipo de pensamento ele se associa, e a escolha por repugnam ou soa desagradável ao ouvido não dão margens a dúvidas sobre o que Bechara pensa.

Voltando para a questão das gramáticas utilizadas pelos professores em nossas escolas, bem como na insistência do uso de expressões como obedece às seguintes prioridades, muitos gramáticos que consideram aceitável ou a concordância deve ser feita, será que é possível falar que, em algum momento, a regra de CV é tratada como não-categórica nas gramáticas tradicionais? E, em sala de aula, como será tratado tal tema, se na base o professor se sustenta em manuais como esses?

Essas foram apenas algumas das preocupações e especulações que nos levaram a concluir que ,dentro de perspectivas como as que expomos, a regra de concordância é obrigatória. A ausência da marca de plural no verbo, no geral, e na terceira pessoa, constitui um desvio de norma padrão do Português. É isso que acreditamos que a maioria dos gramáticos postula.

### **3.1.2 Do estudo sobre o verbo e a concordância verbal: visões descritivas**

Inúmeras possibilidades comunicativas pressupõem diversidade. Não pode ser ignorado que há comunicação dentro da diversidade, pois não há deficiência na estrutura gramatical da linguagem apenas porque uma frase pode ser enunciada de várias maneiras. Isso se partir de uma maneira diferenciada de ver e descrever a língua, e não ditar como ela deve ou deveria ser.

Partindo disso, podemos citar alguns trabalhos que descrevem o sistema verbal português. Em 1970, Mattoso Câmara faz uma descrição da “estrutura da língua portuguesa” e, nela, uma descrição do verbo. Sua descrição é feita a partir de duas perspectivas, uma em que ele parte dos verbos regulares, chamados por ele de “padrão geral”; e outra em que ele descreve os irregulares, ou “padrão especial”.

Embora diga que o verbo é um vocábulo flexional por excelência e que há seis sufixos número-pessoais nos verbos do português, não há por parte do autor o objetivo de ditar regras, e suas conclusões partem tão somente da constatação de como a língua estava funcionando naquele momento. O fato é que a sua descrição é resultado da análise que ele faz de um dado momento do português culto dos falantes do Rio de Janeiro.

No quadro flexional dos verbos, descrito por Câmara Jr. (1992), existem, portanto, treze sufixos modo-temporais e seis número-pessoais. Estes últimos indicam, conforme o autor, a pessoa do falante ou P1, o falante e mais alguém ou P4, um ouvinte ou P2 e mais de um ou Segunda Pessoa do Plural (P5), um outro ser ou Terceira Pessoa do Singular (P3); ou mais seres distintos do falante ou P6. Essa flexão se distribui nos vários tempos em que os verbos podem ser flexionados. O quadro a seguir resume um pouco da proposta do autor para o padrão geral dos verbos:

PESSOAS	SNP GERAL	SNP ALOMÓRFICO	
P1	∅	-o	IdPr
		-i	IdPt2
		-i	IdFt1
P2	-s	-ste	IdPt2
		∅	Sb1
P3	∅	-u	IdPt2
P4	-mos	-	-
P5	-is	-stes	IdPt2
		-des	Sb2Ft
		-i	Sb1
P6	-m	/uN/	Sempre que estiver diante de /a /

**Quadro 5:** resumo dos Sufixos Número Pessoal (SNP) gerais e alomórficos (adaptado de CÂMARA JR., 1992, p. 108 -109)

Devemos salientar que a pretensão de Mattoso não abarca a relação morfossintática. Como bom estruturalista que foi, o seu interesse, aqui, incide no verbo enquanto vocábulo mórfico, que pode ser subdividido em suas unidades menores, os morfemas. Tarefa semelhante se propõe Zanotto (1996), que tenta fazer uma descrição da “estrutura mórfica da língua portuguesa”.

Também Pontes, em 1972, faz uma análise da estrutura do verbo; a autora propõe-se a analisar o português coloquial, partindo da fala espontânea de falantes cultos cariocas. Para ela, no sistema verbal, a flexão começa na Vogal Temática (VT). A partir da consideração dos tempos verbais, ela estabelece três paradigmas para o sistema flexional de número e pessoa:

- a) paradigma com distinção de três pessoas flexionadas, que inclui as formas empregadas no imperfeito do indicativo, presente, pretérito e futuro do subjuntivo e infinitivo. Ela exclui o **tu** e o **vós** e nota que há uma neutralização entre P1 e P2 nestes tempos. Segundo ela, essa neutralização só ocorre nos verbos regulares, uma vez que nos irregulares a distinção é feita pela VT;
- b) paradigma com distinção de quatro formas flexionadas, que tem o presente e o pretérito perfeito do indicativo inclusos. Esse se distingue daqueles, porque não apresenta neutralização entre P1 e P2 que se realizam normalmente;
- c) paradigma sem distinção de pessoa, composto pelas formas nominais gerúndio e particípio.

Esse estudo, talvez pelos propósitos, não evidencia nenhuma redução do morfema de terceira pessoa do plural.

Em sua Gramática Descritiva do Português, Perini (2000) observa que os verbos têm comportamento homogêneo, morfossintaticamente falando. Justifica tal afirmativa, dizendo que eles se flexionam do mesmo modo, exercem a mesma função sintática. Entretanto, no seu ponto de vista, a definição tradicional para verbo é equivocada. Para ele, seria muito difícil aplicar a casos concretos esse tipo de conceito: “verbo é uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento no tempo” (CUNHA e CINTRA, 1985, p. 367).

Admite que, levando em consideração os traços morfossintáticos, é fácil estabelecer um conceito para esse lexema: “verbo é a palavra que pertence a um lexema cujos membros

se opõem quanto ao número/pessoa” (p. 320), sendo a única palavra que pode se constituir em predicado de uma oração. Por fim, adota a seguinte definição, considerando o radical do verbo: “verbo é toda palavra cujo radical pode coocorrer com os sufixos de modo-tempo e pessoa-número”. (p. 321)

Quando trata da concordância, ele o faz rotulando-a como um tipo de regência, sendo um dos tipos de concordância aquele em que um sujeito apresenta traços comuns com o seu predicado através da CV. As pessoas são os itens em que se manifesta melhor a concordância. Aponta as formas de primeira pessoa (EU e NÓS), as de segunda (TU e VÓS, raramente usados no Português Popular Brasileiro (PPB)), e as de terceira (ELE e ELES). Mas ele observa que isso nem sempre funciona com clareza, pois avalia que os casos de CV, denominados de gerais pela Gramática Tradicional (GT) refletem “usos” pouco frequentes, refletindo construções arcaicas e raras.

Ele revê os casos particulares de violação da regra de concordância e, como não poderia deixar de ser, dada a orientação gerativista dessa sua gramática, ele explica os “erros” de concordância, a partir das propostas de “restrições” que tal teoria postula.

De todo o exposto sobre o verbo e / ou concordância verbal, percebe-se que esse é um tema que tem suscitado reflexões e discussões por parte, principalmente, dos lingüistas. Note-se que, nesta seção, há posicionamentos que transitam do estruturalismo mais ortodoxo, por exemplo em Mattoso Câmara, a elaborações cuja orientação tem base gerativista, como em Perini (2000).

Todos esses posicionamentos são válidos na medida que podem contribuir para a explicação do fenômeno que será analisado no penúltimo capítulo deste trabalho. Contudo, o PB tem sido objeto de investigação de vários estudiosos, com outras orientações teóricas, e muitos deles têm focalizado a CV.

A começar pelos estudos dialetológicos, faremos, na próxima parte desse capítulo, uma breve apresentação dos estudos sociolingüísticos, ou não, que investigam a gramática ou gramáticas do PB falado, padrão ou não-padrão, principalmente aqueles que tratam da regra de concordância verbal.

### 3.1.3 Das pesquisas em Dialectologia e Sociolingüística

A realidade lingüística brasileira tem sido objeto de estudo continuado de muitos pesquisadores e diversos grupos de pesquisa, nos diversos lugares do território brasileiro. Essa atitude tem contribuído para o esclarecimento quanto à realidade do Português do Brasil, como depõem os já citados trabalhos de Ferreira e Cardoso (1984) e de Cardoso (1999).

Os estudos sociolingüísticos iniciados no Brasil, por volta da década de 1970, ainda não permitem traçar um perfil da comunidade de fala brasileira na sua totalidade. Entretanto, com base em documentação do projeto Norma Urbana Culta (NURC), bem como em pesquisas sobre a variedade e dialetos do PB falado, iniciadas, sobretudo, por Naro (1989) Rio de Janeiro (RJ) e por Tarallo (1985) São Paulo (SP), já se pode fazer um diagnóstico sobre muitos aspectos de variação em nosso idioma, tanto na camada culta como na variedade corrente.

No período de consolidação desses estudos, podem-se notar questões relacionadas aos estereótipos homogeneizantes: as especificidades do PB em relação ao PP; a contribuição dos elementos indígenas, africanos e o contato entre línguas no espaço geográfico brasileiro, o que reflete uma realidade de estratificação social nessa heterogeneidade dialetal.

Nesse enfoque, germinaram trabalhos pioneiros como os de Amaral (1920), Marroquim (1935), Nascentes (1953) etc, o que demonstra que a análise da realidade brasileira tem sido objeto do esforço contínuo de pesquisadores, podendo-se destacar os trabalhos dos dialectólogos, traduzidos nos Atlas Lingüísticos que têm contribuído para a precisão das descrições das realidades lingüísticas regionais e o projeto NURC implementado no Brasil, em 1969, com o objetivo de descrever a norma culta em cinco capitais brasileiras, na modalidade oral de pessoas com formação universitária. Ele parte de uma metodologia que permite confrontar a variedade culta de Salvador, Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, levando em consideração algumas variáveis sociais como sexo, idade e tipo de registro.

Inúmeras questões no campo da análise lingüística do português do Brasil já foram levantadas, e importantes contribuições têm sido dadas desde o século XIX, como apontam

Ferreira e Cardoso (1984) e Cardoso (1999), ao tratarem da história dos estudos dialetais no Brasil.

O legado de trabalhos citados pelas autoras recobre três fases. A primeira é marcada por Barros (1926) com *les différences que le dialecte brésilien pourrait présenter, comparé à la langue du Portuga'*. A segunda é marcada pela publicação dos seguintes estudos: *O dialeto caipira*, de Amaral (1920); *O linguajar carioca*, de Nascentes (1953); *A língua do Nordeste*, de Marroquim (1935). E a terceira inicia-se em 1952 com um decreto do governo, que aponta a elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil como finalidade principal da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa. Esta fase é marcada pelos trabalhos: *Bases para a Elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil*, de Nascentes (1953); *Guia para estudos dialectológicos*, de Silva Neto (1976); *Atlas Prévio dos Falares Baianos (APFB)*, de Rossi, Ferreira e Isensee (1963).

Marcando, ainda, a terceira fase, destacam-se os seguintes atlas regionais: em 1987, *Atlas Lingüístico de Sergipe (ALS)*; em 1977, *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais (EALMG)*; em 1984, *Atlas Lingüístico da Paraíba (ALPb)*; em 1994, *Atlas Lingüístico do Paraná (ALPr)*; e, em 2002, outros atlas como o *Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul*, *Atlas Etnolingüístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro*, *Atlas Lingüístico de São Paulo*, *Atlas Lingüístico do Ceará*, *Atlas Lingüístico do Acre*, além do *Atlas Lingüístico do Mato Grosso do Sul*, encontram-se em andamento.

Em 1996, iniciou-se, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), um projeto com o objetivo de fazer o *Atlas Lingüístico do Brasil (AliB)*. Trabalho esse que se encontra em pleno desenvolvimento por pesquisadoras como Dra. Suzana Cardoso e Dra. Jacyra Mota da UFBA, e que também envolve pesquisadores de todo o Brasil.

Além dos trabalhos mencionados, na área de dialectologia, e do Projeto NURC, entre outros, não se pode deixar de citar os projetos que integram a sociolingüística laboviana, a exemplo do CENSO (Rio de Janeiro), *Variação na Região Sul (VARSUL)* (Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul), *Variação Lingüística na Paraíba (VALPB)*; LUAL (Alagoas). Não se pode esquecer, aqui, o *Programa para a história da língua portuguesa (PROHPOR)*, de Mattos e Silva; e o *Projeto para a história do português brasileiro*, de Castilho. Além desses, inúmeros são os trabalhos individuais que não citamos, mas que, juntamente com os mencionados, têm contribuído para ajudar a esclarecer os processos de mudança no português do Brasil.

Em português, há alguns estudos que explicitam fenômenos envolvidos com a mudança em progresso: a fricativação do R, por Callou (1979); o cancelamento do R, por Oliveira (1982). Os fenômenos, segundo os autores, estão envolvidos em lapsos temporais, acima dos estabelecidos por Labov (1981).

Também foram analisadas, em Minas Gerais (MG) e em São Paulo (SP), as alternativas na colocação dos clíticos acusativos de terceira pessoa com três variantes: 1) a padrão, estabelecida pela norma pedagógica; 2) a não-padrão com pronome lembrete e; 3) a não-padrão cortadora. Percebeu-se que, tanto no dialeto rural mineiro, quanto na escrita de estudantes do primeiro grau de Belo Horizonte e no falar culto de São Paulo, o resultado é o mesmo. Todas as classes usam a relativa não-padrão cortadora, sendo a não-padrão com pronome lembrete a forma mais estigmatizada.

### **3.1.4 As Pesquisas Sobre o PB e a Investigação Sobre a Concordância Verbal**

No desenvolver desses estudos sobre a diversidade lingüística brasileira, a concordância, seja verbal ou nominal, também se constituiu objeto de investigação por parte de autores das mais variadas tendências teóricas, o que resultou em inúmeras e importantes pesquisas sobre o tema. E as pesquisas de ontem e de hoje - Silva Neto (1976), Lemle e Naro (1977), Naro (1989), Naro (1981), Scherre e Naro (2000), Lucchesi (2000) Lopes (2001), Monguilhott e Coelho (2002) - confirmam isso.

No que diz respeito à concordância verbal, Amaral (1920) assegura que a segunda pessoa do singular, quando aparece no dialeto caipira, assimila-se às formas de terceira. Através de vários exemplos, mostra as modificações sofridas pelas formas de primeira e terceira pessoas do plural.

Marroquim (1935) também dá uma contribuição importante ao verificar que o falar matuto se caracteriza pela simplificação, pela tendência à uniformidade e à abolição das flexões verbais.

Nascentes (1953), em seus estudos sobre a morfologia verbal, diz que as desinências verbais sofrem mutilações, implicando ausência de concordância entre o verbo e o seu sujeito.

Ao tratar da concordância, Melo (1971) postula que a “ausência de flexão dos verbos, em português, é uma maneira de se dispensar um traço redundante”, afirmando que “(...) o flexionismo é simplesmente um recurso da língua, não é uma imposição da lógica. (...) o estudo da concordância portuguesa pertence muito mais à estilística do que a gramática...” (p. 178)

Rodrigues (1974) apresenta a simplificação do sistema de concordância com transformações “morfológicas e morfossintáticas”, tanto no sintagma nominal sujeito como no Sintagma Verbal (STV), no dialeto caipira da região de Piracicaba, SP.

Apoiando-se na concepção lingüística de Sapir (1971), Silva Neto (1976) justifica sua explicação para a redução das flexões dos falares regionais brasileiros. Ele diz que as flexões verbais se reduzem às duas pessoas: a primeira em oposição às outras.

Também Assis Veado (1980), no seu trabalho com falantes não-escolarizados da micro-região Sanfranciscana de Januária, MG, comparando as flexões aos traços de número e pessoa, tradicionalmente estabelecidas para o sistema do português “padrão”, diz que, no dialeto rural, só existem as flexões de 1ª e 2ª pessoas do singular, inexistindo a oposição entre singular e plural, não havendo, pois, concordância. Enfim, a autora inclui a concordância entre os aspectos gramaticais morfossintáticos de ocorrência baixa ou nula e aponta somente duas flexões verbais em relação às pessoas.

Galves (1991) propõe que se considere a flexão do PB como um elemento de concordância fraca, ou seja, a concordância que não contém pessoa, ou quando a pessoa é marcada apenas sintaticamente, pois, segundo ela, no PB não há oposição na flexão entre as 1ª., 2ª. e 3ª. pessoas.

Segundo a autora, a mudança desse morfema provoca uma reestruturação na estrutura profunda e na estrutura superficial, o que significaria uma mudança paramétrica na CV do PB, uma vez que a flexão, na perspectiva chomskiana, tem papel de núcleo, responsável pela atribuição de caso nominativo, ou sujeito. (GALVES, 1996)

Para muitos estudiosos, a regra de concordância é uma regra variável. E os trabalhos dentro da perspectiva variacionista têm mostrado que a concordância verbal no português do Brasil ora se aplica, ora não se aplica; e que a variação está relacionada tanto a fatores estruturais quanto a fatores sociais. Monguilhott e Coelho (2002, p. 189) afirmam que a “concordância verbal é uma regra variável bastante recorrente no PB”.

Assis Veado (1980) aponta para uma reestruturação do sistema verbal, em que as formas se opõem duas a duas; oposições entre formas que incluem a pessoa do falante e formas que a excluem.

Souza da Silveira (1972), ao estudar a concordância verbal portuguesa de sujeito composto, chega à seguinte conclusão: a língua corrente prefere o plural quando o sujeito de 3ª pessoa antecede o verbo; nos casos de sujeitos pospostos, o verbo pode ir tanto para o plural como para o número do sujeito mais próximo.

Melo (1971) observa que a ausência da flexão é um traço comum na fala das pessoas de camada social mais baixa, mas possível de aparecer nas camadas acima da média apenas no falar descuidado. Em seu trabalho, foi observado que, no português do Brasil, existe uma relação entre a aplicação da regra de concordância e a distribuição social dos falantes. Aponta, como traço comum da linguagem coloquial, a não aplicação da regra entre o verbo e o sujeito plural, quando posposto, defendendo a tese de que a ausência de flexão nas formas verbais tende a não mais ocorrer, em consequência da ascensão social, econômica e cultural das classes baixas.

Também Lemle e Naro (1977) postulam que a regra de concordância verbal no português do Brasil é ainda categórica nas classes média e alta e estaria em pleno processo de mudança nas classes de nível socioeconômico mais baixo. Eles consideram a ausência de concordância verbal um caso de interação entre processos morfológicos e morfossintáticos.

A partir dos resultados obtidos em trabalhos anteriores, Naro (1980) reanalisa a regra de concordância verbal e conclui que, em relação à mudança lingüística, dois aspectos devem ser observados: a origem e a difusão. No caso da mudança em direção a um sistema sem concordância verbal, no português, a origem está ligada à atuação de uma regra fonológica variável de desnasalção. Assim, as formas verbais de 3ª pessoa do plural produzem formas que coincidem exatamente com as do singular.

Motta (1979) propõe também variáveis estruturais e sociais para analisar a variação da concordância verbal na fala de adolescentes de Salvador e verifica que, embora os adolescentes tenham o mesmo nível econômico, eles não apresentam a mesma frequência de aplicação da regra de concordância, em consequência do grau de escolaridade e outros fatores. Mas observa que não há diferença sensível entre os grupos observados.

Guy (1981), após analisar o Português coloquial do Rio de Janeiro, diz que as regras de concordância são variáveis no português brasileiro. Ao se referir à concordância verbal,

ressalta que o português do Brasil só tem duas pessoas no seu sistema verbal: a pessoa do falante e a pessoa não-falante.

Esse autor afirma ser bastante comum na fala dos brasileiros a ocorrência de sentenças com o sujeito no plural e o verbo no singular. Afirma, ainda, que a ausência de concordância entre o verbo e o sujeito plural, de 3ª pessoa, é resultado da não aplicação da regra variável de concordância verbal; e que, quando essa regra se aplica, seu efeito é cancelado pela ação de uma regra sincrônica variável de desnasalação sobre as formas verbais já dotadas de flexão. Para ele, “popular Brazilian Portuguese differs in many ways from the “standard” varieties of the language taught in the classroom or spoken by educated Brazilians”. (p. 283)<sup>17</sup>

Já Nicolau (1984), a partir de dados de Belo Horizonte, afirma que a concordância verbal naquele estado se constitui em uma variação estável, influenciada por fatores de ordem social como sexo, idade e estilo de fala.

Outro trabalho, o de Vieira (1997), mostra que, no que diz respeito à concordância verbal nos dialetos dos pescadores fluminenses, os resultados encontrados lá confirmam e complementam os de outros trabalhos variacionistas.

Outros pesquisadores - Oliveira (1982), Mollica (1989), Zilles e outros (2000), Menon (2000) - têm estudado o PB à luz da teoria variacionista, seja observando a concordância ou um outro aspecto do PB, e todos têm apontado para um português brasileiro que varia conforme o sexo, a idade, e o grau de escolaridade do falante.

Eles são unânimes em suas considerações quanto ao fato de que é impossível colocar a língua numa camisa de força, ou mesmo desconsiderar as singularidades dos falantes que a usam.

Dessa forma, caracteriza o PB a simplificação dos paradigmas flexionais verbais em decorrência de fenômenos morfofonêmicos e morfossintáticos, relacionados, sintática e semanticamente, à seleção do pronome pessoal sujeito: paradigma histórico X paradigma com oposição - a primeira pessoa e as outras - sem distinção número-pessoal, descrito por Eugênia Duarte - paradigma de quatro e de três pessoas.

Pelo exposto, os modelos de gramáticas deveriam incluir a noção de uso lingüístico, bem como caracterizar a comunidade de fala, através de traços referenciais e estatísticos, uma vez que só através da correlação entre fatores lingüísticos e extralingüísticos é possível compreender como a língua é usada e de que ela é constituída. Como diz Tarallo (1985), cada

---

<sup>17</sup> O português popular brasileiro difere, em muitos pontos, da variedade padrão falado pelas classes ou falantes mais escolarizados. (Tradução nossa)

comunidade de fala é única, cada falante é um caso individual e a partir do estudo de várias comunidades se chegará a um macrossistema de variação.

Necessário seria partir de uma compreensão de língua como a proposta por Labov (1996, p. 09), “language is conceived here as the instrument of communication used by a speech community, a commonly accepted system of associations between arbitrary forms and their meanings”<sup>18</sup>. Como propõe Cunha:

uma visão das formas da língua falada é indispensável para que possamos ter uma idéia mais concreta da deriva do idioma, do que nele vive e do que foi superado, dos pontos suscetíveis de rutura, e para que, sobre essa realidade venhamos a

estabelecer normas exequíveis e não continuemos a entorpecer o ensino com aquilo que hoje está morto e frio.” (1976, p. 4)

---

<sup>18</sup> A língua é concebida aqui como o instrumento de comunicação usado por uma comunidade de fala, um sistema de associação entre formas arbitrárias e seus significados comumente aceito. (Tradução nossa)

## **4 DA ESCOLHA METODOLÓGICA**

### **4.1 DA METODOLOGIA COMO UMA ESPECIFICIDADE TEÓRICA**

Cada área de conhecimento, em virtude de suas singularidades, direciona o fazer do pesquisador para uma metodologia específica e afinada com aquilo que a própria teoria propõe.

Com a Teoria Variacionista, o comportamento é o mesmo. Dessa forma, a Sociolinguística oferece um modelo metodológico para a análise da variação e mudança linguísticas, que é um reflexo da sua própria visão de língua. A metodologia cumpre, portanto, dois aspectos: o primeiro está relacionado ao rigor metodológico empregado pelo pesquisador, das sucessivas etapas até a consecução da análise; o segundo está relacionado às trilhas oferecidas para futuras pesquisas.

Nesse capítulo, tem-se a apresentação detalhada das etapas pelas quais percorre o pesquisador, que busca um meio de seguir coerentemente as duas mãos de uma pesquisa sociolinguística – teoria e método -, da pesquisa à escrita, desse trabalho final.

### **4.2 DA ESCOLHA DA LOCALIDADE: A HISTÓRIA**

#### **4.2.1 Vitória da Conquista: De Terra de Índio à Edificação do Terceiro Maior Município da Bahia**

A cidade de Vitória da Conquista, comunidade onde foi desenvolvida a pesquisa, está inserida no planalto de Conquista, região do Sudoeste da Bahia.

Essa é uma localidade que, diariamente, recebe centenas de pessoas das cidades circunvizinhas, pois, ao longo dos anos, foi se constituindo em pólo comercial e cultural. Trata-se de uma localidade que, historicamente, teve a sua economia voltada para o cultivo cafeeiro, mas que, após a crise do café, teve no comércio um meio de se reerguer.

Conforme Sousa (1999), a história de Vitória da Conquista data do início do século XVIII e é repleta de fatos dignos de nota. A começar pela conquista dos índios que aqui habitavam nessa época, legítimos senhores da terra e que travaram lutas em defesa disso.

Em fins do século XVIII, a expedição comandada pelo capitão-mor João Gonçalves da Costa buscava, inutilmente, as minas de pedras e metais preciosos que outrora existiram nas cercanias de Minas Novas – norte de Minas Gerais e região limítrofe com a Bahia. Após as frustradas buscas, o Capitão penetra a região conhecida por “Sertão da Ressaca”, localizada entre os rios Pardo e das Contas, e ali se fixa, tornando-se um grande proprietário de terras, gado e cultivador de algodão.

João Gonçalves da Costa era um preto forro, originário da cidade de Chaves, em Portugal, que, desde meados do século XVIII, integrava expedições em busca de ouro e à caça ao aborígene. Aqui, ele se revelaria como um grande desbravador de novos territórios, seja através da dizimação das aldeias indígenas que obstavam as suas pretensões, seja como pioneiro na abertura de estradas que permitiram diminuir as dificuldades de comunicação entre o sertão e o litoral, possibilitando a integração de um vasto território e a dinamização de um comércio regional.

Desta extensa Região do Sudoeste (cerca de 24.709Km<sup>2</sup> em 1880), segundo Viana (1982), em que se situa o Município de Vitória da Conquista, eram donos os índios *Mongoiós* ou *Monochós*, também conhecidos como *Camacans*, os *Pataxós* e *Amborés* ou *Imborés*. Várias foram as tentativas de conquista da terra, empreitadas pelo Mestre-de-Campo, João da Silva Guimarães, mas, só em 1782, auxiliado por seu genro Capitão-Mor João Gonçalves da Costa, ele obterá sucesso.

Após a conquista, funda-se o Arraial da Conquista, sendo João Gonçalves da Costa senhor de todo o terreno conquistado. Ao morrer, quase centenário, nas primeiras décadas de mil e oitocentos, João Gonçalves dividia com sua família a posse de imensas faixas de terra, gado, escravos, dominando economicamente a região. Em maio de 1840, quando foi criada a

cidade de Vitória da Conquista, é considerado como o insigne fundador do local, a despeito das violentas condições que nortearam esse processo.

Terra selvagem, habitada por selvagens (homens e bichos), exigirá um pouco de tempo e muito de sangue, que será derramado, para que o então fundado Arraial da Conquista se torne o que é hoje: a terceira maior cidade do estado da Bahia.

Até cerca de 1933, ainda existiam índios bravos e semi-domesticados na região conquistense. Entretanto, o que se tem hoje é um município próspero que muito pouco conserva de sua origem selvagem, possuindo uma população de 262.585 habitantes, segundo estimativas do Censo (2000), realizado pelo IBGE. Desse total, 127.544 são homens e 135.041 mulheres, com uma taxa de 2,05 % de crescimento anual.

#### 4.3 DA POPULAÇÃO E AMOSTRAGEM: A SELEÇÃO DOS INFORMANTES

Para que se tenha uma amostragem estatisticamente representativa, é importante fazer algumas combinações com os fatores que se vai elencar. Cada fator constitui uma célula e para cada célula o pesquisador estipula a quantidade de informantes. Segundo as etapas sugeridas por Corvalán (1989), existem alguns passos a serem considerados numa pesquisa de natureza sociolingüística, tais como: observação da comunidade, seleção dos falantes, coleta, análise dos dados - identificação da variável e do contexto, codificação, quantificação e interpretação dos resultados.

O *corpus*<sup>19</sup> foi coletado obedecendo às orientações para uma pesquisa sociolingüística. Dessa forma, foram controladas três variáveis sociais, descritas abaixo. Objetivando selecionar os informantes que constituiriam a amostragem da população, foi utilizada a técnica de amostra aleatória por área.

---

<sup>19</sup> Esse *corpus* foi constituído, buscando cumprir dois propósitos: o primeiro e mais importante era o de constituir um banco de dados para a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, para o desenvolvimento de projetos de pesquisa por professores da área de Língua Portuguesa e Lingüística – ALPL, do Departamento de Estudos Lingüísticos e Literários – DELL - dessa instituição, a partir de dados de informantes da cidade de Vitória da Conquista; o segundo objetivo, este já alcançado, era o de possibilitar as pesquisas das dissertações de Mestrado das professoras Elisângela Gonçalves da Silva e Marian dos Santos Oliveira.

Inicialmente, foram sorteados cinco bairros e, em seguida, duas ruas por bairro, onde foi aplicado um total de quinhentos (500) questionários (Anexo A), com vistas a selecionar os prováveis informantes. A partir da lista nominal dos informantes selecionados pelo primeiro questionário, foram escolhidos, através da técnica de amostra aleatória simples, os 48 informantes que compõem a amostragem final do banco de dados.

Na escolha dos informantes, foram observados os seguintes requisitos: a) ser natural de Vitória da Conquista, ou morar nesta cidade desde os cinco anos de idade; b) nunca ter passado mais do que dois anos consecutivos fora desta cidade.

Durante a pesquisa de campo, houve dificuldades em encontrar informantes da Faixa Etária 1 com Nível Universitário (NU). Em virtude disso, foi deixada para uma outra oportunidade a coleta de dados com informantes que se encaixassem nesse perfil. Assim, nessa primeira fase de constituição do *corpus*, os inquéritos de informantes dessa faixa abrangem apenas os níveis fundamental e médio, como se pode notar no que é explicitado a seguir:

- **Sexo:**

Homens: 24 informantes

Mulheres: 24 informantes

- **Faixa etária:**

Faixa 1 (F1) – 15 a 25 anos: 12 informantes

Faixa 2 (F2) – 26 a 49 anos: 18 informantes

Faixa 3 (F3) – 50 anos ou mais: 18 informantes

- **Anos de escolaridade**

Nível Fundamental (NF): 18

Nível Médio (NM): 18 informantes

Nível Universitário (NU): 12 informantes

#### 4.4 DO INSTRUMENTO DE PESQUISA

Para obter os dados que compõem o *corpus* da pesquisa, foi aplicado, inicialmente, um questionário (anexo A) que possibilitou a seleção dos informantes e, em seguida, após definição da amostragem, aplicou-se uma ficha social (Anexo B), com o objetivo de se manter o primeiro contato com os informantes, visando à minimização do *paradoxo do observador*, como salienta Labov (1972, p. 209), e também procurando conhecê-los melhor, a fim de estabelecer uma relação amigável entre entrevistador-entrevistado. Nesse encontro, foram agendados datas, horário e local das entrevistas.

Vencidas estas duas etapas preliminares, na etapa seguinte, foram feitas as entrevistas, que aconteceram, portanto, num terceiro contato entre pesquisador e informante. Antes disso, porém, foi elaborado um roteiro para orientar as entrevistas (Anexo C). Seguindo as orientações de Labov (1972), foi escolhido um tema que motivasse o informante a esquecer-se, na medida do possível, da situação de entrevista e, conseqüentemente, do gravador ali presente.

Os instrumentos de pesquisa foram testados com informantes que preencheram os mesmos requisitos estabelecidos para constituir a amostragem definitiva da pesquisa.

#### 4.5 DA COLETA DOS DADOS: A BUSCA DO VERNÁCULO

Durante a realização das entrevistas, estrategicamente, o pesquisador começava falando sobre generalidades, fazia, de forma sutil, perguntas sobre a vida do informante até que, em determinado ponto, inseria perguntas cujo tema o fizesse esquecer da entrevista em si.

O tema girou em torno da violência que assola nosso país hoje e da conseqüência disso para a vida do entrevistado. E, em meio às perguntas sobre o tema, o entrevistador solicitava ao informante que narrasse qualquer evento perigoso pelo qual ele ou alguém próximo

houvesse passado. A intenção, com isso, era seguir aquilo que Labov (1972) propôs para amenizar o efeito do gravador. Havia, ainda, questões que levavam em conta as especificidades de cada informante, detectadas a partir da ficha social anteriormente aplicada.

Não se observou, durante a transcrição e conferência das entrevistas, nenhuma mudança na qualidade dos dados. Isto é, esperava-se que, nos primeiros quinze minutos, em virtude da situação formal de entrevista, imposta pela presença do gravador, o informante utilizasse um estilo mais cuidado de fala, o que se refletiria numa maior frequência de concordância explícita nesse período.

Por outro lado, também se esperava que, no decorrer da entrevista, e, principalmente, quando do relato de experiência pessoal, o indivíduo, por estar envolvido emocionalmente, utilizasse um estilo menos formal, que evidenciaria uma frequência maior de marca zero, mas não foi isso o que ocorreu. Pelo contrário, os índices de concordância aumentam à medida que a entrevista avança. Duas hipóteses, não excludentes, podem ser pensadas para explicar esse fato:

1. ou porque as pessoas, na medida em que tomam mais controle da situação, vão tendo maior rigor lingüístico, não porque estão tensas com a entrevista, mas porque estão mais tranquilas, uma vez que já foi criado um clima de intimidade com o documentador, e porque entendem que numa entrevista ele precisa utilizar um estilo mais cuidado;
2. ou porque, atualmente, entrevista, gravador, repórter, câmera são coisas muito próximas às pessoas, não surtem, nos falantes de hoje, o mesmo efeito que surtiam nos falantes de outrora.

Por isso, concluímos que a situação de agora seja inversa à que se tinha há tempos atrás: por estar mais tenso no início de uma entrevista, o informante não faz concordância; quando relaxa, ele passa a controlar mais suas emoções, o que faz com que tenha um controle maior da própria fala.

Cada entrevista teve a duração de aproximadamente 60 minutos, e todas foram identificadas, copiadas e armazenadas em local apropriado.

#### **4.5.1 Da Coleta dos Dados: A Transcrição**

Após a realização das entrevistas, o passo seguinte foi a transcrição das quarenta e oito (48) fitas. Para tanto, contou-se com a colaboração de alguns alunos do curso de Letras da UESB.

Foi realizada uma transcrição grafemática, considerando-se como relevantes fatos lingüísticos que constituem marcas do dialeto do informante; aqueles fatos gerais da língua portuguesa, mesmo quando em desacordo com o padrão, não foram considerados. Posteriormente, foram codificados, para serem submetidos à análise quantitativa do tipo sociolingüística laboviana, através do programa VARBRUL.

Considerando que as entrevistas são todas do tipo Documentador – Informante, ou DID, utilizaram-se os símbolos **E**, para identificar o “entrevistador”, e **I**, para identificar o informante. Para os casos de trechos, frases, ou palavras ininteligíveis, utilizou-se a palavra incompreensível entre parêntese (incompreensível), ao passo que o que se supunha entender era escrito entre parêntese, como em (mais). As pausas curtas foram identificadas com dois pontos “ : ”, enquanto que as longas foram identificadas com o tempo gasto, que foi anotado entre parênteses - (2,0), por exemplo. Os acentos demarcadores de pontuação foram também simbolizados: a vírgula “ , ” para simbolizar um ponto final, as aspas “ “ ”, para a interrogação. A ênfase era evidenciada com o uso de letras maiúsculas na sílaba, palavra ou em frases inteiras. Quanto a essas questões, no anexo D, encontram-se todos os critérios adotados. (cf., também, anexo E)

#### **4.5.2 Da Coleta dos Dados: o *Corpus* em Análise**

Numa pesquisa de campo, como a que foi realizada para a coleta de dados, é impossível evitar que eventuais empecilhos ocorram e que, a curto prazo, determinam alguns ajustes. Dessa maneira, em virtude de alguns problemas detectados durante a transcrição e conferência das entrevistas – condução da entrevista, qualidade da gravação, etc – bem como do próprio fenômeno em análise, percebeu-se que algumas delas não tinham a quantidade de ocorrência estabelecida e necessária para a análise.

Diante disso, foram eliminados alguns inquéritos, o que levou a uma reconfiguração do *corpus* que seria adotado. Assim, além do fato de não se poder contar com inquéritos de falantes da faixa 1 com nível universitário, aqueles que foram analisados nesta pesquisa sobre a concordância verbal de terceira pessoa do plural são resultantes da escolha de entrevistas individuais, selecionadas, considerando-se o seguinte: de um total composto por 48 informantes, selecionamos 32 inquéritos, assim distribuídos:

- **Sexo:**
  - Masculino (M): 16 informantes
  - Feminino (F): 16 informantes
- **Faixa etária:**
  - De 15 a 25 anos: 08 informantes
  - De 26 a 49 anos: 12 informantes
  - Mais de 50 anos: 12 informantes
- **Anos de escolaridade**
  - Fundamental: 12 informantes
  - Médio: 12 informantes
  - Universitário: 08 informantes

#### **4.5.3 Do Tratamento e Seleção dos Dados: A Recolha dos Exemplos**

Para verificar se os contextos, estabelecidos a partir dos grupos de fatores, são favorecedores, ou não, ao uso de uma dada variante, é preciso que se delimite um número representativo de ocorrências em cada entrevista. Para isso, já se havia definido uma chave de codificação que englobava todas as variáveis propostas, expostas na próxima seção desse capítulo e também no anexo F.

Assim, as transcrições foram conferidas e, paralelamente, foi-se detectando e contando as ocorrências concernentes à variável dependente, observando cada grupo. Na etapa seguinte, foi feita uma codificação de todos os dados selecionados para a análise proposta, referentes à variável dependente, nos moldes da sociolinguística, criando-se, com isso, um arquivo de dados para cada informante. Nessa etapa, uma especial atenção foi dada pelo pesquisador à ausência ou presença da marca de número no sintagma verbal e / ou nominal, à realização do sujeito, do objeto e do predicativo na sentença, sendo ainda criteriosamente avaliadas as pausas que isolavam sentenças, cujos SNs sujeitos não podiam ser entendidos como sujeitos das orações seguintes. Desse modo, retiraram-se das entrevistas todas as formas verbais que estavam ou deveriam estar de acordo com a norma gramatical, flexionadas na terceira pessoa do plural.

Dessa análise, resultaram três mil e duzentas (3200) ocorrências, sendo codificadas cem (100) ocorrências de cada um dos trinta e dois (32) inquéritos dos informantes selecionados, criando-se, com isso, os arquivos de dados que, mais tarde, seriam submetidos aos programas computacionais que compõem o pacote VARBRUL.

Só se incluíram aqueles exemplos em que o sujeito plural era, do ponto de vista linear, identificável, isto é, claramente recuperável, mesmo que apenas pelo contexto (sujeitos simples ou compostos, antepostos ou pospostos ao verbo, expresso ou apagado); também consideraram-se estruturas cujo sujeito estava na pergunta do entrevistador ou mesmo subentendido, e sujeitos com substantivos coletivos, quando o verbo aparecia na terceira pessoa do plural.

Por questões de ordem teórico-metodológicas e, sobretudo, por não haver nem tempo hábil, nem interesse em estudar esse tipo de estrutura, desprezaram-se algumas estruturas com verbo **ser**. Esse mesmo critério foi adotado para estruturas com os verbos **existir** e **ter**. A seguir, apresentam-se os casos em que esses verbos foram desconsiderados:

**Verbo ser:**

- na indicação de hora

Ex1: **Eram três horas.**

- cujos constituintes podem ser tomados como sujeito ou predicativo

Ex2: **São dois meninos.**

**Verbo existir:**

- Ex3: **Existem muitas coisas.**

**Verbo ter**, significando existir:

- Ex4: **Tem uns lugares bons.**

## 4.6 DA DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS: A VARIÁVEL DEPENDENTE

As formas lingüísticas em variação, isto é, “variantes lingüísticas”, são freqüentes e tratam-se, na perspectiva de uma língua heterogênea, das variadas possibilidades de se “dizer a mesma coisa, em um mesmo contexto, com o mesmo valor de verdade” (Tarallo, 1985, p. 8). É o que se costumou chamar de conjunto de variantes ou variável lingüística. Por exemplo, a marcação de terceira pessoa do plural no verbo é uma variável lingüística, composta por duas variantes: pode ocorrer uma primeira variante com a vogal nasal e uma ditongação com a presença de [w] ou de [j], como em **EX a:** *eles andam* / **EX b:** *eles correm muito*; e uma variante com a vogal oral e sem a ditongação, ou marca [Ø], como em **EX c:** *eles andaØ* / **EX d:** *eles correØ muito*.

O fenômeno em observação - concordância verbal de terceira pessoa do plural - pode ser estudado, considerando-se vários grupos de fatores. Na distribuição dos dados, determina-se a freqüência e a distribuição das variantes em cada falante e, conseqüentemente, na comunidade.

A variável lingüística dependente aqui pesquisada constitui um grupo binário: ausência vs presença de marca de 3ª pessoa do plural.

#### 4.6.1 Da Definição das Variáveis: As Variáveis Independentes ou Grupos de Fatores

Os fatores se constituem em ferramentas importantes na apresentação, definição e explicação da ocorrência de uma ou outra variante, pois, muitas vezes, as variantes são favorecidas por certos fatores condicionadores; é o que Weinreich, Labov, Herzog (1968) classificam como “o problema das restrições”. Segundo esses autores, o objetivo de uma teoria da mudança é o de determinar o conjunto de mudanças possíveis e condições possíveis de mudança. Esses grupos são propostos a partir de hipóteses prévias que o pesquisador elabora, considerando o seu objeto de investigação.

Uma hipótese que pode ser postulada, para a variável concordância verbal de 3ª pessoa do plural, é a de que a posição do sujeito na oração pode condicioná-la. Assim, sujeito anteposto pode favorecer a variante explícita enquanto a posposição do sujeito pode favorecer a variante /Ø/. Com isso, se cria um grupo de fatores “posição do sujeito”, constituído pelos subfatores: anteposição ao verbo e posposição ao verbo. Estes são os chamados fatores lingüísticos ou internos. Mas é possível considerar, ainda, a faixa etária, o sexo e o grau de escolaridade do informante, fatores extralingüísticos ou sociais, para que se possa traçar o perfil sociolingüístico da variável estudada, uma vez que uma outra hipótese é a de que a ocorrência de uma variante pode ser condicionada por fatores internos ou externos.

Foram propostos sete grupos lingüísticos e três sociais para a análise da variável em estudo, quais sejam, respectivamente:

- Constituição do SN Sujeito;
- Traço Semântico do Sujeito;
- Realização, Posição e Distância do Sujeito na Oração;
- Saliência Fônica do Verbo;
- Tempo Verbal;
- Conjugação Verbal;
- Tipo Verbal;
- Sexo;
- Faixa Etária;
- Grau de Escolaridade.

Os grupos, bem como seus fatores, a codificação e o exemplo referente a cada um podem ser conferidos no anexo F.

#### 4.6.1.1 DOS GRUPOS DE FATORES: OS GRUPOS LINGÜÍSTICOS

##### 4.6.1.1.1 Constituição do SN Sujeito

A constituição do SN sujeito foi examinada em vários estudos. Observa-se que o SN sujeito constituído de pronome pessoal comporta-se como um fator que favorece a aplicação da regra analisada. O grupo foi organizado, levando-se em consideração onze fatores, inicialmente, mas no decorrer da análise. São eles:

- SN Sujeito Simples Formado por Substantivo Acompanhado de Determinante do Tipo Artigo, Pronomes Possessivo, Demonstrativo ou Indefinido e Numeral. (SAD)
  - EX 5: NaH3BiPtm2F os pais** não MOSTra a realidade da vida
- SN Sujeito Simples Formado por Substantivo sem Determinante (SsD)
  - EX 6: SbH3BiPtf2M pessoas** usam drogas
- SN Sujeito Composto Formado por Substantivo, com Determinante ou não (CsD)
  - EX 7: NcH9CrPtm1F o pai e a mãe** quer conversar com seus filhos
- SN Sujeito Simples ou Composto Formado por Substantivo e Pronome Pessoal (SCPP)
  - EX 8: NdH3BiPtm2F ele com os outro colega** pega o dinheiro
- SN Sujeito Simples Formado por Pronome Pessoal do Caso Reto (SPP)
  - EX 9: SeH3DiTaf3U eles** vao copiando
- SN Sujeito Constituído de Pronome Relativo (Pr)
  - EX 10: NgH3AiStm1F uns pais que** bebe
- SN Sujeito Formado por Pronome Indefinido (PI)
  - EX 11: NhH3AiStm2M outros** têm uma pedra de craque

- SN Sujeito Simples ou Composto com Constituintes do Tipo Determinante + Núcleo + Sintagma Preposicional (SCDnSP)

**EX 12: NkA2DiPlf2U as normas de convivência tá em baixa**

Ainda durante a codificação, houve uma redefinição nesse grupo, e foram retirados alguns dos fatores anteriormente previstos, como *SN sujeito composto constituído por pronome pessoal do caso reto*, pois não havia nenhum exemplo nos inquéritos em análise; *SN sujeito constituído por expressão partitiva*, por oferecer duas possibilidades de concordância, com a expressão partitiva, ou com o sintagma preposicional, isto é, uma sentença como esta pode ser interpretada de duas maneiras: uma primeira interpretação pode ser a de que a concordância foi feita com o sintagma **a maioria**, ou, numa segunda interpretação, o falante está fazendo a concordância com **das pessoas**, dessa forma, não havendo como codificá-lo ou analisá-lo com segurança.

Já quando se efetuava a primeira rodada do VARBRUL, detectou-se que o fator *SN sujeito constituído por núcleo numeral* não apresentava um número alto de casos, decidindo-se amalgamá-lo com o fator *SN sujeito constituído por pronome indefinido*. Dos onze fatores previstos restaram oito.

#### 4.6.1.1.2 Traço Semântico do Sujeito

Essa variável justifica-se pela hipótese de que o traço [+ animado], dada a possibilidade de o sujeito constituir o agente da oração, poder favorecer a concordância, já que pode se correlacionar com o valor semântico que se supõe ser predominantemente veiculado pelas classes dos verbos – a expressão de uma ação.

Por meio dessa variável, pretende-se controlar a influência dos traços semânticos do tipo [+/- humano] e ou [+/-animado]. Durante a codificação, todavia, notou-se que essa classificação não era suficiente, pois havia determinados SNs que não se enquadravam nem em uma nem em outra classificação, sendo possível perceber uma recorrência de SNs que

podiam ser classificados como [+ concreto – Animado] (CONC), de forma que esse grupo ficou constituído, inicialmente, de quatro fatores:

- Sujeito [ + Abstrato/ - Animado] (ABS)  
**EX 13: NaA3AiSaf3M os cuidados** deve ser tomado
- Sujeito [ + Concreto/ - Animado] (CONC)  
**EX 14: NcC1BiPtf2F esses brinquedos** incentiva
- Sujeito [ + Humano / + Animado] (H)  
**EX 15: SeH1CrStm2U Eles** não querem mais trabalhar
- Sujeito [- Humano / + Animado] (A)  
**EX 16: NaA3FiSlm3F Os bichos** é melhor que os homem

Por apresentar um baixo número de ocorrências, apenas cinco (05), o fator [+ Humano / + Animado] foi amalgamado ao fator [ - Humano / + Animado], na segunda rodada do VARBRUL.

#### 4.6.1.1.3 Realização, Posição e Distância do Sujeito na Oração

Os dados foram codificados segundo a realização, posição e distância do sujeito na oração<sup>20</sup>. Para Lemle e Naro (1977), a concordância verbal se mostra presente nas estruturas em que o sujeito aparece anteposto. O estudo de distância entre o núcleo do SN e o verbo cumpre o propósito de verificar a hipótese de que, quanto maior a distância entre esses dois constituintes da oração, maior será a probabilidade de cancelamento de concordância verbal. Esse grupo ficou definido assim:

- Sujeito Anteposto, Separado do Verbo por 1 a 3 Sílabas (SUT)  
**EX 17: NaH3BiPtm2F Os pais** não **mostra** a realidade da vida

<sup>20</sup> Esse grupo foi reajustado após sugestão do professor Dante Lucchesi, feita durante a comunicação oral, do trabalho “Concordância verbal de terceira pessoa do plural: estudo com grupo masculino”, feita por mim, no Seminário de Pesquisa do Instituto de Letras, em novembro de 2004, na UFBA. Das sugestões feitas pelo professor algumas foram acatadas, com alguns ajustes, e outras foram rejeitadas, após avaliação das possibilidades de dar conta delas, considerando o tempo que havia para a escrita da dissertação.

- Sujeito Anteposto, Separado do Verbo por 4 ou mais Sílabas (SUQ)  
**EX 18: Mocinhas de dez anos** que para mim é criança
- Sujeito Anteposto Imediatamente ao Verbo (IP)  
**EX 19: Não sei se eles ligou**
- Sujeito Posposto Ao Verbo (PP):  
**EX 20: Ajudou** minha mãe **os irmãos da minha mãe**
- Sujeito Anteposto, Presente em Oração Anterior (OA)  
**EX 21: As mães** quer dizer **quer fazer** alguma coisa
- Sujeito Anteposto, Presente na Pergunta do Entrevistador com Estímulo para / N / (EN)  
**EX 22: E – Duas** fizeram o quê?  
**I – Formaram no magistério**
- Sujeito Anteposto, Presente na Pergunta do Entrevistador com Estímulo para / Ø / (EO)  
**EX 23: E - Essas pessoas devia ser punida?)**  
**I – Tem** que ser presa
- Sujeito Não Realizado Recuperável pelo Contexto (NR)  
**EX 24: Falando que Ia Matar**

#### 4.6.1.1.4 Saliência fônica

Scherre (1989, p. 301) afirma que o princípio de saliência fônica “consiste em estabelecer que as formas mais salientes e, por isto, mais perceptíveis, são mais prováveis de serem marcadas do que as menos salientes”. Lemle e Naro (1977) observam que a falta de concordância é menos óbvia na categoria menos saliente.

A saliência fônica foi um grupo bastante significativo para a nossa análise, como pode ser percebido no próximo capítulo deste trabalho.

Ao adotar os níveis de saliência, estabelecidos por esses autores, foram feitos alguns ajustes na redação de alguns deles. No nível 1, denominando **oposição não-acentuada**, partiu-se da idéia de que não se trata apenas de uma questão de presença ou ausência de acento, mas da nasalização ou desnasalização que há nas terminações verbais com vogal anterior, no caso do nível 1a, e da vogal baixa, no nível 1b, como se pode notar nos exemplos com a vogal anterior: **vende X vendem**, em que a vogal final de –(‘vende) não é igual a vogal final de (‘vendem), da mesma maneira que ocorre com a vogal baixa de (**‘ama**) X (**‘amam**). Conforme Câmara Jr. (1992, p. 43), “todos os fonemas vocálicos, em termos fonéticos, apresentam variação articulatória, e auditiva”. Em virtude disso, optou-se por uma outra exposição nesses níveis. Portanto, para a saliência, adotou-se:

**Nível 1:** Oposição entre vogal oral e vogal nasal e acréscimo de segmento. Esse nível é composto de três sub-níveis, quais sejam:

- **1a.** - envolve oposição entre vogal oral e vogal nasal e ditongação, quando o verbo tem na terminação plural vogais médias anteriores como em **ame / amem, vende / vendem** ou **parte / partem**;
- **1b.** - envolve oposição entre a vogal oral e vogal nasal e ditongação em terminações plurais constituídas de vogal central, como em: **canta / cantam, seja / sejam, partia / partiam**;
- **1c.** - envolve acréscimo de segmentos na forma plural: **quer / querem, trafegar / trafegarem , partir / partirem**.

**Nível 2:** Oposição Acentuada

- **2a.** - envolve ditongação e/ou mudança na qualidade vocálica **está / estão; farei / farão, irá / irão**
- **2b.** - acréscimo de segmento com supressão da semivogal do singular com modificação da vogal temática, nos casos de verbos da 1ª Conjugação: **comprou / compraram, bateu / bateram, sumiu / sumiram**;

- **2c.** - envolve acréscimo de segmento e mudança de raiz, que pode ser completa ou não **é / são, fez / fizeram, teve / tiveram.**

#### 4.6.1.1.5 Tempo Verbal

Com esse grupo, pretendeu-se avaliar se o tempo verbal condiciona a concordância, uma vez que há uma relação entre aquele e a saliência fônica. Inicialmente considerou-se:

- Presente do Indicativo (IdPr)  
**EX 25: NaH3BiPtm2F** Os pais não **mostra** a realidade
- Presente do Subjuntivo (Sb2Pr)  
**EX 26:** Talvez eles até **queiram** fazer
- Pretérito Perfeito do Indicativo (IdPt2)  
**EX 27:** Duas pessoa **morreu**
- Pretérito Imperfeito do Indicativo (IdPt1)  
**EX 28:** Elas **acreditavam**
- Pretérito Imperfeito do Subjuntivo (Sb2Pt)  
**EX 29:** Se **estudasse**
- Futuro do Pretérito do Indicativo (IdFt2)  
**EX 30: Poderia** até existir
- Futuro do Subjuntivo (Sb2Ft)  
**EX 31:** E se não **tiver** Deus no coração
- Infinitivo (If)  
**EX 32:** leva a **buscar** alternativa fora de casa

O mais-que-perfeito do indicativo logo se mostrou irrelevante, pois não houve ocorrências com esse tempo verbal, por isso, foi retirado do grupo. O futuro do presente do indicativo, por sua vez, gerou *knowckout* na primeira rodada do VARBRUL e, por isso,

também foi descartado e não figura no quadro 11, referente a esse grupo, e que se encontra no anexo F.

#### 4.6.1.1.6 Conjugação Verbal

Também se cogitou a possibilidade de a conjugação (C) do verbo condicionar, ou não, o uso de uma variante ou outra da variável concordância. Dessa maneira, os dados foram codificados, considerando-se as três conjugações verbais que há no português:

- Verbos de Primeira Conjugação (CI), cuja VT é – a
  - **Comprar**
- Verbos de Segunda Conjugação (CII), cuja VT é – e
  - **Manter**
- Verbos de Terceira Conjugação (CIII), cuja VT é – i
  - **Sumir**

#### 4.6.1.1.7 Tipo de verbo

Com o tipo verbal, pretendia-se testar a hipótese de que um verbo transitivo (VTr) pode ter um comportamento diferente de um Verbo de Ligação (VL), por exemplo, sendo um contexto influenciador para o aparecimento ou ausência da marca de concordância em P6. Foram considerados como tipos de verbo:

- Verbo Transitivo (VTr)
  - EX 33:** Eles **deixaram** o corpo lá
- Verbo Intransitivo (VI I)

**EX 34: eles morreu**

- Verbo Auxiliar (VA)

**EX 35: os policiais estão pegando**

- Verbo de Ligação (VL)

**EX 36: essas regiões são mais pobres**

Só foram considerados como verbos de ligação os que apresentavam um sujeito e um predicativo evidentes. Quanto aos transitivos, apenas aqueles que tinham um objeto direto ou indireto claramente identificável foram considerados.

**4.6.1.2 Dos Grupos de Fatores: Os Fatores Sociais**

O favorecimento de uma variante, na hipótese dos sociolinguistas, decorre de circunstâncias lingüísticas e/ou extralingüísticas. Com o objetivo de descobrir as diferenças sistemáticas entre os falantes, o pesquisador variacionista adota técnicas quantitativas, geralmente associadas a fatores extralingüísticos como idade, sexo, posição social, etnia etc. Cada falante alternará entre todas as escolhas, mas, no padrão geral, haverá uma regularidade das variantes entre os indivíduos do grupo. Aqui, para testar a hipótese quanto à influência dos fatores extralingüísticos, consideramos como grupos sociais:

- O sexo
- A faixa etária
- O grau de escolaridade

#### **4.6.1.2 1 Sexo**

Encontra-se, na literatura, um amplo conjunto de estudos, indicando que homens e mulheres diferem em seu uso lingüístico em vários aspectos. Sistemas inteiros de categorias gramaticais podem variar, baseados nos sexos dos falantes, indicando que o sexo interage com outras variáveis, ao serem considerados alguns aspectos da diferenciação dialetal.

Pode-se ler, na literatura sobre o assunto, que uma das conseqüências da diferenciação de sexo na língua diz respeito à mudança lingüística. As diferenças podem estar associadas à mudança na língua, mas podem também refletir situações de variação estável. Controlamos, portanto, os sexos:

- Masculino (M)
- Feminino (F)

Embora, na literatura vigente, os pesquisadores venham usando o termo gênero para sexo, preferimos adotar a nomenclatura tradicional “sexo”, pois entendemos que “gênero”, embora muito usado, é um tanto ambíguo.

#### **4.6.1.2 2 Faixa Etária**

Na maioria das sociedades, a idade é uma importante categoria para a interação e a organização social.

Para que se possa falar em mudança lingüística, com base nos resultados de análises sincrônicas, é necessário, conforme Labov (1981), que se constate a diferença etária, o que ainda não pode ser considerado como condição suficiente para a existência de mudança, já que as diferenças dialetais podem indicar apenas gradação de idade. A fim de verificarmos se

a idade tem algum peso nas escolhas lingüísticas dos falantes, estabelecemos três faixas etárias:

- Faixa 1 (F1)
  - Informantes com idades entre **15 e 25** anos
- Faixa 2 (F2)
  - Informantes com idades entre **26 e 49** anos
- Faixa 3 (F3)
  - Informantes de **50 anos** em diante

#### 4.6.1.2 3 Grau de Escolaridade

Segundo Silva e Votre (1991), a escolarização é a mais atuante entre as variáveis sociais. Eles firmam que

é a escolarização que influencia o maior número de fenômenos e sempre no mesmo sentido. [...] podem ocorrer casos em que há falantes que entram na escola usando com grande freqüência a forma padrão, enquanto outros não usam, mas a escola poda o uso não-padrão (1991, p.368).

Vários estudos desenvolvidos no Brasil têm demonstrado a importância dessa variável. Assim, os informantes foram escolhidos, considerando-se três níveis de escolaridade, a saber:

- Nível Fundamental (NF)
- Nível Médio (NM)
- Nível Universitário (NU)

#### 4.7 DA QUANTIFICAÇÃO DOS DADOS: O PACOTE VARBRUL E A PREPARAÇÃO PARA A ANÁLISE QUANTITATIVA

O fenômeno a ser estudado permite um tratamento de acordo com a metodologia da regra variável. Partindo do pressuposto de que a alternância presença / ausência do sujeito gramatical não é aleatória, mas que está sujeita à correlação de fatores lingüísticos e extralingüísticos, para analisar os dados que constituíram o *corpus* desta pesquisa, foram utilizados quatro programas do pacote VARBRUL: CHECKTOK, READTOK, MAKE3000 e VARB2000, programas desenvolvidos, em 1988, por Susan Pintzuk (1988).

O primeiro programa exige como *input* o arquivo de dados criados pelo pesquisador, e desempenha três funções: 1) compara os conteúdos das seqüências codificadas no arquivo de dados, através das listas especificadas de fatores legais para cada grupo de fatores, e mostra os fatores ilegais; 2) substitui cada ocorrência do caractere ausente “.” pelo valor *default* especificado para cada grupo; 3) preenche as seqüências codificadas, ou com o caractere “não se aplica” (/), ou com o valor *default* para cada grupo.

Se nenhum erro for encontrado no arquivo de dados, o CHECKTOK cria um novo arquivo de dados que será utilizado como *input* para o READTOK, que lê as seqüências codificadas em um arquivo de ocorrência, a ser utilizado pelo MAKECELL ou MAKE3000 que, por seu turno, cria o arquivo de células a ser usado como *input* para o VARB2000.

O MAKECELL ou MAKE3000 exige do pesquisador as seguintes informações: a) nome do arquivo de ocorrências, criado pelo READTOK; b) nome do arquivo de células a ser criado; c) um cabeçalho (opcional)<sup>21</sup> a ser descrito no arquivo de células; d) nome do arquivo de condições; e) nome do arquivo de definição de fatores (opcional); f) valor de aplicação, que corresponde ao fator estabelecido no arquivo de especificação de fatores, e diz respeito à variável dependente - N para a não aplicação da regra e S para aplicação - na codificação adotada<sup>22</sup>. Esse programa decodifica as ocorrências no arquivo, denominado de *arquivo de ocorrência*, de acordo com as especificações, e no arquivo de definições de fatores (opcional),

<sup>21</sup> Esse cabeçalho é importante, porque nos fornece informações quanto ao objetivo e / ou características da rodada, informações úteis ao pesquisador quando da comparação de uma rodada em relação à outra.

<sup>22</sup> Todas as rodadas foram feitas para a não-aplicação da regra.

e também constrói o arquivo de células a ser usado como *input* para o VARB2000. É ainda da responsabilidade desse programa apresentar, para cada uma das células geradas pelo cruzamento, “um valor em percentagem que expressa a relação entre o total de ocorrências do ambiente definido na amostra pelos fatores em questão de cada uma das variáveis e o número de casos em que houve aplicação da regra” (BRESCANCINI, 2002, p. 29).

O VARB2000, por sua vez, exige do pesquisador as seguintes informações: nome do arquivo de dados criado pelo MAKECELL; nome do arquivo *output*; multiplicador de não-aplicações (opcional); indicação do nível 1 (apenas *step up*) ou 2 (*step up and down*). O produto final desse programa é um arquivo com os resultados da análise binominal da regra variável em estudo.

O VAB2000 calcula as probabilidades dos fatores de cada variável e apresenta uma seleção estatística das diversas variáveis analisadas, que ocorrem, inicialmente, em função de um valor estatístico chamado nível de significância, que pode ser igual ou menor que 0,000, por questões de confiabilidade estatística dos resultados. Se o nível de significância for igual, o programa seleciona o conjunto cujo valor de *log likelihood* se aproxime de mais de zero, considerado o ideal, porque indica a certeza estatística de que a hipótese nula foi refutada, isto é, que a seleção dos fatores como favorecedores à aplicação é confiável e que os números fornecidos não são meras flutuações estatísticas. A hipótese nula é rejeitada, ou não, a depender do nível de significância que se tem na rodada, pois ele é a medida que o programa utiliza para evidenciar isso.

Além dos programas apresentados até agora, há ainda o TSORT, o TEXTSORT e o CROSS3000, que são programas que executam tarefas de apoio, como conferência de cadeia de codificação, no caso do primeiro, ou cruzamento de dados, como o último.

Nas primeiras rodadas, foram necessários vários ajustes, em virtude de fatores que atingiram o percentual de 100%, gerando *Knowckout*.

Mesmo com ajustes, algumas rodadas não foram possíveis, devido à limitação do Make3000, quanto ao número de células que pode suportar. Por isso, a fim de que se reduzisse o número de células de duas mil e oitocentas (2800) para apenas 2000, limite do programa, foram retirados o grupos de número seis, referente à conjugação, e o de número oito, referente ao gênero. Entretanto, se, por um lado, o número ideal de células foi alcançado, por outro, alguns grupos foram eliminados, pois o nível de significância se apresentava muito

além daquilo que é preconizado como confiável, o que poderia levar a uma interpretação equivocada dos números fornecidos na análise multidimensional, ou peso relativo.

Além disso, os níveis apresentavam-se sempre como não-convergentes, o que sugeria uma inadequação dos dados ao modelo. Por isso, retiraram-se o grupo cinco – tempo verbal — e o grupo seis - conjugação verbal -, pois a hipótese que embasava esse procedimento era a de que esses grupos, quando cruzados com o grupo quatro - saliência -, dada a semelhança em seu comportamento, geravam essa não-convergência. Nessa rodada, a de número sete, o grupo oito, que havia sido retirado, foi recolocado.

Após os arranjos acima descritos, foram estabelecidas duas etapas de rodada dos dados. Numa, foram considerados os quatro primeiros grupos lingüísticos juntamente com os sociais; e noutra, a rodada foi feita com os três últimos grupos lingüísticos também juntamente com os sociais. As rodadas seguintes foram satisfatórias, apresentando números confiáveis para a análise. Foi criado, então, um arquivo de condições em que se consideravam apenas os grupos retirados e os sociais, obtendo-se uma boa rodada.

Com o objetivo de conhecer o comportamento lingüístico dos homens e das mulheres, também foram feitas rodadas com arquivos de ocorrências individuais. Assim, criou-se um arquivo apenas com as ocorrências dos informantes do sexo masculino e outro com as dos informantes do sexo feminino.

Daí, procedeu-se da mesma maneira, fazendo-se os mesmos ajustes até se chegar a rodadas ideais para análise com os dados de cada gênero, isoladamente. Também foram feitos cruzamentos entre os grupos oito e nove e grupos nove e dez.

#### **4.7.1 Da Quantificação dos Dados: A Importância dos Pesos Relativos**

A língua portuguesa, como qualquer outra, está sujeita a uma série de restrições. São essas restrições que determinam que cadeias como, “a menina”, “as menina” sejam vistas como ‘normais’, e como assistemáticas cadeias como, “menina a”, “menina as”. Tais restrições categóricas são tão fortes que as últimas não existem no português.

Recordando Labov (1969), Naro (1992) diz que isto ocorre porque a heterogeneidade lingüística não é aleatória, e, sim, governada por um conjunto de regras. Assim como existem as regras que norteiam categoricamente como o indivíduo deve falar, também existem condições ou regras variáveis “que funcionam para favorecer ou desfavorecer, variavelmente e com pesos específicos o uso de uma ou outra forma variável” (p.17).

Portanto, as variantes podem estar em competição, podendo ora ocorrer uma, ora outra; é possível identificar, portanto, categorias independentes que influem nisso: categorias internas ou externas ao sistema lingüístico. Por exemplo, a forma explícita de 3ª pessoa do plural é menos usada quando o material fônico do verbo é menos saliente. Podemos, então, pensar nessa categoria como um elemento que restringe ou determina o uso de uma determinada variante. Isto é, algumas categorias internas são contextos que podem tanto favorecer quanto desfavorecer o aparecimento de uma forma lingüística, na fala dos indivíduos. Também categorias externas podem concorrer para isso. O nível escolar é um exemplo disso. Dessa maneira, dependendo da formação escolar, os indivíduos podem se comportar lingüisticamente de modo diferente.

Ao analisar os números fornecidos pelo programa VARBRUL, o lingüista pode olhar os dados de duas perspectivas: uma, do ponto de vista da freqüência bruta, e outra, a partir dos pesos relativos. Embora a freqüência seja concreta, real, ela pode ser falsa, já que não há, nesses números, uma inter-relação com as demais categorias que possam estar atuando na regra variável em análise. Contudo, até se chegar à noção de peso relativo que temos hoje, a pesquisa sociolingüística percorreu um caminho longo.

O Modelo Aditivo proposto por Labov (1969) foi uma tentativa de melhor lidar com os dados em análise. Segundo Naro (1992, p. 21), “nesse modelo, a média global serve como ponto de referência para os fatores, cada um dos quais tem um efeito, positivo ou negativo, que aumenta ou diminui a freqüência da variante no contexto”. Também conforme Naro (1992), esse modelo foi abandonado em decorrência dos problemas técnicos que apresentava.

Existe, porém, algo inerente ao mundo científico: a ciência caminha e busca soluções para aquilo que, em algum momento, não foi possível responder. Assim também ocorreu com o fazer científico da Sociolingüística. Por isso, Cedergren e Sankoff (1989) propõem um Modelo Multiplicativo de Aplicação, ou seja, uma interpretação probabilística dos dados. Esse novo modelo substitui as freqüências por probabilidades, pois aponta para a questão do efeito simultâneo dos fatores independentes. É possível, também, a partir desse mesmo

modelo propor um outro – o Multiplicativo de não-aplicação, subtraindo de uma cada termo da sua equação.

Esse método resolve um problema clássico: a conjugação das mais variadas categorias num único registro. Como medir, em falas reais, a influência de uma dada categoria sem, ao mesmo tempo, medir as demais? Por exemplo, num registro de fala real como em EX f: **eles fala**, temos, conjugadas ao mesmo tempo: uma dada categoria morfológica, um dado SN, numa determinada posição, etc; portanto, como medir, isoladamente, a posição?

Se, por um lado, essa proposta resolve o problema da atuação conjunta dos fatores favorecedores, ainda não é suficiente para outras questões. Assim, em 1978, Pascale Rousseau e Sankoff introduzem uma nova proposta e, nessa, busca-se englobar as qualidades das demais. Trata-se de um modelo logístico, produto da Estatística, chamado de “convenção analítica” que dá conta da desvinculação dos fatores, pois oferece uma curva em “S”, funcionando bem numa variação, sincrônica já que esta é um “recorte instantâneo de um processo de mudança” (p. 23)<sup>23</sup>.

Os dados, juntamente com a equação do modelo logístico e / ou aditivo, ainda não determinam os valores únicos dos pesos. É preciso, antes, impor certas convenções que permitam calculá-los como em  $X + Y = 5$ , que devem encontrar o valor de  $X$  e de  $Y$ . Recorre-se, para isso, a uma convenção de que a média de valores para todos os fatores de cada grupo é de **0,5** – média ponderada pelo número de dados de cada fator. Segundo Naro (1992), se os pesos se aproximam de **0**, a equação funciona como o modelo de aplicação; se por outro lado, se aproximam de **1**, trata-se do modelo de não-aplicação. Com pesos próximos a **0,5** a aproximação ocorre com o modelo aditivo, por isso, o modelo logístico engloba os três anteriores.

A interpretação para os pesos deve ser entendida da seguinte maneira: se a fração aproxima-se do **valor 1**, a regra tende a ser aplicada categoricamente; à medida em que o Peso Relativo (**Pr**) decresce, a fração tende a zero, o que significa que a regra tende a não ser aplicada categoricamente. É em virtude disso que, na leitura dos resultados de uma “rodada” do VARBRUL, tendo-se uma frequência de **55%**, mas um peso de **0,45**, embora aparentemente aquela seja mais robusta, o que se deve considerar é o peso, partindo do fato de

<sup>23</sup> A equação proposta nesse modelo é a seguinte:  $\frac{P_t}{(1 - P_t)} = \frac{P_o}{(1 - P_o)} \times \frac{P_1}{(1 - P_1)} \times \dots \times \frac{P_n}{(1 - P_n)}$

Em que  $P_t$  representa a probabilidade global de aplicação;  $P_o$ , probabilidade *Input* média geral de aplicação, sendo responsável por medir a tendência de a variante aparecer, abstraindo o efeito dos fatores; e  $P_1$  é o peso relativo.

que é ele, e não a frequência, que corresponde à realidade, uma vez que o peso já abstraiu qualquer influência das demais categorias.

Não se pode esquecer, também, de uma velha máxima, que cabe bem nessa discussão: “quantidade não é sinônimo de qualidade”. Nisso reside a importância e necessidade da consideração dos pesos relativos.

Em virtude disso, é que podemos afirmar, embasados em Sankoff (1988), que sempre que uma escolha puder ser percebida como influenciada por fatores os mais variados, estamos diante de uma regra variável; justamente por isso, podemos recorrer a noções e métodos estatísticos da variação lingüística. Dessa maneira, a análise da regra variável se encaixa especificamente no modelo probabilístico, bem como no tratamento estatístico de escolhas e dos seus condicionamentos.

Vejamos, a seguir, com o capítulo cinco - Da análise dos dados -, frequência e peso relativo nos dados que estiveram sob análise.

## 5 DA ANÁLISE DOS DADOS

### 5.1 O ESTUDO SOBRE A CONCORDÂNCIA VERBAL EM VITÓRIA DA CONQUISTA: MAIS UMA CONTRIBUIÇÃO À PESQUISA SOCIOLINGÜÍSTICA NO BRASIL

A variação na concordância de número no português do Brasil tem sido amplamente documentada, comprovando ser esta uma regra variável, tanto em comunidades rurais, quanto em localidades urbanas. Os resultados de Vitória da Conquista, que serão discutidos agora, são mais um átomo que se acrescenta a pesquisas, tais como as de Lemle e Naro (1977), de Guy (1981), de Bortoni-Ricardo (1985), de Graciosa (1991), de Monguilhott (2001) e de Silva (2003).

Dessa maneira, ao elaborar o Projeto de Pesquisa “*Fotografia sociolingüística: concordância verbal de terceira pessoa do plural em falantes de Vitória da Conquista*”, orientamo-nos a partir de uma hipótese geral: em nossa comunidade, a concordância é uma regra variável, condicionada por fatores internos e externos. A essa hipótese, acrescentem-se outras, advindas de leituras sobre o tema, de muitas suposições e outras tantas generalizações que fizemos. Talvez menores em relação à primeira, mas que nos orientaram durante a transcrição, codificação e análise dos dados, e se fizeram presentes em todas as nossas reflexões, nesse período de dois anos.

Com o pressuposto de que a regra de concordância variava aqui, esperávamos que os índices de variação nos indicassem uma situação de mudança em progresso para a ausência flexão verbal em P6. Se alguém nos questionar quanto ao porquê de tal expectativa, só poderemos responder que essa era a nossa expectativa.

Refletíamos que, já que a alternância de registro dessa regra, por parte dos falantes da nossa comunidade, era tão “saliente” a ponto de nos fazer perceber, acreditávamos que a tendência daqui seria semelhante à que se tem encontrado em outras comunidades. Na bibliografia sobre o tema, sempre se aponta para um enfraquecimento na morfologia flexional verbal, com tendência a um sistema sem marca no PB. Não esperávamos, portanto, números

tão pouco significativos em termos de tendência para um empobrecimento do sistema de flexão verbal, especialmente em P6.

Uma outra hipótese que acreditávamos e que seria confirmada ao final da análise empreendida, era a de que as mulheres daqui, como as mulheres de tantas outras localidades, estudadas e citadas ao longo de todo esse trabalho, mostrariam uma importante tendência à marcação de plural nos verbos. Seriam elas, pensávamos, as responsáveis pela manutenção do padrão lingüístico, no tocante ao nosso tema. E mais uma vez pudemos constatar que estávamos errados! Também essa variável mostrou-se muito pouco significativa. A diferença percentual entre homens e mulheres é praticamente nula. Das sociais, essa foi a variável que mais nos dificultou a análise, pois, nas muitas rodadas empreendidas, muitas vezes foi descartada pelo programa VARBRUL, e, no caso de seleção, isso não ocorria logo nos primeiros níveis. Em função disso, ajustes e reajustes foram feitos para que pudéssemos falar, com segurança, acerca do comportamento lingüístico dos universos masculino e feminino.

Este capítulo cumpre o propósito de discutir esses resultados, buscando traçar a realidade lingüística aqui encontrada. Para tanto, apresentar-se-ão as frequências e os pesos relativos de cada variante desta regra, a fim de que se possa comprovar, ou não, a hipótese que norteou a pesquisa, já exposta na introdução: os fatores condicionadores das escolhas que os falantes fazem. E, buscando estabelecer semelhanças ou diferenças entre os nossos resultados e os de outras localidades, também traçamos algumas comparações entre os dados daqui e os apresentados por outros pesquisadores. Sigamos, pois, com a apresentação e análise dos dados.

## 5.2 DESCRIÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Três mil e duzentas (3200) ocorrências foram submetidas à quantificação, através do programa VARBRUL. Desse total, a regra de concordância explícita em P6 foi aplicada em mil seiscentos e trinta e nove (1639) casos, número que corresponde a 51% do total analisado, o que nos indica uma situação de variação estável na comunidade estudada, já que a não aplicação da regra ocorreu em mil quinhentos e sessenta e um (1561) casos, totalizando um percentual de 49%.

Para verificar os contextos favorecedores no uso de cada uma das variantes, estabelecemos algumas hipóteses e, a de fim testá-las, selecionamos sete grupos de fatores lingüísticos ou fatores internos e três fatores sociais ou externos:

- Constituição do SN Sujeito
- Traço Semântico do Sujeito
- Realização, Posição e Distância do Sujeito na Oração
- Saliência Fônica
- Tipo de Verbo
- Tempo Verbal
- Conjugação Verbal
- Sexo
- Faixa Etária
- Grau de Escolaridade

Orientaremos a nossa discussão a partir das seleções feitas pelo VARBRUL, quando da quantificação dos dados. Nem todos os fatores controlados mostraram-se significativos e, como já foi explicitado no capítulo anterior, muitos ajustes se fizeram necessários, a fim de que se resolvessem os problemas de *knowckouts*<sup>24</sup> e de elevado número de células, bem como de sobreposição de fatores.

A explanação, aqui, está dividida em duas partes, a saber: a primeira engloba duas seções: uma, em que discutiremos as variáveis lingüísticas selecionadas nas primeiras rodadas – primeira instância; uma segunda, em que traremos aquelas variáveis que foram retiradas na primeira rodada, mas que também têm números importantes para discussão – segunda instância. No terceiro momento, discutiremos os resultados das variáveis sociais individualmente e em cruzamento.

Em todas as seções serão apresentados, além das tabelas com os números totais de freqüências e pesos relativos, gráficos com os pesos relativos de cada grupo de fatores.

---

<sup>24</sup> Os *knowckouts* são bastante comuns no Programa VARBRUL. Como no boxe, geralmente ocorrem nas primeiras rodadas, “primeiros assaltos”, momento em que ainda são necessários alguns ajustes nos dados codificados, que em virtude de situações em que se tem num fator um total de 100% de aplicação de uma variável, ou porque há fator com número muito reduzido de dado. Esse tipo de situação pára a rodada que só segue satisfatoriamente após o pesquisador ter detectado onde está o problema, e resolvê-lo, por meio de amálgamas ou exclusão de fator ou grupo inteiro de fatores.

### 5.3 AS VARIÁVEIS LINGÜÍSTICAS:

#### 5.3.1 PRIMEIRA INSTÂNCIA

Das três mil e duzentas (3200) ocorrências que compõem a nossa amostra, mil quinhentas e sessenta e uma (1561) foram realizadas de acordo com a norma não-padrão, correspondendo a um percentual de 49% de ausência de marca. O *input* dessa variável foi de **0,49**, o que é explicável, tendo em vista o fato de que, em regra, esse número deve ser igual ou muito próximo do percentual que corresponde ao número total de aplicação da regra. O *input* (Po), conforme Lemle e Naro (1977), Scherre (1991) e Brescancini (2002), refere-se à probabilidade de aplicação da regra quando o efeito de todos os fatores é neutro, relaciona-se ao nível geral do uso da regra.

Tomando como base a ordem de seleção feita pelo programa, que evidenciou um nível de significância **0,000**, discutiremos os resultados obtidos na primeira rodada, na ordem em que as variáveis foram selecionadas por sua relevância, para as escolhas que os falantes fazem:

- Saliência Fônica
- Realização, Posição e Distância do Sujeito na Oração
- Constituição do SN Sujeito
- Traço Semântico do Sujeito

### 5.3.1.1 A Saliência Fônica

Essa primeira variável selecionada diz respeito ao material fônico envolvido na diferença entre a forma plural e a forma singular, P6 e P3, respectivamente. Quase todas as pesquisas que tratam da concordância, seja verbal, seja nominal, têm testado a hipótese dos princípios de saliência, estabelecidos por Lemle e Naro (1977) e Scherre (1978), inicialmente muito mais voltados para a concordância nominal e, mais tarde, bastante difundido nos estudos sobre a concordância verbal, como em Naro (1981), Scherre (1989) e Scherre e Naro (1998), de que a hierarquia da saliência deve ser estabelecida em função de critérios, como presença vs ausência de acento na desinência e quantidade de material fônico que diferencia a forma singular da forma plural.

A partir do primeiro critério, foram estabelecidos dois níveis cada um com três categorias, que salientavam a diferenciação do material fônico da relação singular / plural.

**Nível 1** (Oposição Não-acentuada): conforme Naro (1981), esse nível diz respeito aos pares nos quais os segmentos fonéticos estabelecem oposição não acentuada em ambos os membros:

- **Nível 1a** – não há mudança na qualidade da vogal no plural (conhece – conhecem / consegue – conseguem / corre – correm / fale – falem etc )
- **Nível 1b** – mudança na qualidade da vogal plural (ganha – ganham / era – eram / gosta – gostam / parta – partam )
- **Nível 1c** – acréscimo de segmentos na forma plural (diz – dizem / quer - querem)

**Nível 2** – (Oposição Acentuada) presença de acento em, pelo menos, um membro da oposição:

- **Nível 2 a** – Mudança na qualidade da vogal na forma plural (está – estão / vai – vão / dá – dão )
- **Nível 2 b** – Acréscimo de segmentos sem mudanças vocálicas na forma plural; inclusive, também, o par **foi – foram**, que perde a semivogal (bateu – bateram / viu – viram)
- **Nível 2 c** – Acréscimo de segmentos e mudanças diversas na forma plural: mudanças vocálicas na desinência, mudanças na raiz e até mudanças completas (é – são / fez – fizeram etc)

Mais recentemente e com algumas adequações, Monguilhott (2001) e Silva (2003) testaram essa variável e puderam comprovar o seu efeito na concordância verbal de terceira pessoa do plural, aquela numa comunidade urbana, com dados de Florianópolis, e este em comunidades rurais afro-descendentes do interior da Bahia, a partir de dados de Helvécia, Cinzento e Rio de Contas.

Também aqui adotamos a proposta de Naro e Scherre (1999), embora tenham sido feitas algumas reformulações, não no princípio, mas na redação de cada nível e suas respectivas categorias. A seguir, elas serão apresentadas, acompanhadas por exemplos dos nossos inquéritos:

**Nível 1:** Oposição entre vogal oral e vogal nasal, ditongação e acréscimo de segmentos. Esse nível é composto de três categorias, quais sejam:

- **1a:** envolve oposição entre vogal oral e vogal nasal, e ditongação quando o verbo tem, na terminação, plural, vogais médias anteriores, como em: **ame – amem / vende – vendem / parte - partem / fosse – fossem** etc:

EX 1: Se eles **tivesseM**

EX 2: Se eles **fosseØ**

- **1b:** envolve oposição entre a vogal oral e vogal nasal e ditongação em terminações plurais constituídas de vogal central, como em: **canta – cantam / seja – sejam / partia - partiam:**

EX 3: Eles **falaM**

EX 4: Amanhã eles **soltaØ**

- **1c:** envolve acréscimo de segmentos na forma plural: **quer – querem / trafegar – trafegarem / partir – partirem**, permanecendo como o postulado pelos autores supra mencionados:

EX 5: Eles não **quereM** mais trabalhar

EX 6: Esses cara **querØ** roubar

**Nível 2** – Oposição – Acentuada, também composto por três categorias:

- **2a:** envolve ditongação e / ou mudança na qualidade vocálica: **está – estão / fará – farão / irá – irão:**

EX 7: Eles **estáØ** achando muito fácil

EX 8: Eles **estão** roubando

- **2b:** envolve acréscimo de segmento com supressão da semivogal do singular: **comprou – compraram / bateu – bateram / sumiu – sumiram:**

EX 9: Eles **bateuØ** muito nele

EX 10: Eles **perderaM** muita coisa

- **2c:** envolve acréscimo e mudança de raiz, que pode ser completa ou não: **é – são / fez – fizeram / teve – tiveram.**

EX 11: Mocinhas de dez anos que para mim **éØ** criança

EX 12: Nossos filhos **são** o futuro de amanhã

Os resultados desta variável, que atingiu a convergência na primeira iteração do *step up* e apresentou um nível de significância 0,000, que descarta qualquer possibilidade de erro, considerando-se a hipótese nula, (Cf. Brescancini, 2002), em todas as rodas, tendo como *input* **0,49**, estão apresentados na tabela abaixo:

**Tabela 1 – Frequências e Pesos Relativos do Grupo Saliência Fônica.**

<b>SALIÊNCIA FÔNICA</b>	<b>APL<sup>25</sup> / TOTAL</b>	<b>%</b>	<b>PR</b>
<b>Nível 1: OPOSIÇÃO ENTRE VOGAL ORAL E NASAL E ACRÉSCIMO DE SEGMENTOS</b>			
<b>1a.</b> Envolve oposição entre vogal oral e vogal nasal e ditongação quando o verbo tem na terminação, vogais médias anteriores.	521 / 767	68	0,73
<b>1b.</b> Envolve oposição entre a vogal oral e vogal nasal e ditongação em terminações com vogal central.	554 / 1061	52	0,54
<b>1c.</b> Envolve acréscimo de segmentos na forma plural.	177 / 313	57	0,60
<b>Nível 2: OPOSIÇÃO ACENTUADA</b>			
<b>2a</b> Envolve ditongação e / ou mudança na qualidade vocálica.	141 / 436	32	0,35
<b>2b.</b> Envolve acréscimo de segmento com supressão da semivogal do singular.	85 / 314	27	0,24
<b>2c.</b> Envolve acréscimo e mudança de raiz, que pode ser completa ou não.	83 / 309	27	0,20
<b>TOTAL</b>	<b>1561 / 3200</b>	<b>49</b>	

Como se percebe, os resultados vão ao encontro do que postulam autores como Scherre e Naro (1998), quando falam sobre saliência, afirmando que os níveis mais baixos (itens do nível 1) da hierarquia da saliência favorecem mais o uso da **Marca Zero** de concordância. Em contrapartida, os níveis (itens do nível 2) mais altos favorecem mais as marcas explícitas. Temos, pois, sua aplicação confirmada pelos dados.

Note-se que, neste *corpus*, o **nível 1**, em comparação com o **nível 2**, constitui-se em um pólo oposto; com um peso para a não concordância que varia, no nível 1, de bastante alto em **1a. 0,73** e **1c. 0,60** e, relativamente neutro, em **1b. 0,54**, para um **nível 2**, de configuração bastante baixa em todos os seus itens **0,35, 0,24, 0,20**.

Portanto, a hipótese dos autores, abraçada nesse trabalho, se confirma, isto é, a saliência fônica estaria atuando como um elemento contribuinte para o cancelamento da marca de concordância, quando o nível é menos saliente, e para a manutenção dela, quando o contexto fônico é mais saliente.

Em **1b**, comprova-se o que Naro (1981) chama de regra sincrônica de desnasalação, pois num contexto fônico do tipo **Ex 13: eles passa~~o~~ quatro horas da manhã vs Ex 14: Eles passa~~M~~ quatro horas da manhã**, o [ãw] é quase imperceptível, não fazendo muita diferença, nem para o falante, nem para o ouvinte, o uso de uma ou de outra forma. Logo, é indiferente a escolha entre a marca [ãw] ou a marca / Ø /. Muito embora, em relação à categoria **1a**, o que esteja em jogo seja uma vogal média anterior / I /, também ali há um contexto fônico que leva à perda do / N /. Acreditamos que o peso relativamente neutro de **1b** seja em decorrência de

<sup>25</sup> A aplicação da regra refere-se às marcas zero de flexão no verbo, pois as rodadas foram feitas, considerando-se a ausência da marca.

que, mesmo sendo uma marca com baixa saliência, a sua percepção por parte dos falantes / ouvintes é maior do que em **1a**.

No **nível 2**, oposição acentuada, por conseguinte, percebe-se exatamente o oposto do **nível 1**, o que reforça a idéia de que, quanto mais saliente a terminação verbal, maior a possibilidade da ocorrência da flexão. Em **2b** e **2c**, inicialmente, observam-se números baixos para a forma [ Ø ], respectivamente, **0,24**, **0,20**, o que significa, por outro lado, uma escala bem nítida de marca explícita de concordância. Em **2b**, há duas variantes de plural: uma padrão, com todos os morfemas nitidamente realizados – (R + VT + SMT<sup>26</sup> + SNP - BAT + E + RA + N) -, como em **Ex 15: *Eles então bateraM nele***; e outra com um plural alomórfico<sup>27</sup>, em que há a supressão do SNP / N /, como em **Ex 16: *Eles então bateRU nele***, em que [‘ru] acumula os papéis de sufixo modo-temporal e o de sufixo número-pessoal, mantendo, portanto, a concordância verbal. Concorrendo com essas duas formas plurais, há uma forma singular (**bateu**), na qual a concordância com P3 ou P6 só é definida pelo falante/ouvinte na dependência de o sujeito da frase estar, ou não, no plural: **Ex 17: *não sei se ele bateU*** / **Ex 18: *não sei se eles bateUØ***. Ou seja, em dois, embora se tenha um sujeito de terceira pessoa do plural, o verbo é realizado na terceira pessoa do singular, isso ocorre quando os verbos estão no pretérito perfeito do indicativo.

Naro (1992) lembra-nos que a heterogeneidade lingüística não é aleatória, e, sim, governada por um conjunto de regras. Assim como existem as regras categóricas que norteiam como o indivíduo deve falar, também existem condições ou regras variáveis “que funcionam para favorecer ou desfavorecer, variavelmente e com pesos específicos o uso de uma ou outra forma variável” (p.17).

Portanto, as variantes podem estar em competição, podendo ora ocorrer uma, ora outra, sendo possível identificar uma série de categorias independentes que influem nisso: categorias internas ou externas ao sistema lingüístico. Isso, pois, se confirma aqui.

Dessa maneira, no que concerne à saliência, a forma de 3ª pessoa do plural, ou P6, explícita, é mais comumente usada quando o material fônico do verbo é mais saliente, por isso, os pesos relativos do **nível 2**, oposição acentuada, mostram-se menores do que no **nível 1** - 2a 0, 35, 2b 0, 24 e 2c 0,20 -, donde se conclui que a probabilidade de ocorrer a marca zero é maior quando o verbo se enquadra em **1: 1a, 0,73, 1b, 0,54, e 1c, 0,60**, sendo esse um contexto lingüístico condicionante para a variação da regra aqui em análise. Os contextos

<sup>26</sup> Sufixo Modo Temporal.

<sup>27</sup> Estamos usando um termo de Mattoso Câmara (1992).

fônicos propostos no nível dois, por outro lado, restringem tal ocorrência, favorecendo a marca explícita.

Naro (1992) ainda menciona que, no tocante aos fatores estruturais, os fenômenos devem ser tratados, considerando o seu encaixe na estrutura. Observamos, como categorias operantes para o uso de / Ø /, a constituição morfológica do verbo, quantidade e qualidade do material fônico das formas singular e plural: diferença fônica menor singular / plural favorece aquela marca; diferença fônica maior singular / plural desfavorece-a. Assim, verifica-se, pelos pesos expostos na terceira coluna da tabela 1, que na oposição **bebeØ** / **bebeM**, a forma **bebeØ** é, lingüisticamente, mais favorecida do que **bebeM**, uma vez que essas são formas, cujo ambiente fonológico é menos saliente, menos perceptível. Contrariamente, em **bebeuØ** / **beberaM**, tem-se um contexto fônico que não favorece a variação, em virtude da diferença e maior quantidade de material fônico da segunda forma, ou seja, da sua saliência em oposição a uma forma cuja terminação é um - u assilábico.

Os resultados de Monguilhott e Coelho (2002) também apontaram para essa direção. As autoras, analisando os falantes da região Sul, obtiveram números semelhantes aos aqui explanados, confirmando que, também nessa região, as formas mais salientes aumentam a probabilidade da variante explícita de terceira pessoa do plural, enquanto as menos salientes levam à não ocorrência dessa variante. Buscando mostrar o nível da variante plural marcada, naquela região, elas coletaram mil quinhentos e oitenta e três (1583) dados, que evidenciaram um peso de 0,88, para a marca explícita na oposição acentuada, bem como um peso de 0,46, na oposição não acentuada. Também Silva (2003) comprovou isso, na pesquisa que desenvolveu com dados de três comunidades crioulas, como já foi dito antes.

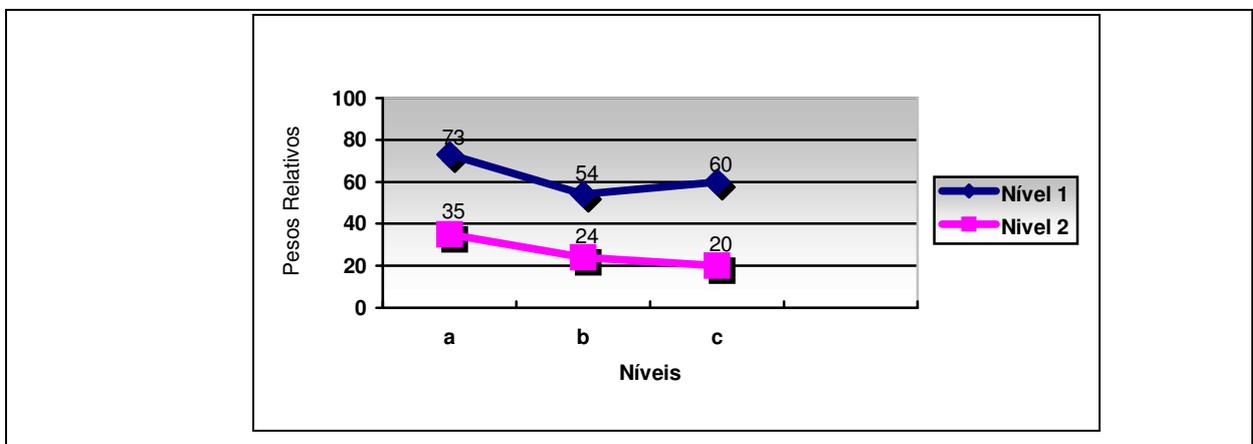


Figura 1: Pesos Relativos de /Ø/ Variável Saliência Fônica

Como se percebe, na figura acima, esses resultados conferem aos resultados gerais um peso importante, principalmente, porque foi esse o primeiro grupo selecionado. Enquanto o **nível 1** atua, na tendência de marca / Ø /, por englobar formas verbais com baixa saliência, contribuindo indiscutivelmente para os 49% das marcas zero, o **nível 2**, mais saliente, é a contrapartida para o índice de 51% de marcas explícitas de concordância. Dessa maneira, a saliência, como muitos trabalhos têm atestado, é um fator importante para a análise da concordância verbal, e isso se nota pelos pesos, que aqui confirmam a tendência que os falantes têm de variar o seu registro entre o padrão e o não – padrão.

### **5.3.1.2 Realização, Posição e Distância do Sujeito na Oração**

Vários estudos têm comprovado que a presença do sujeito, bem como sua posição dentro da sentença, influencia a concordância verbal. Os dados devem ser codificados segundo posposição e anteposição do sujeito. Para Lemle e Naro (1977), a concordância verbal se mostra presente nas estruturas em que o sujeito aparece anteposto ao verbo.

Scherre e Naro (1998) afirmam que sujeito anteposto ao verbo, ou imediatamente mais próximo a ele, favorece a variante explícita e que sujeito distante ou posposto ao verbo a desfavorece.

Os resultados apresentados por Motta (1979) confirmam os de Lemle e Naro (1977). Também Vieira (1997), em sua pesquisa, diz que o comportamento da variável posição do sujeito em relação ao verbo confirma a hipótese enunciada pelos primeiros autores.

Segundo Vieira (1997), o estudo da distância entre o núcleo do SN e o verbo cumpre o propósito de verificar a hipótese de que quanto maior a distância entre esses dois constituintes da oração, maior será a probabilidade de cancelamento da concordância verbal.

Essa se constituiu na segunda variável ou segundo grupo selecionado pelo programa e está composta por sete fatores. Seguindo a orientação de Scherre (1988), Motta (1979), Nicolau (1984), bem como, sugestões recebidas em seminários, elencamos fatores considerados nesse grupo que a um só tempo engloba posição, distância e realização do sujeito:

- Sujeito Anteposto, Separado do Verbo por 1 a 3 Sílabas (SUT)  
**EX 19: Os pais não MOStráØ a realidade**
- Sujeito Anteposto, Separado do Verbo por 4 ou mais Sílabas (SUQ)  
**EX 20: Mocinhas de dez anos para mim éØ criança**
- Sujeito Anteposto, Imediatamente Próximo ao Verbo (IP)  
**EX 21: Não sei se eles bateuØ**  
**EX 22: Eles ficaM observando**
- Sujeito Posposto ao Verbo (PP)  
**EX 23: ajudouØ minha mãe criar nos criar nos educar os irmãos da minha mãe**  
**EX 24: Eu acho que incentivaØ esses brinquedos**
- Sujeito Anteposto, Presente em Oração Anterior (OA)  
**EX 25: às vezes as mães quer dizer querØ fazer alguma coisa**
- Sujeito Anteposto, Presente na Pergunta do Entrevistador com Estímulo para / N / (EN)  
**EX 26: E – Elas fizeram o que?**
  - I – **fizeram** magistério
- Sujeito anteposto, presente na pergunta do entrevistador com estímulo / Ø / (EO)  
**EX 27: E – você acha que eles vai fazer isso?**
  - I – **vaiØ**
- Sujeito não realizado referencial recuperável pelo contexto (NR)  
**EX 28: não vão logo diretamente e assaltaM ou roubaM**

A hipótese subjacente a essa variável é a de que quanto mais próximo está o sujeito do verbo, maior será a tendência para a manutenção da norma de concordância em P6; e que o sujeito mais distante do verbo favorecerá mais a variante não padrão. Dessa forma, esperava-se que o fator *sujeito anteposto, imediatamente próximo ao verbo* favorecesse a variante marcada, enquanto que o *sujeito posposto, ou anteposto separado do verbo* a desfavorecessem.

Os números na tabela 2 confirmam tal hipótese: com uma frequência de 40% e um peso de 0,39, sentença com *sujeito anteposto, imediatamente próximo ao verbo* é o contexto lingüístico que mais favorece a manutenção da norma padrão em P6, seguido do contexto cujas sentenças tenham o *sujeito anteposto, separado por uma a no máximo três sílabas*, 0,49. Contudo, no geral o que se percebe são pesos bastante altos, favorecendo a variante [ Ø ].

O sujeito quando distanciado do verbo, ou por estar em outra oração, ou quando é apenas uma “referência, que se recupera pelo contexto” também é uma restrição ao aparecimento da marca de plural. Portanto, um contexto como esse vai pesar no momento da escolha que o falante terá de fazer, numa situação comunicativa, entre o padrão e o não-padrão. Enquanto a proximidade do sujeito ao verbo favorece o uso da variante marcada, estatisticamente falando, quanto mais distante o sujeito do verbo, maiores serão as chances da sua neutralização. Estando esse verbo em oração anterior o peso é de **0,63** para a não concordância.

**Tabela 2 –Frequências e Pesos Relativos de Marca Zero de concordância, considerando a realização, posição e distância do sujeito na oração.**

<b>Realização, Posição e Distância do Sujeito na Oração</b>	<b>APL/TOTAL</b>	<b>%</b>	<b>PR</b>
Sujeito anteposto separado do verbo por 1 a 3 sílabas	214 / 416	51	0,49
Sujeito anteposto, imediatamente próximo ao verbo.	587 / 1483	40	0,39
Sujeito anteposto, em oração anterior	374 / 635	59	0,63
Sujeito referencial, não-realizado.	132 / 251	53	0,57
Sujeito anteposto, presente na pergunta do entrevistador com estímulo para a concordância.	59 / 88	67	0,71
Sujeito anteposto, separado do verbo por 4 ou mais sílabas.	107 / 184	58	0,63
Sujeito anteposto, presente na pergunta do entrevistador sem estímulo para a concordância.	23 / 30	77	0,79
Sujeito posposto ao verbo.	65 / 113	58	0,70
<b>TOTAL</b>	<b>1561 / 3200</b>	<b>49</b>	

Ao testar a hipótese de que o entrevistador, ao formular a sentença conforme a norma de prestígio, forneceria ao informante um *input* positivo, esperávamos que este também mantivesse a forma prestigiada. Em sentido oposto, esperávamos que quando o estímulo presente na pergunta do entrevistador fosse negativo, o falante não faria a concordância. Mas os pesos comprovam que não há uma oposição entre esses dois fatores como era esperado, pois se comportam da mesma maneira: ambos desfavorecem a concordância explícita, o peso no primeiro caso é de **0,71** e no segundo **0,79**. Logo não evidenciam diferença importante entre si, o que nos leva a inferir que esses fatores se comportam como um sujeito anteposto separado do verbo, ou presente em oração anterior, que é também uma situação em que o

sujeito está separado do verbo; portanto, é uma situação que restringe o aparecimento da marca.

É sabido que no PB o SN pode variar suas posições, mesmo sendo essa uma língua do tipo Sujeito Verbo Objeto (SVO). Nosso idioma admite a variação nas posições desse elemento, daí a possibilidade de nossos falantes construírem sentenças com sujeito anteposto ou posposto ao verbo. Trabalhos de vários pesquisadores, sociolinguistas ou não, têm demonstrado um enfraquecimento da concordância quando o SN é pós-verbal. Em 1977, Lemle e Naro já apontavam para essa tendência, dizendo que a probabilidade de concordância verbal com SNs pospostos seria menor do que com SNs pré-verbais, independentemente, inclusive, do nível escolar do falante.

Segundo Scherre (1994, p.11), “a concordância verbo sujeito é sempre regida pelo núcleo do sujeito, se o sujeito em jogo tiver um só núcleo de estrutura sintagmática simples anteposto ao verbo”.

Em seu estudo sobre a ordem Verbo Sujeito (VS) no PB, Berlinck (1988) reflete que o elencamento das causas para a ordenação VS não se restringe à natureza de um ou de outro constituinte, mas ao alcance da relação existente entre ambos e a natureza e inserção no discurso da sentença que é analisada. Sendo a concordância, segundo ela, um fator a ser considerado para a compreensão dessa questão.

Partindo-se do raciocínio da autora de que a concordância impõe ao verbo uma marca formal típica de um traço de sujeito, as alterações ou variações nessa marca formal podem gerar uma reorganização da sentença. Assim, a perda da concordância imporia limites na flexibilidade que o sujeito tem em ocupar várias posições dentro de uma sentença. A questão que se coloca é qual seria o estatuto sintático do SN posposto, uma vez que a falta de flexão no verbo geraria uma ambigüidade na sua percepção como sujeito.

Assim como em Lira (1982, p. 195), os resultados obtidos e expostos na tabela 2 acima mostram que os sujeitos pospostos, no que tange à concordância, diferem-se do sujeito anteposto próximo, por exemplo, contribuindo com um peso de **0,70** para zero, ou seja, eles não ativam a concordância característica considerada, por ela, como inerente a esse tipo de SN. Esse também é o pensamento de Pontes (1986, p 172 -3) que diz :

a conclusão, a respeito do chamado sujeito posposto, é que ele não tem as características que tipificam o sujeito em português, a não ser a concordância verbal, no registro escrito, formal, que é imposta pela gramática e o ensino escolar. Verificamos que o sujeito típico e o sujeito posposto são dois conjuntos disjuntivos. O único traço em comum é o da CV, traço por si muito frágil, porque ensinado nas escolas e praticamente inexistente na maioria dos registros.

Segue, argumentando, a autora, “deve-se continuar considerando esse SN como sujeito? Minha conclusão é que ele não é sentido pelos falantes como sujeito, por isso eles não fazem concordância”.

Também Monguilhott (2001) expõe que, em seus dados, os SNs pospostos evidenciaram uma probabilidade baixa para a aplicação da concordância (0,17), propondo que um sujeito quando posposto passa a ser encarado como objeto. É essa também nossa impressão quanto a esse fator que apresenta uma feição muito mais de objeto do que de sujeito, por isso ocupa uma posição posposta ao verbo e por isso contribui significativamente, **0,70**, para a não-aplicação da flexão verbal de terceira pessoa do plural.

Em relação à posição do sujeito na oração, podemos dizer que a concordância é maior quando na estrutura frasal a ordem Sujeito Verbo (SV) é mantida e também quando a distância entre um e outro elemento não existe ou é pequena. Quando essa posição é alterada para VS, a tendência é que o falante entenda esse sujeito como objeto, já que ele se encontra à esquerda do verbo, e não marque a concordância, sendo, portanto, um ambiente favorável à variação.

É possível separar tal grupo em dois subgrupos subdivididos, um que favorece a variante explícita /N/, constituído pelos fatores: [*sujeito anteposto, separado do verbo por 1 a 3 sílabas e anteposto, imediatamente próximo ao verbo*], representados na Figura 2 pelo subgrupo 1; outro que engloba os demais fatores que se manifestam como aqueles que mais influem na propagação de um sistema flexional sem marca de plural em P6, identificados no subgrupo 2: [*sujeito anteposto, presente em oração anterior, referencial, não-realizado, presente na pergunta do entrevistador com estímulo para / N /, anteposto separado do verbo por 4 ou mais sílabas, presente na pergunta do entrevistador com estímulo para zero / Ø / e sujeito posposto ao verbo*].

Esses subgrupos envolvem características que se referem a um posicionamento anteposto e próximo do sujeito em relação ao verbo; enquanto o outro é a oposição disso, pois, mesmo quando antepostos, a distância entre um elemento e outro é grande. Notamos que se tem nesse grupo um excelente aliado para o enfraquecimento da morfologia flexional, na comunidade.

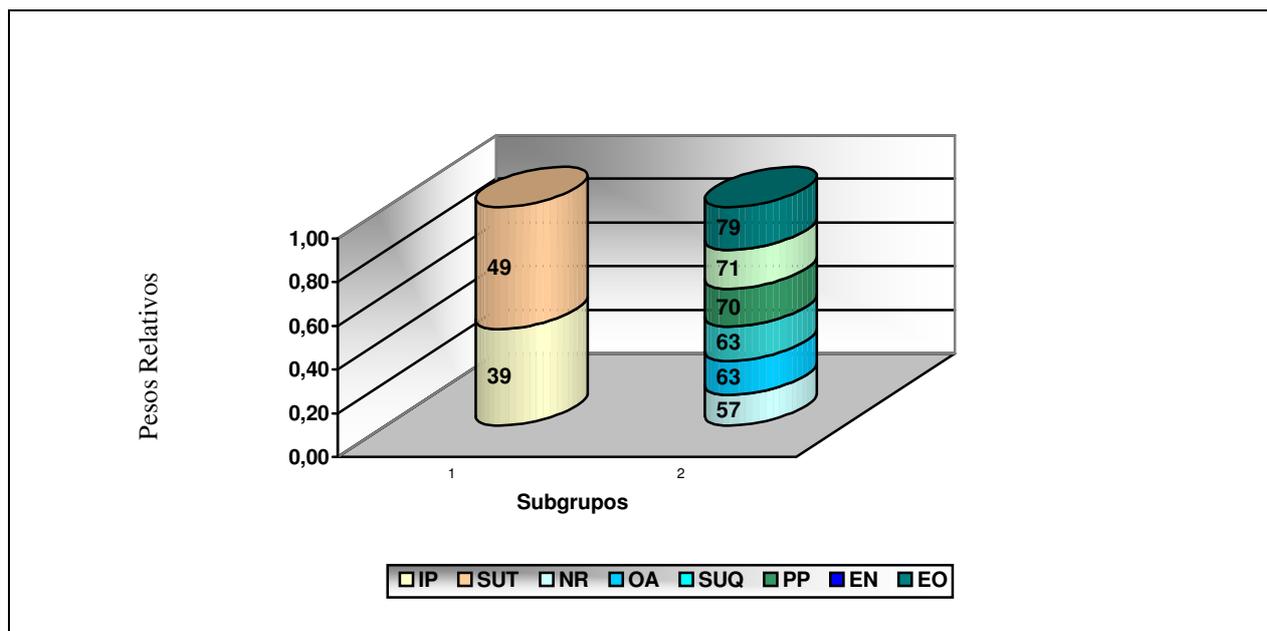


Figura 2 –Pesos Relativos de Marca / Ø / dos Subgrupos da Realização, Posição e Distância do Sujeito

### 5.3.1.3 Constituição do SN sujeito

Considerando as propostas de Nicolau (1984), Motta (1979), Guy (1981), dentre todos os fatores definidos para a **Constituição do SN sujeito**, apenas os SNs descritos a seguir compõem a amostra final dessa variável:

- **SN Sujeito Simples**, Formado por Substantivo Acompanhado de Determinante do Tipo Numeral, Artigo, Pronome Possessivo, Pronome Demonstrativo e Pronome Indefinido (SaD)

**EX 29: os brinquedos incentivaØ a violência**

**EX 30: esses brinquedos incentivaM sim**

- **SN Sujeito Simples Formado por Substantivo sem Determinante (SsD)**

**EX 31: meninas se vendeØ**

**EX 32: Meninas fazem**

- **SN** Sujeito Composto, Formado por Substantivo Acompanhado ou não por Determinante (CaD)

**EX 33: saúde e educação são importante**

**EX 34: nossos deputados e juizes não podeØ continuar**

SN Sujeito Formado por Pronome Indefinido <sup>28</sup> (PI)

**EX 35: alguns roubaM a toda hora**

**EX 36: alguns roubaØ a toda hora**

- **SN** Sujeito Simples Formado por Pronome Pessoal Reto (SPP)

**EX 37: eles mataM os bandido**

**EX 38: eles mataØ mesmo**

- **SN** Sujeito Simples ou Composto com Constituintes do tipo Determinante mais Núcleo mais Sintagma Preposicional (SCDSP)

**EX 39 : os meninos de rua roubaM as senhora na feira**

**EX 40: os menino de rua ficaØ cheirando cola**

- **SN** Sujeito Formado por Pronome Relativo (Pr)

**EX 41: crianças que ficaØ na rua**

**EX 42: pai, mãe que bateM nos filho**

---

<sup>28</sup> Pontes (1978) estabelece uma distinção entre pronomes e determinantes. Partindo de uma postura gerativista, a autora afirma apenas os pronomes pessoais são pronomes de fato, uma vez que estes nunca podem exercer função de Det., podendo muitas vezes substituir *SNs* inteiros. Os Dets. funcionam como elemento que precede um nome e quando ocorrem sozinhos, eles apenas “representam” o *SN* da estrutura profunda que na estrutura superficial são elididos. Logo, numa sentença cujo sujeito seja um “pronome indefinido”, definido por ela como *quantificador*, por exemplo, esse pronome nada mais é do que uma transformação da elipse do nome do *SN* cuja aplicação é obrigatória.

Mesmo considerando a pertinência da reflexão de Pontes, preferimos adotar que um pronome indefinido quando figura sozinho numa sentença, retomando ou não um *SN*, é um pronome substantivo, se comportando então como um nome, por conseguinte, como sujeito da oração.

É acerca desses fatores que trataremos a partir de agora, procurando mostrar a sua relevância para a regra em análise, bem como as características inerentes a cada um. Antes, porém, segue a tabela com a disposição dos números referentes à frequência e pesos deles.

**Tabela 3 – Frequências e Pesos Relativos de Marca Zero, considerando a constituição do SN sujeito que acompanha o verbo na oração.**

<b>Constituição do SN Sujeito</b>	<b>APL / TOTAL</b>	<b>%</b>	<b>PR</b>
SN Sujeito Simples ou Composto com Constituintes do tipo Determinante mais Núcleo mais Sintagma Preposicional	41 / 65	63	0,54
SN Sujeito Formado por Pronome Relativo	247 / 537	46	0,55
SN Sujeito Simples Formado por Substantivo com Determinante (numeral, artigo, pronome possessivo, pronome demonstrativo e pronome indefinido)	613 / 1204	51	0,50
SN Sujeito Simples Formado por Pronome Pessoal Reto	377 / 968	39	0,39
SN Sujeito Simples ou Composto Formado por Substantivo, Acompanhado ou não por Determinante	80 / 106	75	0,77
SN Sujeito Simples Formado por Substantivo sem Determinante	95 / 162	59	0,58
SN Sujeito Formado por Pronome Indefinido	108 / 158	68	0,69
<b>TOTAL</b>	<b>1561 / 3200</b>	<b>49</b>	

Guy (1981) inclui em sua análise quatro tipos de SNs sujeitos: SN constituído por palavras no singular, SN em que todas as palavras aparecem no plural”, SN em que aparece alguma palavra no plural; N cuja pluralidade é indicada pelo contexto.

Esse foi o terceiro grupo selecionado na rodada, considerando que os fatores sociais serão discutidos em outra seção. Logo, essa classificação decairia para a quarta se não tivéssemos optado por distribuir a discussão desse capítulo da forma que fizemos, uma vez que o terceiro grupo selecionado na rodada em geral, foi o grau de escolaridade. Mas, como avaliamos que didaticamente seria melhor fazer a discussão dos resultados separando os fatores lingüísticos dos sociais, prossigamos, então, como no início.

A constituição do SN sujeito já foi examinada em vários estudos. Em Lemle e Naro (1977), a frequência de aplicação da regra de concordância não se mostrou significativa. Já no trabalho de Motta (1979), o SN sujeito constituído de pronome pessoal comporta-se como um fator que favorece a aplicação da regra analisada. Além desse fator, a autora leva em conta: SNs constituídos por apenas um núcleo (substantivo), dois núcleos (substantivo e pronome), outros pronomes (indefinidos, demonstrativos e interrogativos), numeral. Nossos dados corroboram os de Motta (1979) no tocante ao SN pronome pessoal reto, e ao SN pronome indefinido, a se notar pelos pesos encontrados na nossa análise e expostos na tabela 3.

Os dados de Monguilhott (2001), quando se referem a esse item, trazem resultados análogos aos nossos. SN sujeito substantivo simples sem determinante, SN sujeito substantivo composto, acompanhado ou não por determinante e SN pronome indefinido, propostos em nossa análise, são um tanto análogos aos que ela denomina, respectivamente, SN pleno simples + SN pleno nu<sup>29</sup> e SN pleno composto, bem como o Quantificador + Pronome indefinido.

Comparando os resultados da autora com os nossos, percebe-se que tanto lá em Florianópolis, como aqui em Vitória da Conquista, esses SNs comportam-se como contextos que favorecem a variante não marcada e confirmam as hipóteses de que há uma relação entre a constituição do SN e a posição que ele ocupa na sentença, o que inevitavelmente interfere na probabilidade de não-marcação da concordância. Por exemplo, dificilmente, um pronome pessoal reto aparecerá à direita do verbo; por conseguinte, percebe-se que as sentenças com esse tipo de sujeito apresentam maior probabilidade de marcar explicitamente a concordância.

Por outro lado, conforme Zilles e outros (2000), existe uma forte tendência de um pronome indefinido figurar nessa posição, bem como forte tendência de não se marcar explicitamente a concordância em P6.

Os pesos **0,77**, **0,58**, **0,69** da tabela 3 acima ratificam a hipótese de serem SN sujeito substantivo composto, acompanhado ou não por determinante, SN sujeito substantivo simples sem determinante, SN sujeito formado por pronome indefinido ambientes importantes para a falta de flexão verbal.

Se compararmos os mesmos aos números dos sujeitos formados pelo pronome reto **eles 0,39**, a diferença na escala concordância X não-concordância é bastante alta, o que significa dizer que, probabilisticamente, estruturas como **EX 43: eles mataM os bandido** são mais prováveis do que estruturas como **EX 44: eles mataØ mesmo**; enquanto que **EX 45: alguns roubaM a toda hora** são mais improváveis do que **EX 46: alguns roubaØ a toda hora**, ou, pelo menos, haverá um peso de **0,69**, contribuindo para o uso desta e não daquela variante.

Outra questão, que achamos relevante mencionar e que nos leva a uma comparação que merece destaque, é a distância que existe entre os pesos das estruturas formadas com substantivo e determinante, e aquelas que não têm o substantivo acompanhado de determinante. Note-se que no primeiro caso, que engloba: *SN sujeito simples formado por substantivo acompanhado de determinante do tipo - numeral, artigo, pronome possessivo, pronome demonstrativo e pronome indefinido* - **0,50**; *SN Sujeito simples ou composto com*

<sup>29</sup> Os pesos relativos desses fatores, expostos pela autora, na rodada para aplicação da concordância explícita foram, respectivamente, 0,45, 0,18 e 0,22. (cf. p. 210)

*constituintes do tipo determinante mais núcleo mais sintagma preposicional* **0,54**, os pesos estão num ponto neutro.

Diante de números tão excludentes entre si como **0,39**, dos pronomes pessoais, e **0,77**, dos compostos acompanhados ou não de determinantes, pode-se afirmar que a regra de concordância explícita é quase categórica com os pessoais retos, da mesma maneira que o não-emprego da marca é quase categórico com *SN sujeitos compostos acompanhados ou não de determinante* ou aqueles formados por *pronomes indefinidos*. Por outro lado, é bastante equilibrada quando o substantivo tem um determinante acompanhando-o, ou mesmo quando se trata de um *SN com determinante e um sintagma preposicional*.

Ainda conforme Scherre (1994, p. 11), na concordância, outros elementos da estrutura sintagmática entram em jogo e assumem o seu controle. Em suas palavras, “em casos de sujeitos de um só núcleo de estrutura complexa, o controle da concordância também pode ser assumido pelo núcleo do sintagma nominal inserido no sintagma preposicional”. É o que acreditamos estar favorecendo essa variação, evidenciada pelo peso **0,54** no sujeito cujos constituintes são do tipo determinante – núcleo – sintagma preposicional, exposto neste exemplo: **EX 47**: *As arma de brinquedo incentivaØ as criança.*

As sentenças cujo SN é retomado por pronome relativo, como em **EX 48**: *os meninos que ficaM pedindo dinheiro*, ou **EX 49**: *os meninos que ficaØ na rua*, também não configuraram como fator importante nem para uma nem para outra variante, estando em plena variação, contudo sem mostrar tendência. Monguilhott e Coelho (2002) apontam essa estrutura como ambiente que favorece a concordância, no entanto o peso que ela traz **0,47** não confirma tal colocação<sup>30</sup>. Achamos mais seguro, diante de um peso de **0,55**, como o que se apresenta para esse fator, não cogitar nada em termos de tendência.

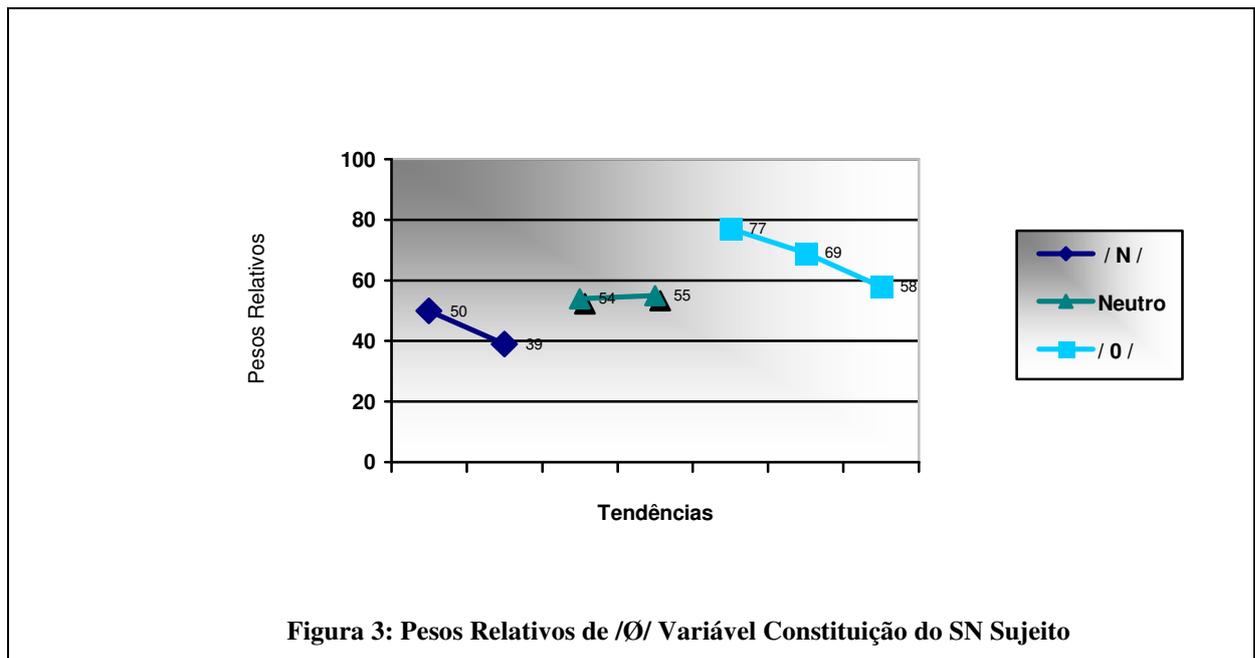
Dessa maneira, também pudemos comprovar a influência da **Constituição do Sintagma Nominal**, no que se refere à manutenção ou cancelamento do plural no verbo, sendo possível propor três grupos atuantes: um, neutro, com pesos que não dizem muito em termos de tendência, um que favorece a marca explícita, e outro que atua em favor da ausência da marca.

Comprovamos então que a maneira como o SN é constituído, a forma de ser do sujeito, tem relação direta com a tendência que os falantes têm de flexionar ou não o verbo que a ele se relaciona como predicado. Sendo os dois extremos os SNs pronomes: o pronome

---

<sup>30</sup> Salientamos que a autora realizou rodadas voltadas para a aplicação da marca explícita, por isso achamos que um peso de 0,47 não evidencia tal tendência uma vez que esse peso está favorecendo a não marcação dada a característica da rodada.

reto que leva à concordância **EX 50**: *eles mataM os bandido*, em oposição ao pronome indefinido **EX 51**: *alguns roubaØ a toda hora*, que diminui essa possibilidade. No caso de SNs com substantivos, a sua influência na concordância está relacionada a uma junção de algum elemento que funcione como seu determinante dentro do sintagma, quando apareceu sem um determinante mostrou uma tendência à marca zero de flexão. A Figura 3 ilustra tal situação:



#### 5.3.1.4 Traço Semântico do Sujeito

Essa variável foi a última selecionada pelo VARBRUL, e justifica-se pela hipótese de que o traço [+ Humano e / ou + Animado], dada a possibilidade de o sujeito constituir-se em agente da oração, pode favorecer a concordância, já que é possível correlacioná-lo com o valor semântico que se supõe ser predominantemente veiculado pelas classes dos verbos na expressão de uma ação. Por meio dessa variável, vários estudiosos controlaram a influência dos sujeitos com traços semânticos do tipo [+ humano / + animado] e [- Humano / -Animado] na concordância.

No trabalho de Silva (2003), essa também foi a última a ser selecionada. Ele afirma que “tal variável está ligada à idéia de “agente”, muitas vezes, relacionada ao sujeito e, portanto, tendente a se apresentar primeiro na mente do falante. Aquele que pratica a ação relaciona-se diretamente à ação” (p. 168). Ainda segundo o autor, atribuir características humanas ao sujeito tem o efeito de agir como fator enfático e psicológico no informante.

Em princípio, nossa classificação era semelhante as que têm sido comumente utilizadas pelos pesquisadores, como o autor acima mencionado, porém, durante a nossa análise e codificação, percebemos que ela não dava conta dos exemplos que estávamos encontrando donde surgiu a necessidade de encontrar uma forma de melhor classificar semanticamente um SN como (as providências), (a justiça e o crime). Sabíamos que não se tratava de algo animado, muito menos humano. Mas, seria correto chamá-los de **inanimados**? Optamos por uma outra classificação, uma vez que consideramos que esses não são iguais a SNs como, **as metralhadoras** ou **os pais** etc., por isso preferimos adotar a idéia de que aqueles SNs são “não concretos”, ou seja, são noções abstratas e não objetos palpáveis. Diante de tal decisão, esse grupo foi organizado da forma a seguir:

- Sujeito [+ Humano / + Animado] (H)  
**EX 52: os meninos que ficaM pedindo dinheiro**
- Sujeito [- Humano / + Animado] (A)  
**EX 53: Os bichos às vezes éØ melhor do que gente**
- Sujeito [+ Concreto/ - Animado] (CONC)  
**EX 54: As arma de brinquedo incentivaØ as criança**
- Sujeito [+ Abstrato/ - Animado] (ABS)  
**EX 55: saúde e educação são importante**

Mateus (1989, p. 37) aconselha que “numa descrição semântico-pragmática dos mecanismos predicativos, é relevante dispor-se de uma **tipologia dos estados de coisas** [grifo da autora] que podem ser descritos por uma língua natural”. Para ela, determinados verbos exigem dos seus argumentos determinados traços semânticos, para que possam predicá-los.

Quando trata das classes semânticas nominais, caracterizando-as como categorias que semanticamente têm **um potencial de referência**, a lingüista a partir dos exemplos EX 16:

*esse urso é terrivelmente guloso* e EX 17: *a verdade nem sempre é cômoda*, estabelece uma diferença entre concreto, no primeiro caso, e abstrato, no segundo.

Por razões já expostas na metodologia, o traço [- Humano + Animado] foi amalgamado ao fator [+ Humano / + Animado] que passou a ser definido como [+ / - Humano / + Animado], para assim abarcar as duas noções em um só grupo. Assim, os dados quando submetidos às outras rodadas foram configurados da maneira como está exposto na tabela 4.

**Tabela 4 – Frequências e Pesos Relativos de Marca Zero de concordância, considerando o Traço Semântico do Sujeito.**

<b>Traço Semântico do Sujeito</b>	<b>APL / TOTAL</b>	<b>%</b>	<b>PR</b>
Sujeito [+ Abstrato / - Animado] (ABS)	265 / 417	64	0,67
Sujeito [+ / - Humano / + Animado] (HA)	1183 / 2588	46	0,46
Sujeito [+ Concreto / - Animado] (CONC)	113 / 195	58	0,62
<b>TOTAL</b>	<b>1561 / 3200</b>	<b>49</b>	

Os números dos SNs a que chamamos abstratos não diferem significativamente dos chamados concretos, os pesos de um **0,67** e outro **0,62** confirmam isso. Ainda assim, preferimos manter tal distinção. Até porque, a hipótese foi confirmada, pois acreditávamos, assim como a maioria dos estudiosos, que o sujeito com traço semântico mais humano e mais animado levaria à concordância, enquanto aqueles que não tivessem esse traço desfavoreceriam tal uso. Isso se confirma comparando-se o peso da segunda linha da terceira coluna **0,46** da tabela 4 com os demais pesos.

Dessa maneira, nossos resultados vão ao encontro dos resultados encontrados nos estudos como o de Monguilhott e Coelho (2002) que testaram a hipótese de que quando a sentença possui um SN [+ humano] a probabilidade de ocorrer concordância é maior do que em sentenças cujos SNs tenham traço [- humano]. Ao tratar da questão Miotto (1994) afirma que um verbo intransitivo admite um argumento externo [-humano] se for um caso de metáfora ou metonímia.

Deste modo, no quesito Traço Semântico do Sujeito, o resultado indica que quando o SN apresenta traços do tipo [+ / - Humano + Animado], existe uma maior probabilidade de ocorrerem marcas de concordância nos verbos; quando esse traço é [+ Concreto/- Animado] essa probabilidade cai, sendo maior a ocorrência de não concordância. Ressalte-se também que testando a hipótese do traço [+ Abstrato/- Animado] isso também se mostrou verdadeiro, mas este apresenta um índice menor em relação ao inanimado, muito provavelmente porque

se trata de algo que depende de alguém para existir. Antes, porém, segue a tabela com a disposição dos números referentes à frequência e pesos deles.

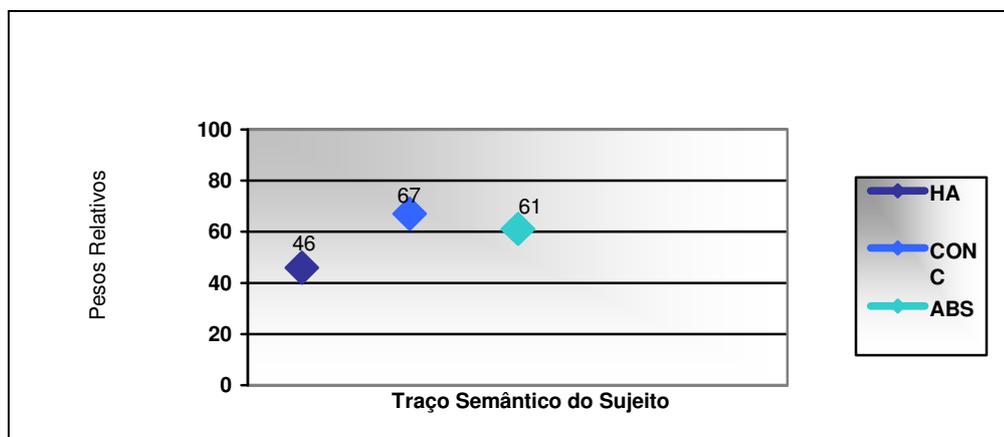


Figura 4: Pesos Relativos de / Ø / Variável Traço Semântico do Sujeito

### 5.3.2 SEGUNDA INSTÂNCIA

Como a tentativa de rodar, ao mesmo tempo, todas as variáveis lingüísticas propostas, mostrou-se impossível, por motivos já explicitados no capítulo anterior, separamos os fatores explanatórios em dois grupos. Salientamos que em cada rodada feita com esses grupos, os fatores sociais também foram considerados, para que tivéssemos certeza de que não haveria qualquer resultado incorreto por conta da ausência destes.

Assim, tomando como base a ordem de seleção feita pelo programa na rodada em que consideramos apenas os fatores lingüísticos excluídos anteriormente, nesta seção apresentaremos os resultados quando da sua inclusão. Salientamos que não houve nenhuma alteração no *input* que permaneceu o mesmo da rodada anterior, **0,49**, e que o nível de significância se manteve estável em **0,000**, em todos os grupos.

- Tempo verbal
- Tipo de verbo
- Conjugação verbal

### 5.3.2.1 Tempo Verbal

Com esse grupo pretendíamos testar a hipótese de que o tempo verbal, dada a sua relação com a saliência, pode condicionar o aparecimento ou não da marca de plural. Esse foi o primeiro grupo lingüístico selecionado pelo programa VARBRUL.

Não consideramos a correlação tempo-modo no sentido de Câmara Jr. (1973), ou Mateus e outros (1983). Dado o nosso objetivo, partimos dos seguintes critérios: separamos a sentença, identificamos o verbo, o seu tempo e a sua flexão. Por exemplo, numa frase do tipo EX 56: *os ladrões roubarão o carro*, consideramos o tempo futuro e o modo indicativo, no sentido morfológico. Segundo Silva (2002, p. 481) “modo e modalidade estão relacionados. O modo é uma categoria (morfológica) formal do verbo e tem função modal, ou seja, a atitude do falante (modalidade) em relação ao que diz pode ser expressa pelo modo do verbo”.

Aqui interessa-nos o modo enquanto categoria morfológica e não a sua função modal. Isto é, se a ação se realizará, ou não, não é objeto de nossa análise. Mesmo porque os tempos verbais que mais apresentam esse valor modal são os menos freqüentes, como os do futuro do presente, o pretérito mais-que-perfeito e, por último, o futuro do pretérito, além dos tempos do subjuntivo.

**Tabela 5 –Frequências e Pesos Relativos de Marca Zero de concordância, considerando o Tempo Verbal.**

<b>Tempo Verbal</b>	<b>APL / TOTAL</b>	<b>%</b>	<b>PR</b>
IdPr	1125 / 2252	50	0,52
Sb2Pr	50 / 121	41	0,47
IdFt2	41 / 86	48	0,49
Sb2Pt	50 / 69	72	0,72
If	89 / 141	63	0,61
IdPt1	96 / 152	63	0,67
IdPt2	99 / 348	28	0,24
Sb2Ft	11 / 31	35	0,35
<b>TOTAL</b>	<b>1561 / 3200</b>	<b>49</b>	

Testando essa hipótese, notamos que o tempo em que o verbo é empregado pode condicionar o aparecimento ou não de marca de concordância.

O pretérito imperfeito do indicativo, por exemplo, é um contexto que tem grande relevância para a não – flexão de concordância verbal em P6, pesando **0,67**, das 152 ocorrências abstraídas das 3200 analisadas nos trinta e dois inquéritos. Por outro lado, com o pretérito perfeito do indicativo ocorre exatamente o inverso, sendo este um contexto bastante relevante na manutenção da concordância explícita, o que se explica pelo fato de que, comparando-se as terminações de cada um, percebem-se duas formas opostas, fonicamente falando: um morfema modo - temporal / **ra** / tônico, no caso do segundo, e um / **va** / átono, no primeiro, em se tratando de verbos regulares da primeira conjugação; e um –ia com / i / tônico que se acrescenta as vogais temáticas das segunda e terceira conjugações que se integram ao SMT. Por isso, o peso para o uso da marca /Ø/ sobe de **0,24** daquele, para **0, 67** deste, quando se junta ao morfema de número /N/. Souza Campos, Rodrigues e Galembeck (2002) afirmam que os morfemas –va e –ia de pretérito imperfeito indicam as noções de tempo e modo, cabendo ao contexto fornecer a noção de pessoa.

Com o imperfeito do subjuntivo acontece o mesmo do indicativo. O sufixo de modo e tempo átono **-se** é um importante condicionante para a marca zero, apresentando um peso de **0, 72**. Esses números apenas confirmam os da saliência, o que justifica o programa ter eliminado esse grupo quando rodado juntamente com a saliência, pois os níveis de saliência mais altos e que, portanto, levam à concordância, se dão justamente no pretérito perfeito. Os níveis mais baixos e que culminam num alto índice de não – concordância ocorrem nos imperfeitos, cujas terminações são átonas, portanto menos salientes.

No tocante ao presente do indicativo, é necessário que mencionemos a discrepância que existe entre o número de ocorrência entre ele – cujo total foi de 2252 – que engloba mais de 70% dos 3200 dados totais, e os demais tempos que têm um montante de apenas 948 ocorrências divididas entre si.

Essa situação nos leva a resgatar o trabalho de Pontes (1972) sobre a marginalidade de alguns tempos verbais no português coloquial. Em virtude disso, não estranhemos o baixíssimo número (apenas 05 das 3200 e num único informante) de formas no futuro do presente. Tampouco estranhemos a ausência total do pretérito mais-que-perfeito. Pudemos comprovar que nem mesmo os informantes de nível universitário registram tais formas.

Também observamos que os tempos presentes, formas com sufixo modo-temporal átono, comportam-se de modo parecido, embora os pesos apresentem leves diferenças: **0, 52** para os do indicativo e **0,47** para o subjuntivo. Comparando-se esses números com os demais do grupo, não consideramos que essa diferença sugira qualquer tendência diferenciada.

Analisando lingüisticamente, o nosso parecer também é mantido, pois os dois tempos não apresentam diferenças qualitativas em suas desinências plurais, cujas formas são postônicas ou átonas finais, já que o acento está incidindo na vogal do radical ( **cantam** ) – ( **cantem** ) / ( **vendem** ) – ( **vendam** ) / ( **partem** ) – ( **partam** ). Como salienta Câmara Jr. (1992, p. 106), “a condição de tônica, pretônica e postônica não final e postônica ou átona final altera fonologicamente o vocalismo português” e que, segundo ele, geram alomorfes, fonologicamente condicionados.

No caso específico, acreditamos que a falta de acento, que elimina a vogal temática, tomando o seu lugar o morfema modo-temporal que se junta a um arquifonema nasal / **N** / e se ditonga com o SMT cumulativo no caso do subjuntivo, e com a vogal temática, tratando-se do indicativo, gera um ambiente fonológico pouco saliente que leva à ausência da concordância em P6.

Com referência ao futuro do pretérito do indicativo, a hipótese seria a de que a sua relevância na determinação da escolha da marca zero pelo falante se dá basicamente pelas mesmas condições expostas para os tempos presentes, diferindo no fato de que os verbos nesse tempo têm uma desinência número-pessoal postônica, porque o acento incide na vogal da desinência modo-temporal, ou seja, tratam-se de formas verbais arizotônicas: (cant**ariam**), (fari**am**), (ir**iam**)<sup>31</sup>. Isso acaba por gerar nesta forma um ambiente que também desfavorece a marca zero, por isso, o peso relativo nesse caso não se mostrou importante **0,49**.

O futuro do subjuntivo também não se comportou como escolha importante para a marca zero, apenas **0,37** de peso para essa escolha.

O infinitivo é uma forma verbal que merece destaque pelo nível alto de marca zero, e pelas controvérsias que há em torno dele. Segundo Perini (1977), a previsão de duas ocorrências para o infinitivo no português, uma forma flexionada e outra que não se flexiona, é um problema tradicional em nossa língua e há muito discutido pelos mais variados gramáticos. Grande parte dos pesquisadores afirma, que a flexão do infinitivo é pouco comum em outros idiomas, é um caso específico do português.

Se a marcação de concordância em todos os itens de um sintagma nominal ou verbal não é, como observa Said Ali (1971), um fruto da lógica, uma vez que, para ele, repetir num termo determinante algo que já está marcado no termo determinado é antes de tudo uma redundância, não é de estranhar que em se tratando de verbos no infinitivo isso seja ainda mais problemático, pois, normalmente, um verbo no infinitivo ocorre combinado a outro verbo já flexionado, em tempos compostos, locuções verbais.

<sup>31</sup> O negrito indica a sílaba tônica.

De fato, os próprios gramáticos consideram essa uma questão bem controversa de flexão na sintaxe portuguesa. Cunha e Cintra (1985) estabelecem uma série de regras para o uso da forma flexionada, infinitivo pessoal, e da forma não flexionada, infinitivo impessoal. Entretanto, conforme suas próprias palavras, transcritas a seguir: “numerosas têm sido as regras de propostas pelos gramáticos para orientar com precisão o uso das duas formas. Quase todas, porém, submetidas a um exame mais acurado, revelaram-se insuficientes ou irreais” (p. 473), pois na sua maioria não correspondem aquilo que é dito pelos informantes e, por isso, esclarecem muito pouco daquilo que é a realidade lingüística do falante nesse aspecto.

Nos exemplos arrolados pelos gramáticos, não se têm amostras do português coloquial e sim do formal, normalmente exemplos retirados da língua escrita, isto é, trechos de obras de escritores, na maioria das vezes, clássicos da literatura. O vernáculo não é contemplado em exemplo como o que se segue:

- **EX a:** Deixas **correr** os dias com as águas do Paraíba? (ASSIS, OC, II, 119, *apud* Cunha e Cintra, 1985, p.476).

Dessa forma, embasados em Said Ali (1964),<sup>32</sup> eles concluem que no que tange ao infinitivo a questão é muito mais estilística que lingüística.

Bechara (2001), com relação ao infinitivo, afirma que essa forma é empregada como pertencente a uma locução verbal, não havendo necessidade de flexioná-lo; entretanto, aponta algumas situações que, segundo ele, afastam-se desse critério. Diz ele que quando o verbo principal está afastado do auxiliar ele deve ser flexionado, o mesmo é válido para as situações em que o VA, expresso anteriormente, se cala. Quando é dependente de verbos como *deixar*, *mandar*, *fazer* é normal não ser flexionado, todavia é flexionado em situações como **EX b:** *e deixou fugirem-lhe duas lágrimas*. Fora da locução verbal a escolha entre flexioná-lo depende da necessidade de se pôr em evidência o agente do verbo. (cf. p. 284 – 286)

Ele observa que o infinitivo flexionado ocorre sempre que estiver acompanhado de um nome ou pronome; quando for necessário destacar o agente para evitar confusão em relação ao sujeito ou para tornar claro o pensamento, ou quando se pretende dar relevo à pessoa que se refere ao verbo.

Diante de tantas controvérsias não é por acaso que em nossa comunidade as pessoas resolvam a questão tornando esse ambiente um forte condicionante à marca zero de flexão, com um peso bastante relevante, ou seja, os informantes resolvem a controvérsia, não fazendo

---

<sup>32</sup> Para Said Ali (1964, p.180) “ a escolha da forma infinitiva depende de cogitarmos somente da ação ou do intuito da necessidade de pormos em evidência o agente da ação”

concordância em **63%** dos casos, sendo esse, portanto, um contexto que favorece a marca zero, com peso de **0,61**.

Creditamos isso ao fato de que os falantes, quando realizam uma sentença com o verbo no infinitivo não flexionado **EX c: *isso é para eles fazeR***, tendem a um fenômeno já bastante comum no PB, o destravamento da sílaba, que é gerado pela obliteração do / r / final, que é nesse caso justamente a marca de infinitivo. Eles então dizem **EX d: *isso é para eles fazêØ***. Portanto, flexionar o infinitivo significa não apenas acrescentar uma SNP, mas recuperar esse morfema que caiu acrescido de um - e , para formar a SMT / re / e só então flexioná-lo na terceira pessoa plural acrescentando-lhe SNP / N /, processo bastante longo, ao que se pode notar.

Conforme já se evidenciou, ao testar a hipótese de que a depender do **Tempo Verbal**, pode-se ter um condicionamento no uso de / Ø / ou de / N /, percebe-se que o verbo, quando flexionado no pretérito perfeito do indicativo, futuro subjuntivo, o verbo tende à concordância, apresentando para a marca zero um peso relativo baixo. Já os que evidenciam um nível alto de marca zero são o imperfeito do indicativo e do subjuntivo, além do infinitivo. Os demais tempos, presentes indicativo e subjuntivo e o futuro do pretérito não tiveram comportamento que denotassem essa ou aquela escolha lingüística. Segue-se na Figura 5 a ilustração disso:

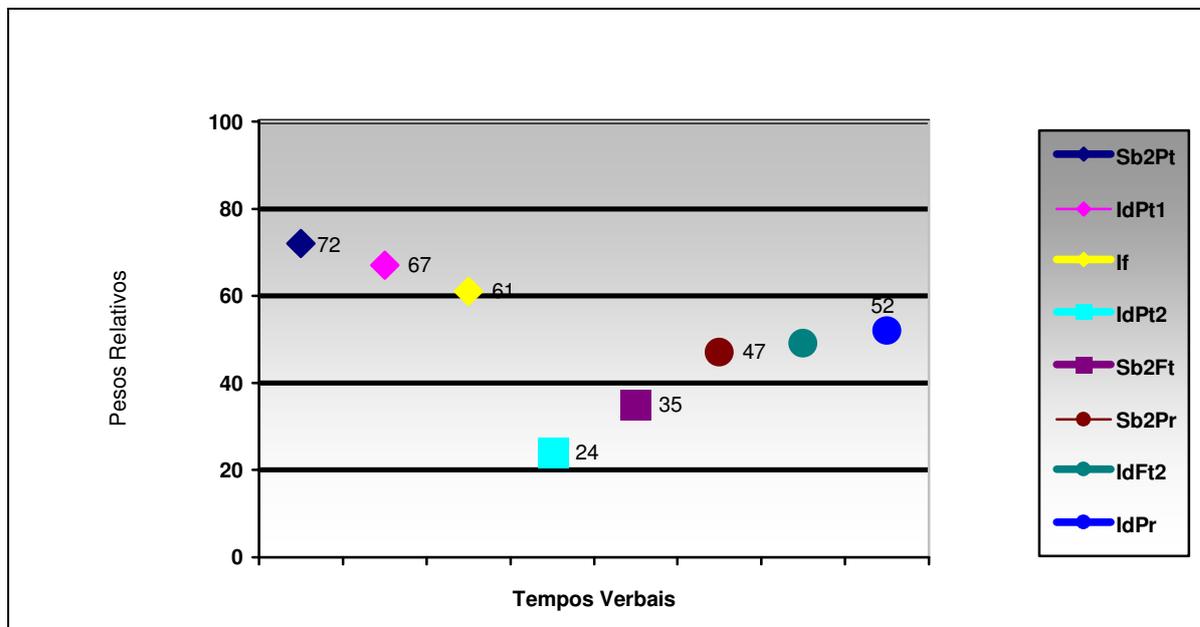


Figura 5: Pesos Relativos de /Ø/ Variável Tempo Verbal

Ao que se pode notar, tempo verbal é, também, importante para a análise da concordância em P6. Entretanto relacionamos isso à saliência fônica, primeiro grupo

selecionado. A partir disso, podemos criar dois grupos de verbos, sendo um alocado junto ao nível 1 de saliência: os pretéritos imperfeitos e o infinitivo e, no nível 2, os demais tempos. Dessa maneira, dada a sua feição morfológica, a condição rizotônica ou arrizotônica de suas terminações, os tempos verbais podem se mostrar mais, ou menos favoráveis à flexão na terceira pessoa plural.

### 5.3.2.2 Tipo de Verbo

Ao definir esse grupo de fatores, como nos demais, partimos de uma orientação tradicional na escolha dos tipos verbais que comporiam os fatores desse grupo.

Dessa maneira, assim como ao considerar a **posição do SN sujeito na oração** não tocamos em *movimentos*, no sentido gerativista, nem na *ordem*<sup>33</sup>, no sentido funcionalista; ou ao considerar o **traço semântico do sujeito** não fizemos menção à noção gerativa de categoria [ + / - θ ], não procedemos de forma diferenciada em **tipo de verbo**.

Diante disso, definimos os tipos de verbos, também, numa perspectiva tradicional, pois entendemos que dessa maneira durante as discussões da análise, nada nos impediria de trazer os pressupostos e explicações com base no Gerativismo ou no Funcionalismo, uma vez que acreditamos que isso, além de não causar nenhum prejuízo, ainda contribuiria com a discussão.

Tradicionalmente, os verbos podem ser classificados quanto ao tipo no campo da regência verbal. Conforme Cunha e Cintra (1985) as palavras de uma oração são interdependentes, relacionando-se entre si para construir uma significação. A relação entre duas palavras uma sendo o complemento da outra, de modo que a palavra dependente é *regida* por outra que a subordina, por isso chamada *regente*.

Segundo esses autores, as relações de regência podem ser indicadas pela ordem em que se dispõem os termos de uma oração pelas preposições que ligam e estabelecem

---

<sup>33</sup> Segundo Neves (2001, p. 23), baseada em Mackenzie (1992), “a ordem das palavras na sentença é vista como reflexo da tentativa do falante de trabalhar com vários fatores (*funcionais, afuncionais e disfuncionais*) que podem operar em paralelo ou podem conflitar um com o outro.”

dependência entre as palavras e pelas conjunções subordinativas quando de um período composto. Com base em Hjelmslev (1939), os autores observam que

a regência é o movimento lógico irreversível de um termo regente a um regido. Reconhece-se o termo regido por ser aquele que é necessariamente exigido pelo outro. Por exemplo: a conjunção embora peça o verbo no subjuntivo, mas o verbo no subjuntivo não exige a conjunção embora; logo a conjunção é o termo regente, e a forma verbal o termo regido. (Cunha e Cintra, 1985, p. 505).

A regência, nas palavras de Dillinger e outros (2002), embora com base na GT, é a propriedade de o verbo “exigir” uma preposição para introduzir um dado complemento. Os verbos especificariam que uma determinada preposição especificaria um objeto direto e outra um objeto indireto. Entretanto, com uma orientação gerativista, esses autores propõem que a *teoria da complementação* objetiva elucidar a estrutura interna do predicado, embora partam do mesmo pressuposto tradicional.

Quanto à predicação, portanto, os verbos podem ser classificados em **intransitivos**, quando expressam uma idéia completa **EX e**: *as crianças dormiam*; **Transitivos** quando exigem a presença de um objeto, ou complemento: **direto EX f**: *o menino comprou um livro*; **indireto EX g**: *o homem carecia de comida*; **direto e indireto EX h**: *Pedro deu um presente ao amigo*.

A regência ou ligação entre o verbo e o seu complemento pode ser feita, diretamente, sem preposição. É necessário, contudo, considerar que os objetos indiretos aparecem preposicionados, excetuando-se os casos em que são formados por pronomes oblíquos; que apenas preposições que ligam complementos a verbos estabelecem regência; que os intransitivos podem algumas vezes ter objetos diretos, isto é, funcionar transitivamente; e que os transitivos em alguns casos são usados intransitivamente.

Na relação transitividade e intransitividade, Bechara (2001, p. 415) se pronuncia da seguinte forma “a oposição entre transitivo e intransitivo não é absoluta, e mais pertencente ao léxico do que à gramática”.

Ainda conforme este autor, há um grupo de verbos que integra um predicado complexo, ou predicativo, pois, segundo ele, a referência desses é muito vaga em relação ao que é comunicado, o que torna o predicativo mais portador de traços típicos de sujeito. Como exemplo ele cita: *ser, estar, ficar, permanecer, parecer*. (Cf. p. 425).

Em outras palavras, são estes os, tradicionalmente, chamados verbos de ligação, responsáveis, segundo Cunha e Cintra (1985), pelos predicados nominais, cuja frase é

formada por um verbo de ligação + um predicativo e que expressa estado, mudança de estado, entre outras noções. Todavia, os autores observam que há verbos que são empregados ora como de ligação, ora como significativos, por isso “[...] convém atentar sempre no valor que apresentam em determinado texto a fim de classificá-los com acerto” (p. 130). Conforme Dillinger e outros (2002, p. 278)

a transitividade é a propriedade do verbo de “exigir” ou “aceitar” complementos: verbos “intransitivos” não aceitam complementos, um verbo “transitivo direto” aceita um só complemento em uma relação de objeto direto, um verbo “transitivo indireto” aceita um só complemento e uma relação de objeto indireto, e assim sucessivamente.

Um VA, por sua vez, compõe um conjunto chamado locução verbal na qual são conjugados verbos como **ter, haver, ser e estar** flexionados com um verbo principal numa das suas formas nominais: infinitivo, particípio ou gerúndio, como em **EX i: eles têm trabalhado muito.**

Longo e Campos (2002, p. 447) definem a auxiliaridade verbal a partir de Radford (1997) (*apud* LONGO E CAMPOS (2002)), dizendo tratar-se de uma “relação de complementação entre duas formas verbais; auxiliar como forma relacional que toma por complemento uma forma verbal base”, enquanto que a locução é uma reunião de um verbo e uma forma de infinitivo, gerúndio ou particípio numa predicação. Eles afirmam que sete formas auxiliares formam tempo no PB. Não adotamos, contudo, essas noções nesse trabalho.

Dessa maneira, partindo dos pressupostos tradicionais, procedemos à codificação dos dados considerando quatro grupos de verbos, a saber:

- Verbo Transitivo (VTr)
- Verbo Intransitivo (VI)
- Verbo Auxiliar (VA)
- Verbo de Ligação (VL)

**Tabela 6 – Freqüências e Pesos relativos de Marca Zero de concordância, considerando o Tipo de Verbo.**

<b>Tipo de Verbo</b>	<b>APL /TOTAL</b>	<b>%</b>	<b>PR</b>
Verbo de Ligação	175 / 510	34	0,33
Verbo Transitivo	978 / 1809	54	0,57
Verbo Intransitivo	112 / 207	54	0,54
Verbo Auxiliar	296 / 674	44	0,43
<b>TOTAL</b>	<b>1561 / 3200</b>	<b>49</b>	

Também selecionado pelo VARBRUL, esse grupo comportou-se da maneira esperada, dado o fato de os verbos transitivos e intransitivos normalmente virem acompanhados de sujeito e objeto, no caso dos transitivos; e de sujeito, em se tratando dos intransitivos.

Na sua análise sócio-paramétrica da ordem VS para o português, Berlinck (1988) aponta para uma relação entre a transitividade verbal e a posição do SN. Afirma que os verbos relativamente mais transitivos levam à SV, enquanto os relativamente mais intransitivos à VS.

Considerando que os estudos sobre a concordância indicam que esse tipo de posição leva a um declínio no nível de concordância, embora não tenhamos verificado se os verbos intransitivos estão sendo ou não acompanhados de sujeitos pospostos, acreditamos, ao que se percebe, que essa não é uma tendência encontrada aqui, uma vez que os pesos dos fatores transitivos X intransitivos não denotam nenhuma diferença significativa entre si, ambos tendo comportamentos favoráveis à não concordância.

Alguém poderia refutar tal colocação dizendo que **0,54** não é peso próximo ao ponto neutro, contudo se este fosse o caso teríamos um fenômeno ainda mais paradoxal.

Raciocinemos da seguinte maneira: se verbos transitivos tendem a exigir um argumento (sujeito), ou sujeitos antepostos, que por figurarem nessa posição, acabam por levar o verbo à concordância explícita, em nossos dados era de se esperar que isso acontecesse também.

O contrário disso é que os verbos intransitivos, normalmente, apresentam argumento sujeito à direita, e que, por sua vez, têm a característica de concorrerem para o cancelamento da marca de concordância, porque sua feição é mais de objeto do que de sujeito. Logo, se isto fosse verdadeiro, os pesos **0,57** e **0,54** deveriam correlacionar-se, respectivamente, aos intransitivos e transitivo. No entanto não é isso que ocorre com os dados sob análise.

Por outro lado, **0,54** poderia ser considerado como irrelevante, se os demais pesos apresentassem números mais altos, o que não ocorre, visto que os ambientes, cujo comportamento favorece a concordância, - verbos de ligação e verbos auxiliares, apresentam números probabilísticos distantes do ponto neutro – **0,33**, **0,43**.

Finalizando a discussão, salientamos que admitir que o número apresentado pelos verbos intransitivos é neutro, nos obrigaria também a ter de admitir que esse não é um ambiente que desfavorece a concordância, pelo menos não aqui, o que refutaria, praticamente, tudo que se tem dito, categoricamente, acerca do tema.(cf. Lemle e Naro, 1977; Naro, 1981; Scherre e Naro, 1998; Monguilhott e Coelho, 2002). De qualquer maneira, esse é um assunto

pouco investigado aqui e conseqüentemente pouco esclarecedor nessa rápida análise, mas que pode ser discutido, no futuro, numa pesquisa de doutorado.

Assim da nossa proposta de quatro tipos de verbo para esse grupo, esperávamos que os auxiliares e os de ligação tivessem comportamentos similares, contribuindo para a concordância explícita, o que foi confirmado. E que os transitivos se diferissem dos intransitivos, àqueles levassem à / N / e estes a / Ø /. Isso não se confirmou totalmente. Os intransitivos apresentaram um peso para zero aquém do esperado e os transitivos, ao contrário, apresentaram pesos além do que se presumia. A Figura abaixo evidencia melhor essa questão, a partir dos pesos apresentados.

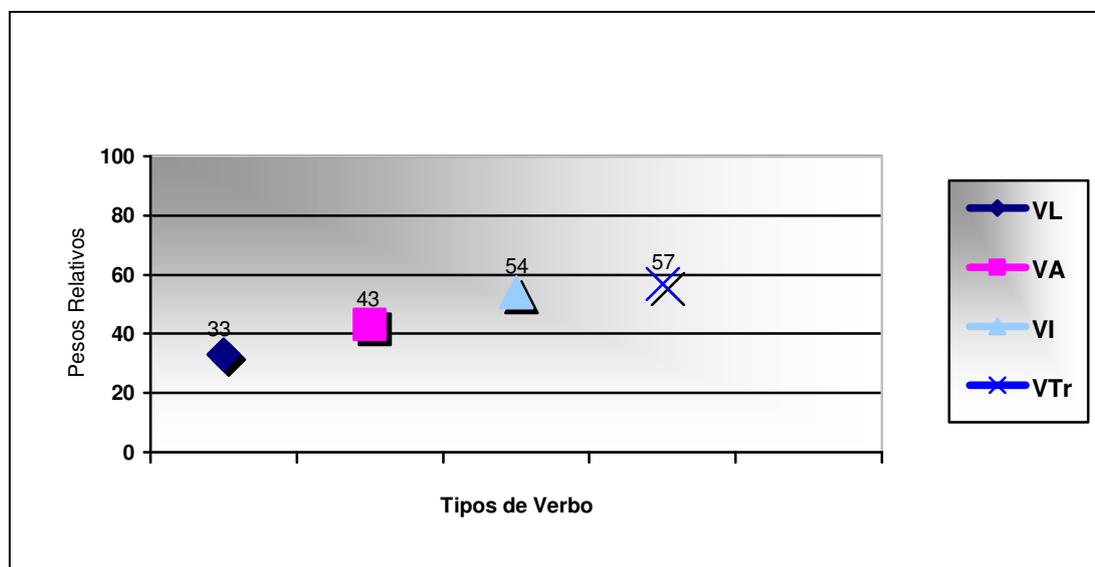


Figura 6: Pesos Relativos de /Ø/ Variável Tipo de Verbo

### 5.3.2.3 Conjugação Verbal

**Tabela 7** Frequências e Pesos Relativos de Marca Zero de concordância, considerando a Conjugação Verbal.

Conjugação Verbal	APL / TOTAL	%	PR
Segunda Conjugação (C II)	723 / 1370	53	0,56
Primeira Conjugação (C I)	631 / 1417	47	0,44
Terceira Conjugação (CIII)	207 / 413	50	0,51
<b>TOTAL</b>	<b>1561 / 3200</b>	<b>49</b>	

A conjugação verbal se mostrou pouco produtiva na análise dos dados, sendo o último grupo a ser selecionado dentre todos os que foram considerados.

Podemos dizer que a semelhança no comportamento da segunda e da terceira conjugações existe em razão da confluência que há em algumas formas conjugadas. Diante do exposto, a conjugação verbal pode ser considerada como importante, considerando a oposição nos números da primeira e segunda conjugações, ou podemos falar numa oposição entre a primeira conjugação e as demais. Aquela influencia o plural explícito no verbo enquanto estas influenciam o uso de zero.

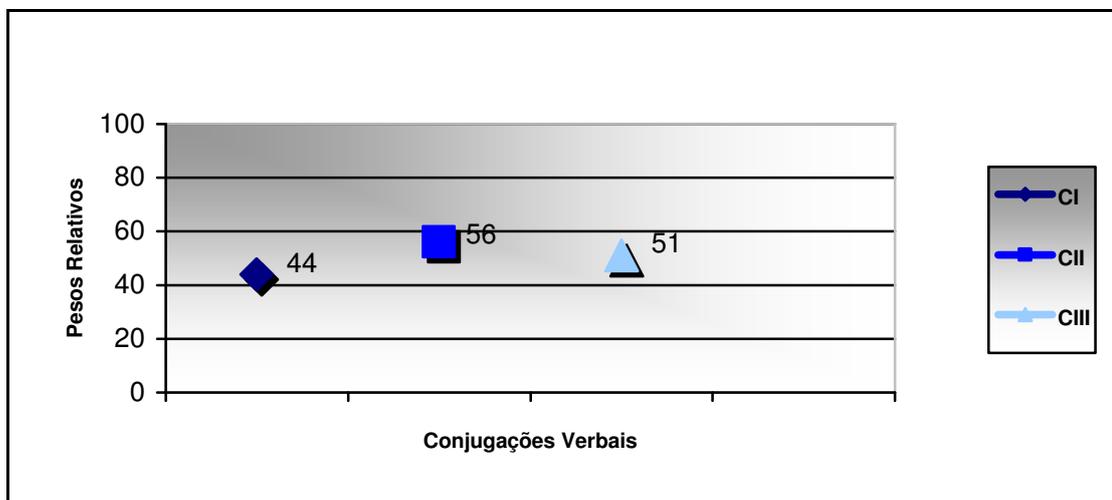


Figura 7: Pesos Relativos de /Ø/ Variável Conjugação Verbal

Diante dessa apresentação dos números, obtidos nas variáveis propostas, foi possível traçar o perfil do comportamento lingüístico dos falantes conquistenses, no que concerne à variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural, confirmando que cada grupo lingüístico, a seu modo, contribui para a situação de variação estável aqui encontrada.

Todavia, nossa tarefa ainda não está concluída, por isso vamos, nas próximas seções, discutir os números referentes às variáveis sociais.

#### 5.4 AS VARIÁVEIS SOCIAIS:

Quanto aos fatores sociais, foram colocados sob análise o grau de escolaridade, a faixa etária e o sexo do informante. Necessário se faz lembrar, mais uma vez, que como os fatores lingüísticos foram separados em dois, para fazer as rodadas e obter números confiáveis, em todas elas se consideraram também as variáveis sociais, a fim de verificar se tal separação comprometeria os valores dessas, o que poderia ocasionar análises equivocadas.

A ordem de escolha, conforme a relevância dos grupos, em todas as rodadas foi: escolaridade, sempre a segunda dentre todos os fatores e a primeira no que se refere aos sociais, a faixa etária foi a quinta variável, no geral e a segunda selecionada dentre as sociais. Tendo sido excluído em algumas das tentativas de rodadas o sexo finalmente foi selecionado em terceiro lugar. Seguiremos, então, com os resultados e a discussão de cada uma das variáveis selecionadas.

Confirmando, em parte, o que a maioria dos autores já aqui citados afirmam, também os fatores sociais constituem-se em restrições que podem ser medidas em termos de frequência e peso relativo. Em se tratando da variável sexo, entretanto, algumas questões nos motivaram a, na próxima seção, tentar uma comparação dos comportamentos lingüísticos desses dois grupos para assim poder falar nas semelhanças e divergências entre eles. Seguindo a ordem de seleção dos grupos sociais, a seguir discutiremos:

- Grau de Escolaridade
- Faixa Etária
- Sexo

#### 5.4.1 INDIVIDUAL

##### 5.4.1 1 Grau de Escolaridade

Considerando as duas variáveis independentes arroladas: as sociais e as lingüísticas, para Silva e Votre (1991) a escolarização é a mais atuante entre as variáveis sociais. Eles observam que:

é a escolarização que influencia o maior número de fenômenos e sempre no mesmo sentido. [...] podem ocorrer casos em que há falantes que entram na escola usando com grande freqüência a forma padrão, enquanto outros não usam, mas a escola poda o uso não-padrão (p. 368).

Vários estudos desenvolvidos no Brasil têm demonstrado a importância dessa variável. Silva (1996) diz que nos trabalhos do PEUL a escolarização, entre as variáveis sociais controladas, foi a que mais se mostrou relevante. Salienta que

mesmo alguns daqueles fenômenos que são diretamente focalizados na programação escolar mostraram-se quantitativamente tão condicionados pelo grau de escolarização quanto os que são objetos de ensino escolar e / ou são alvo de correção por parte dos professores, confirmando não haver relação direta com a escola (p. 93).

**Tabela 8– Freqüências e Pesos Relativos de Marca Zero de concordância, considerando o Grau de Escolaridade.**

<b>Grau de Escolaridade</b>	<b>APL /TOTAL</b>	<b>%</b>	<b>PR</b>
Fundamental	730 / 1200	61	0,67
Médio	557 / 1200	46	0,49
Universitário	274 / 800	34	0,28
<b>TOTAL</b>	<b>1561 / 3200</b>	<b>49</b>	

Já comentamos, em outros momentos desse trabalho, da existência de uma relação entre o registro padrão *versus* não – padrão e o nível escolar do falante, sendo o padrão mais comum entre as pessoas mais escolarizadas. Em contrapartida, o não-padrão mais comumente usado entre as pessoas menos escolarizadas, o que significa dizer que a escolaridade é um fator social que pode condicionar tanto a atuação quanto o apagamento da flexão de P6, Sendo esse o segundo grupo selecionado pelo VARBRUL, confirmando esse comportamento.

Nota-se, pelos números da tabela 8, que, de fato, a escolaridade ainda é o fator social mais importante na determinação do uso da variante explícita de plural: os dois lados opostos - ensino fundamental e ensino universitário – possuem pesos relativos extremos – **0,67** e **0,28**, ficando o ensino médio numa posição intermediária, entre esses dois índices, com peso de **0,49**, o que significa que a diferença entre marca explícita *vs* marca zero é quase nula, no que concerne ao uso de P6 entre os informantes do nível médio.

Outros trabalhos reportados na literatura também encontram resultados que caminham na mesma direção, demonstrando que as comunidades investigadas apresentam a mesma realidade lingüística encontrada na comunidade de Vitória da Conquista.

De fato, os indivíduos menos escolarizados tendem a um baixo grau de concordância. Vale salientar, também, que, embora não tenha sido controlado, a grande maioria dos informantes de nível fundamental pertence também a uma classe social baixa.

A se notar pelos pesos, expostos na tabela 8 e ratificados na Figura 8, a escolaridade é uma ferramenta importante para que a norma padrão se consolide. É a escola a responsável direta pela manutenção de um *status quo*, muitas vezes ligado à concepção do certo e do errado. É ela quem dita o que se deve falar **EX 57: *eles fazem*** e não **EX 58: *eles fazem***, criando com isso estereótipos e discriminação na própria sala de aula. Atitude esta que paradoxalmente é o que tem gerado o grande índice de evasão escolar.

Se pensarmos na situação sócio-educacional em nosso país, diremos que se há um fator que pode reverter o quadro de 51% de marca explícita para 49% de marca zero de concordância é o fator escolaridade. Isso fica ainda mais contundente, considerando que, do imenso contingente de habitantes em nosso país, apenas 2% conseguem atingir aquele nível escolar mais condicionador da norma de prestígio – o nível universitário, que, ao que se pode notar, pela história educacional do país, é privilégio de poucos, razão porque analfabetos e pessoas com pouca escolaridade abarcam um montante muito mais expressivo em nossa sociedade.

Não obstante, o número, de pessoas com nível fundamental e médio, divulgado pelos órgãos governamentais seja alto, sabe-se que muitos dos indivíduos ditos alfabetizados sabem apenas assinar o nome, algumas vezes não passando de analfabetos funcionais.

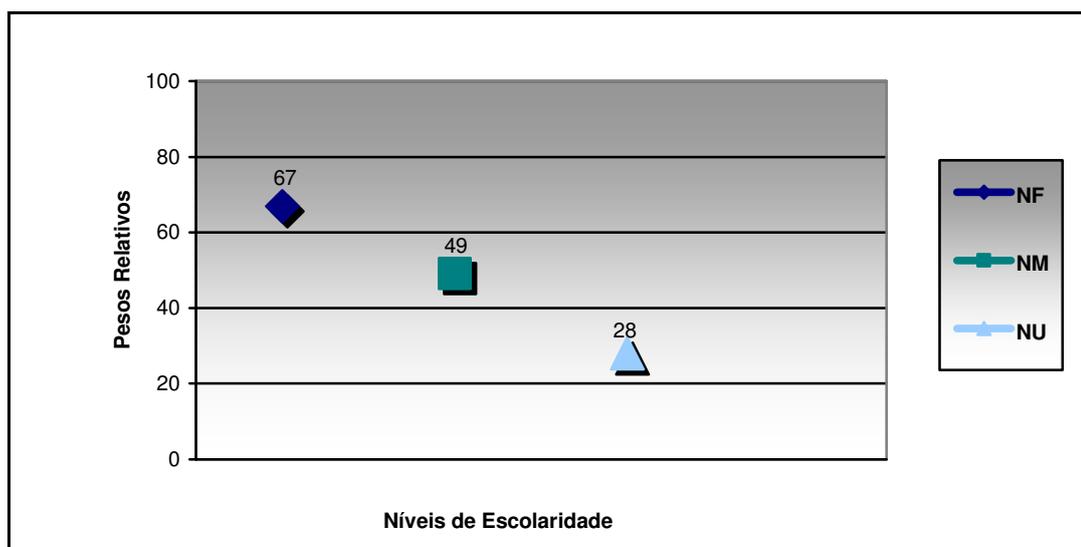


Figura 8: Pesos Relativos de /Ø/ Variável Nível de Escolaridade

#### 5.4.1.2 Faixa Etária

A faixa etária, por sua vez, também confirmou o que vem sendo a tendência geral. Segundo fator escolhido dentre os sociais, na maioria das sociedades, a idade é uma importante categoria para a interação e a organização social.

Para que se possa falar em mudança lingüística com base nos resultados de análises sincrônicas, é necessário, conforme Labov (1981), que se constate a diferença etária, o que

ainda não pode ser considerado como condição suficiente para a existência de mudança, já que as diferenças dialetais podem indicar apenas gradação de idade.

**Tabela 9 – Frequências e Pesos Relativos de Marca Zero de concordância, considerando a Faixa Etária.**

<b>Faixa Etária</b>	<b>APL /TOTAL</b>	<b>%</b>	<b>PR</b>
Faixa 1	371 / 800	46	0,38
Faixa 2	534 / 1200	44	0,48
Faixa 3	656 / 1200	55	0,60
<b>TOTAL</b>	<b>1561 / 3200</b>	<b>49</b>	

Nesse *corpus*, os pesos mostram que a marca zero terá um contexto favorecedor quando se tratar de um informante da faixa três, isto é, os registros dos falantes de idade mais avançada pesam **0,60** na tendência a um sistema morfossintático sem concordância explícita de terceira pessoa do plural na comunidade de Vitória da Conquista.

Essa configuração vai se modificando quando o registro é de um informante mais jovem, o que significa que existem duas forças atuando nesse dialeto: uma que está caminhando para um sistema sem marca de concordância verbal e outra que recupera esse paradigma.

Os indivíduos da faixa 1 apresentam um baixo índice de ausência da marca **0,38**, o que se pode explicar se considerarmos que os indivíduos mais jovens estão mais “sintonizados” com contextos sociais que divulgam a norma prestigiada: muitos ainda estão estudando, pretendem entrar na universidade, por isso estão em cursinho pré-vestibular; são os que mais se interessam pelos meios de comunicação de massa, como rádio, televisão e *internet*; e estão em pleno desenvolvimento profissional e social.

Os indivíduos que se enquadram na faixa 2 apresentam um peso pouco expressivo, estando, ainda que abaixo de **.5**, numa posição um tanto indefinida, com peso de **0,48**.

A faixa etária, por sua vez, também confirmou o que vem sendo a tendência geral, os mais idosos tendem mais à norma não-padrão, enquanto os mais jovens tendem ao padrão. Contudo, considerando que esse é um grupo, normalmente, usado para testar a hipótese de mudança em tempo aparente, é necessário que se reflita que se os mais velhos apresentam pesos altos para zero e em contrapartida, os mais jovens têm pesos baixíssimos para essa mesma marca, a situação encontrada é a de uma estabilidade na variação de P6, em princípio.

Entretanto, é necessário que se recorde que quem muda a língua são as crianças. Numa analogia com os dados dos informantes mais jovens, não é um equívoco afirmar que há uma situação de mudança em progresso em Conquista. Isto é, podemos dizer que se existe uma tendência na comunidade lingüística pesquisada, essa tendência seria a de no futuro termos uma situação de mudança para um paradigma flexional verbal que resgata essa marca SNP, o que contraria um número significativo de pesquisas realizadas no Brasil. A Figura 9, logo abaixo, ilustra melhor essa situação.

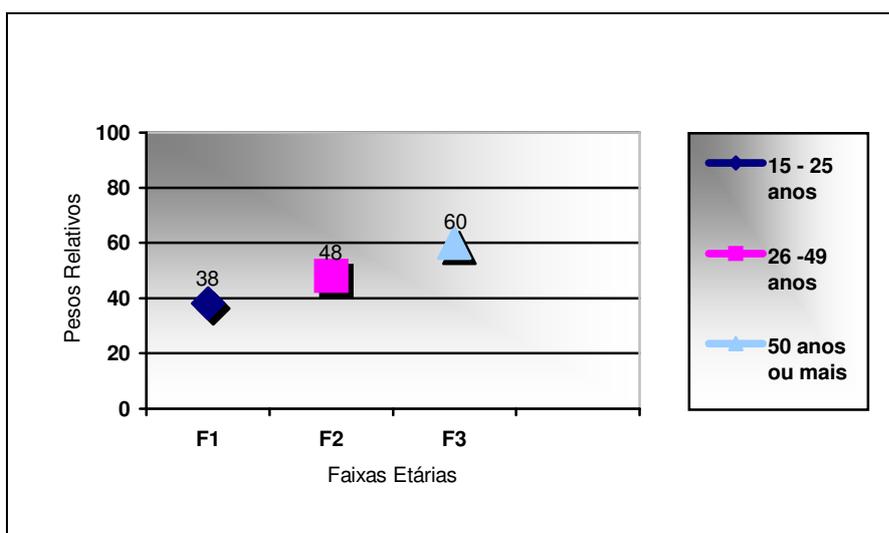


Figura 9: Pesos Relativos de /Ø/ Variável Faixa Etária

### 5.4.1.3 Sexo

Tabela 10 – Frequências e Pesos Relativos de Marca Zero de concordância, considerando o Sexo dos Informantes.

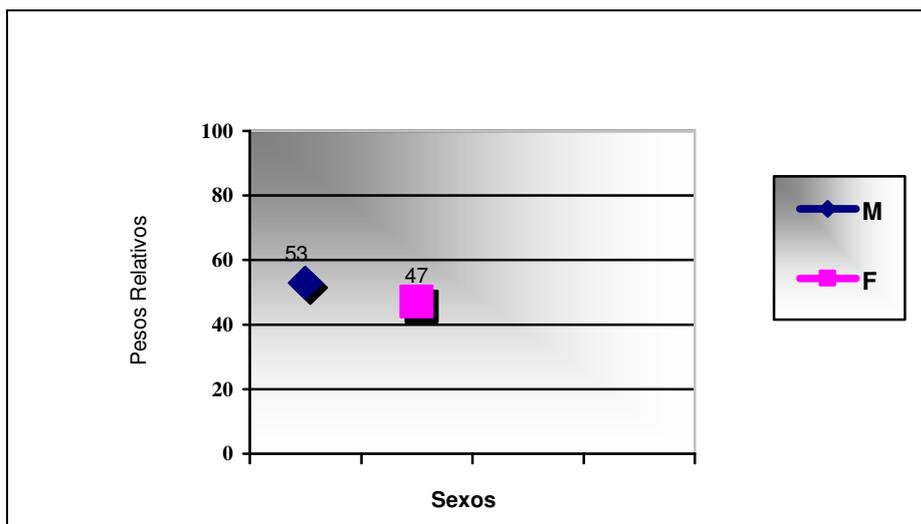
Sexo	APL / TOTAL	%	PR
Masculino	816 / 1600	51	<b>0,53</b>
Feminino	745 / 1600	47	0,47
<b>TOTAL</b>	<b>1561 / 3200</b>	<b>49</b>	

A variável “sexo” foi a que mais nos inquietou, já que se encontra na literatura um amplo conjunto de estudos, indicando que homens e mulheres diferem em seu uso de língua em vários aspectos. Segundo esses estudos, sistemas inteiros de paradigmas gramaticais podem variar baseados nos sexos dos falantes, indicando que o sexo interage com outras variáveis quando são considerados alguns aspectos da diferenciação dialetal.

Não é isso que se observa nos números da terceira coluna da tabela 10, para a cidade de Vitória da Conquista. Os pesos entre homens e mulheres apresentam leve diferença, não sendo possível afirmar que haja qualquer tendência, pois ambos estão muito mais para neutros, denotando uma situação de estabilidade entre os usos desses dois grupos.

Apesar da inquietação inicial, esses pesos tão pouco diferenciados nos mostram que não é conveniente pensar nas mulheres de hoje como nas de séculos anteriores. Se há tempos atrás as mulheres eram mais conservadoras, lingüisticamente, não se pode deixar de considerar que tal conservadorismo não se restringia ao cunho lingüístico, ao contrário era a sua condição social conservadora que condicionava aquele comportamento. Da mesma maneira que o fenômeno encontrado nesse trabalho está relacionado a uma mudança, antes de tudo, social. A mulher de hoje não é simples e unicamente a dona de casa, mas é aquela que está em competição com os homens no mercado de trabalho, sendo muitas delas os “homens” da casa. E, embora ainda existam muitos preconceitos em relação a sua condição, elas vão a bares, cinemas, boates, ou seja, não são mais as mesmas mulheres de ontem. Os dados lingüísticos apenas reforçam os argumentos atuais acerca dessas mudanças no papel e atuação da mulher na sociedade atual.

Dentre as sociais, foi aquela que teve o desempenho menos importante para a análise. Isso se pensarmos no que diz a literatura quanto à idéia de que sistemas inteiros de paradigmas gramaticais podem variar baseados nos sexos dos falantes, indicando que o sexo interage com outras variáveis. Ao considerar alguns aspectos da diferenciação dialetal, tal hipótese não se aplica para o que foi encontrado em Vitória da Conquista, e os pesos 0,53 dos homens, para 0,47 do grupo feminino não deixam dúvidas quanto a essa conclusão.



**Figura 10: Pesos Relativos de /Ø/ Variável Sexo**

Os números representados na figura 10 comprovaram que as mulheres, exceto por uma leve diferença, têm comportamento lingüístico muito parecido ao dos homens. É possível afirmar que os percentuais gerais de 49% para / Ø / e de 51% de marca explícita de concordância ocorreram em função desse comportamento feminino, uma vez que no que tange aos homens as tendências foram confirmadas. O cruzamento entre esses e os demais fatores sociais apenas confirmaram essa tendência, como se pode perceber na Figura 11, apresentada mais adiante.

A fim de dissecarmos ainda mais as tendências lingüísticas da comunidade, na seção subsequente apresentaremos essas variáveis de forma cruzada.

## 5.4.2 CRUZAMENTO DE FATORES SOCIAIS

### 5.4.2.1 Faixa Etária e Sexo

**Tabela 11 – Frequências e Pesos Relativos de Marca Zero de concordância, considerando o Cruzamento entre Faixa Etária e Sexo.**

Faixa – Sexo	APL /TOTAL	%	PR
Faixa 1 – Masculino	192 / 400	48%	0,36
Faixa 1 – Feminino	179 / 400	45%	0,40
Faixa 2 – Masculino	304 / 600	51%	0,54
Faixa 2 – Feminino	230 / 600	38%	0,42
Faixa 3 – Masculino	320 / 600	53 %	0,60
Faixa 3 – Feminino	336 / 600	56 %	0,60
<b>TOTAL</b>	<b>1561 / 3200</b>	<b>49%</b>	

Também aqui confirmamos uma diferença em relação ao que se tem dito acerca do comportamento lingüístico por parte das mulheres. O sexo feminino não influencia em nada para uma queda da marca zero na faixa três, ao contrário, tem a mesma importância com um peso probabilístico semelhante ao do homem. Dessa maneira tanto homens quanto mulheres com idades acima dos quarenta e nove anos apresentam-se como aqueles informantes que mais contribuem para um índice alto de variante zero nos verbos aqui em Vitória da Conquista, **0,60**.

Na faixa 1, contexto que desfavorece tal uso, também não se nota nenhuma diferença importante entre eles; e os números quase iguais para os dois, **0,36**, para os homens e **0,40**, para as mulheres, apenas confirmam isso.

Na faixa 2 há uma certa diferença entre eles, os homens favorecendo tal marca com **0,54** e as mulheres desfavorecendo-a, com um peso de **0,42**.

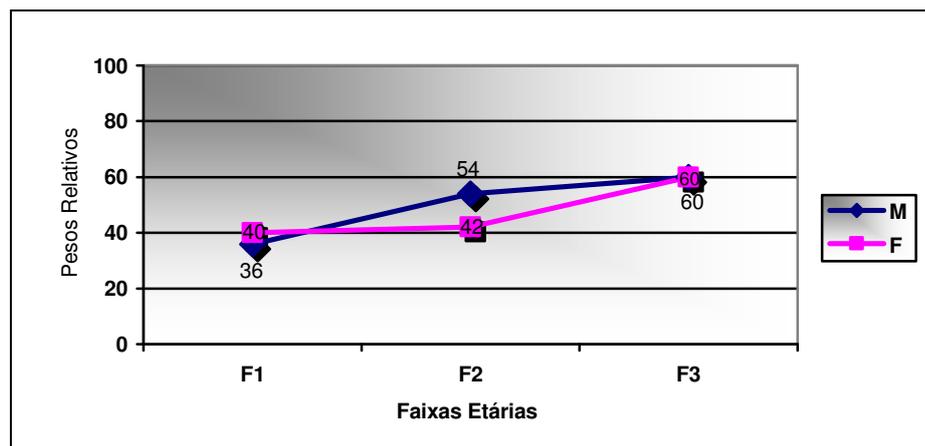


Figura 11 – Pesos Relativos de Marca / Ø / Cruzamento das Variáveis Faixa Etária e Sexo.

#### 5.4.2.2 Faixa etária e Grau de escolaridade

Cruzando escolaridade com faixa etária, percebe-se que a falta de escolarização é o que mais motiva o uso de variante não-padrão, sendo os pesos mais relevantes aqueles referentes ao fundamental: **0,61** e **0,81**. É possível dizer também que, caso o informante seja da faixa 3 e tenha como instrução escolar apenas o nível fundamental, as chances de cancelamento da marca se tornam ainda maiores, pois um outro fator que condiciona a escolha dessa variante do ponto de vista dos pesos relativos apresentados é a faixa etária, pois o índice nesse caso é quase categórico. Sob outro ângulo, os dados também nos levam a inferir que quanto maior o nível escolar da pessoa maior será a probabilidade de se manter a variante padrão.

Contudo, a faixa 2 traz dados curiosos, pois os números mostram que há uma inversão no comportamento lingüístico entre os falantes do fundamental e do médio; enquanto os primeiros, ao contrário do que se esperava, não atuam como favorecedores dessa forma, com um peso neutro de 0,51, os do nível médio atuam favoravelmente, com peso de 0,58. Acrescente-se, ainda, o fato de que, embora se tratando de nível fundamental, era esperado que na faixa 1 o peso fosse menor em relação à faixa 2, o que não ocorreu.

**Tabela 12** Frequências e Pesos Relativos de Marca Zero de concordância, considerando o cruzamento entre a Faixa Etária e a Escolaridade.

<b>Faixa Etária – Escolaridade</b>	<b>APL / TOTAL</b>	<b>%</b>	<b>PR</b>
Faixa 1 - Fundamental	255 / 400	64	0,61
Faixa 1 - Médio	116 / 400	29	0,30
Faixa 2 - Fundamental	177 / 400	44	0,51
Faixa 2 - Médio	226 / 400	56	0,58
Faixa 2 - Universitário	131 / 400	33	0,29
Faixa 3 - Fundamental	298 / 400	74	0,81
Faixa 3 - Médio	215 / 400	54	0,54
Faixa 3 - Universitário	143 / 400	36	0,34
<b>TOTAL</b>	<b>1561 / 3200</b>	<b>49</b>	

Os números da faixa 1 e da faixa 2 nesse cruzamento podem ser resultantes daquilo que, baseados em Weinreich, Labov e Herzog (1968), Wolfram e Fasold (1974) propõem, quando dissociam diferenças de geração, de gradação de idade. As primeiras podem ser tomadas como evidência no tempo aparente das mudanças que se realizam no tempo real. A

segunda, por outro lado, refere-se aos comportamentos apropriados para diferentes estágios na história da vida de um indivíduo. Para eles, a gradação social não pode ser considerada dissociada de uma matriz social mais ampla que inclua os valores e os conflitos sociais da comunidade que está sendo estudada.

Cedergren (1987) comenta que os estudos de mudança em progresso têm usado a noção de tempo aparente como um meio de identificar as tendências evolutivas implícitas em um conjunto de dados. Esse procedimento metodológico, em sua concepção, está subordinado à hipótese de que a gramática dos falantes individuais torna-se estável em tempo relativamente curto, após o final do período de aquisição da língua ou durante a adolescência. Em decorrência disso foram estabelecidas as três faixas etárias distribuídas na tabela 8. A figura a seguir ilustra os dados encontrados no cruzamento entre faixa etária e escolaridade.

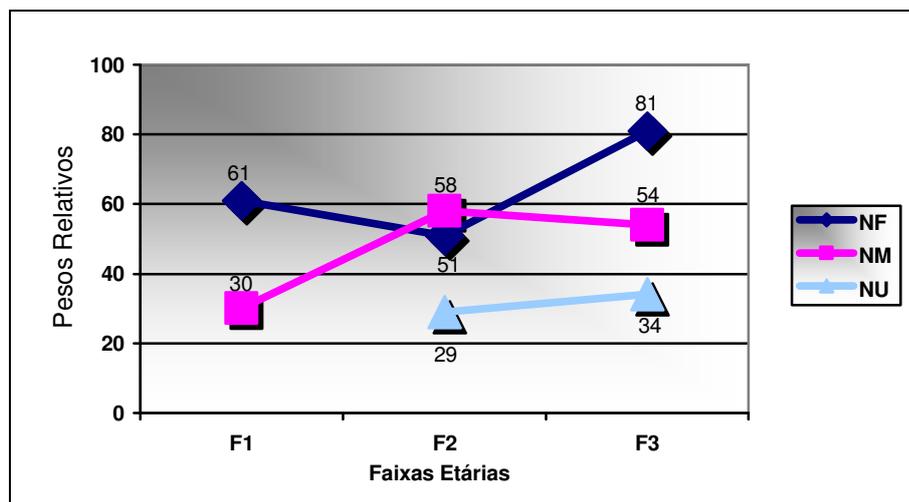


Figura 12: Pesos Relativos de Marca / Ø / Cruzamento das Variáveis Faixa Etária e Escolaridade

Em português, há alguns estudos que explicitam fenômenos envolvidos com a mudança em progresso: a concordância nominal de número, por Naro (1981); a fricatização do R, por Callou (1979); o cancelamento do R, por Oliveira (1982). Os três fenômenos estão envolvidos em lapsos temporais acima dos estabelecidos por Labov (1981).

Diferentemente, o estudo de Mollica (1989) sobre o queísmo e o dequeísmo no PB aponta evidências, para que tal fenômeno seja considerado uma variação estável, já que: “as diferenças nas frequências e nas probabilidades entre faixas etárias não são significativas a ponto de se poder levantar qualquer suspeita sobre possível movimentação da variação em estudo em direção à mudança” (p.97). a figura a seguir ilustra os dados do cruzamento entre a faixa etária e a escolaridade

### 5.4.2.3 Cruzamento: Sexo e Grau de Escolaridade

Tabela 13 Frequências e Pesos Relativos de Marca Zero de Concordância: Sexo e Escolaridade.

<b>Sexo – Escolaridade</b>	<b>APL / TOTAL</b>	<b>%</b>	<b>PR</b>
Masculino – Fundamental	412 / 600	69	0,71
Feminino – Fundamental	318 / 600	53	0,62
Masculino – Médio	281 / 600	47	0,48
Feminino – Médio	276 / 600	46	0,49
Masculino – Universitário	123 / 400	31	0,24
Feminino – Universitário	151 / 400	38	0,32
<b>TOTAL</b>	<b>1561 / 3200</b>	<b>49</b>	

Os números, resultantes do cruzamento entre sexo e grau de escolaridade expostos na tabela 13, acima, ratificam o discutido anteriormente. Indiscutivelmente, o nível escolar do informante condiciona o seu comportamento lingüístico que é refletido na sua maneira de falar. E isso vale para ambos os sexos. Por isso, homens e mulheres quando têm apenas o nível fundamental como formação escolar aplicam predominantemente a regra não-padrão. O que significa dizer que numa situação de comunicação, dependendo da escolaridade do falante, a tendência vai variar de muito alta para marca zero, no caso de ele ter apenas o fundamental, a muito baixa no caso de ter o nível universitário. Isso vale indistintamente para homens e mulheres, dado os pesos resultantes desse cruzamento.

Confirmando o que a maioria dos autores aqui citados afirmam, também os fatores sociais constituem restrições que podem ser medidas em termos de frequência e peso relativo. Nesse *corpus*, os pesos nos levam a concluir que a marca zero terá um contexto favorecedor quando se tratar de um informante da faixa três. Os registros dos falantes de idade mais avançada demarcam um sistema morfossintático sem concordância na comunidade de Vitória da Conquista. Situação que se desconfigura quando se passa para o registro de informante mais jovem, o que significa que existem duas forças atuando nesse dialeto: uma que está caminhando para um sistema sem marca de concordância verbal, outra que recupera esse paradigma. Contudo, no futuro, a força que predominará é aquela que mantém a concordância explícita nas formas verbais, uma vez que são os jovens quem a usa.

Os números aqui encontrados comprovaram que as mulheres, exceto por uma leve diferença, têm comportamento lingüístico muito parecido ao dos homens. É possível afirmar que os percentuais gerais de 49% para / Ø / e de 51% de marca explícita de concordância ocorreram em função desse comportamento feminino, uma vez que no que tange aos homens

as tendências foram confirmadas. O cruzamento entre esses e os demais fatores sociais apenas confirmaram essa tendência, como se pode perceber na Figura 13.

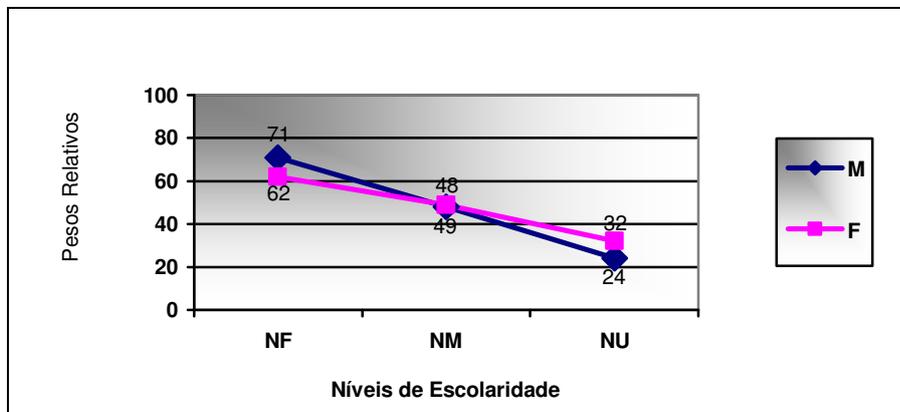


Figura 13: Pesos Relativos de / Ø /: Cruzamento das Variáveis Sexo e Escolaridade

## 6 DA CONCLUSÃO

Na opinião de Labov (1972), a regularidade de uma regra variável está relacionada à proporção de casos em que a forma ocorre e ao número de casos em que poderia ter ocorrido. Por isso se determina um número de variantes, a identificação de subcategorias ou fatores que poderiam determinar a frequência com que se aplica a regra, bem como a identificação do que estaria atuando como condicionante para a sua aplicação ou para a inibição do seu uso.

Nessa conclusão retomaremos, resumidamente, os resultados da análise dos dados no âmbito geral, apenas para mostrar aqueles fatores que condicionam ou inibem o uso de uma e de outra variante de P6. Também, sucintamente, discutiremos os resultados que mostram as tendências e divergências entre homens e mulheres ou evidenciam o porquê de percentuais tão próximos e de uma certa ambigüidade quanto àquilo que seria a realidade lingüística da comunidade pesquisada.

### 6.1 CONCORDÂNCIA VERBAL EM VITÓRIA DA CONQUISTA: VARIAÇÃO ESTÁVEL OU MUDANÇA EM PROGRESSO?

Da análise que fizemos com os trinta e dois (32) informantes selecionados, resultaram três mil e duzentas (3200) amostras de fala que foram submetidas à quantificação, através do programa Varbrul. Desse total, a regra de concordância explícita em P6 foi aplicada em 1639 dos casos, número esse que corresponde a 51% do total analisado o que indicaria, em princípio, uma situação de variação estável na comunidade estudada, já que a não aplicação da regra ocorreu em 1561, totalizando um percentual de 49%. Contudo, a análise feita sob o ângulo da variável faixa etária permite que se fale numa mudança em progresso.

A saliência fônica é, entre os lingüísticos, o grupo que muito favorece tanto um quanto o outro uso, sendo importante para os resultados gerais obtidos. O **Nível 1** atua na tendência do uso de / Ø /, por englobar formas verbais com baixa saliência, contribuindo, indiscutivelmente, para os 49% das marcas zero; o **Nível 2**, mais saliente, é a contrapartida

para o índice de 51% de marcas explícitas de concordância. Dessa maneira, a saliência, como muitos trabalhos têm atestado, é um fator importante para a análise da concordância verbal.

Em relação à posição do sujeito na oração, podemos dizer que a concordância é maior quando, na estrutura, a ordem SV é mantida e também quando a distância entre um e outro elementos não existe ou é pequena. Quando essa posição é alterada para VS, a tendência é a de que o falante não marque a concordância, entendendo esse sujeito como objeto, já que ele se encontra à esquerda do verbo. Este é, portanto, um ambiente favorável à variação. É possível separar tal grupo em dois subgrupos, um que favorece a variante explícita / N /, constituído pelos fatores *S3* e *IP*; e outro que engloba os fatores que mais influem na propagação de um sistema flexional sem marca de plural em P6, identificados no subgrupo 2: os fatores *OA*, *NR*, *EN*, *S4*, *E Ø* e *PP*.

Também pudemos comprovar a influência da **Constituição do Sintagma Nominal**, no que se refere à manutenção ou cancelamento do plural no verbo. Aqui também foi possível detectar três grupos atuantes, um, a que denominamos neutro, com pesos que não dizem muito em termos de tendência, o segundo que favorece a marca explícita, e outro que atua em favor da ausência da marca.

No quesito traço semântico do sujeito, o resultado indica que quando o SN apresenta traços do tipo *HA*, existe uma probabilidade maior de marcas de concordância nos verbos; quando esse traço é *CONC* essa probabilidade cai, sendo maior a ocorrência de não concordância. Ressalte-se também que testando a hipótese do traço *ABS* isso também se mostrou verdadeiro, mas este apresenta um índice menor em relação concreto.

Os três últimos grupos lingüísticos, **Tempo**, **Tipo** e **Conjugações Verbais** não se mostraram tão importantes quanto os demais, embora também tenha sido possível detectar algumas tendências.

Através dessa rápida apresentação dos números obtidos nas variáveis propostas, foi possível traçar o perfil do comportamento lingüístico dos falantes conquistenses, no que concerne à variação da concordância verbal de terceira pessoa do plural. De todos os grupos considerados, ficou claro que cada um, a seu modo, está contribuindo para a situação de variação aqui encontrada, o que confirma as pesquisas aqui citadas. Todavia, nossa tarefa nessa conclusão ainda não está concluída, por isso vamos, nos próximos parágrafos, trazer as conclusões acerca das variáveis sociais.

A se notar pelos pesos, a escolaridade é uma ferramenta importante para que a norma padrão se consolide. É a escola a responsável direta pela manutenção de um *status quo*, muitas vezes ligado à concepção do certo e do errado. É ela quem dita o que se deve falar **EX a**: *eles fazem* e não **EX b**: *eles fazem*, criando com isso estereótipos e discriminação na própria sala de aula. Atitude esta que, paradoxalmente, é o que tem gerado o grande índice de evasão escolar.

Considerando a situação sócio-educacional em nosso país, diremos que se há um fator que pode reverter o quadro de 51% de marca explícita, para 49% de marca zero de concordância, é o fator escolaridade. Isso fica ainda mais contundente, considerando que, do imenso contingente de habitantes em nosso país, apenas 2% conseguem atingir aquele nível escolar mais condicionador da norma de prestígio – o *NU* —, que, ao que se pode notar, pela história educacional do país, é privilégio de poucos, razão porque analfabetos e pessoas com pouca escolaridade abarcam um montante muito mais expressivo em nossa sociedade.

A faixa etária também confirmou o que vem sendo a tendência geral: os mais idosos tendem mais à norma não-padrão, enquanto os mais jovens tendem ao padrão. Contudo, considerando que esse é um grupo, normalmente, usado para testar a hipótese de mudança em tempo aparente, é necessário que se reflita que se os mais velhos apresentam pesos altos para zero e, em contrapartida, os mais jovens pesos baixíssimos para essa mesma marca, é possível dizer que, se existe uma tendência na comunidade lingüística pesquisada, essa tendência seria a de no futuro termos uma situação de mudança para um paradigma flexional verbal que resgata essa marca SNP, o que contraria um número significativo de pesquisas realizadas no Brasil. Ou seja, se os percentuais gerais, já expostos em vários momentos e retomados no início dessa conclusão, indicam uma estabilidade na variação encontrada, os pesos evidenciados nas faixas etárias *F1* e *F3* denotam uma mudança em curso para a variável em estudo na comunidade.

Em princípio, a variável sexo poderia ser avaliada como aquela que apresentou um desempenho pouco importante para a análise. Entretanto, se compararmos os dados com o que diz a literatura, quanto à idéia de que sistemas inteiros de paradigmas gramaticais podem variar baseados nos sexos dos falantes, indicando que o sexo interage com outras variáveis ao serem considerados alguns aspectos da diferenciação dialetal; que as mulheres são mais sensíveis às formas de prestígio do que os homens na situação da variável estável, devendo-se interpretar o seu comportamento como índice de mudança ou de variação plena; que elas

manteriam viva a forma de prestígio, enquanto eles, os homens, tenderiam à inovação, percebemos que tais hipóteses não se aplicam, em tudo, para o que foi encontrado em Conquista, pois notou-se um comportamento atípico entre elas, como também entre eles.

Embora o grupo feminino tenha apresentado um percentual de 47% de aplicação da marca / Ø /, em contrapartida aos 53% dos homens, a questão que se coloca é: são os homens ou as mulheres as responsáveis para o quadro de variação encontrado na comunidade, ou seja é possível dizer que existe uma diferença acentuada nestes números? Em relação a isso, uma, entre muitas questões, fica para ser respondida, no futuro, por outros pesquisadores, ou mesmo por nós: foram as mulheres que mudaram, deixando impressa em seus registros essa mudança de comportamento lingüístico? Ou foram os homens que mudaram e já não são tão “despreocupados” com o modo de falar como algumas pesquisas propõem?

É necessário que se considere que nem a mulher, nem o homem de hoje podem ser tomados sob a ótica de dez ou vinte anos atrás. É preciso que se avalie a atitude lingüística do falante de hoje, pelas características da sociedade atual e assim se questione quem é a mulher do mundo atual e qual é o seu papel na sociedade em que está imersa e, do mesmo modo, também se analise o homem.

Fechamos, portanto, a conclusão desse estudo, sobre a concordância verbal de terceira pessoa do plural em Vitória da Conquista, com muitos questionamentos e poucas respostas: 1) nesta comunidade, o que se tem é um caso de variação estável ou de mudança em progresso?; 1.1) em caso de variação estável, qual seria o grupo de fatores responsável pela situação encontrada?; 1.2) em caso de mudança em progresso, qual seria a atuação do homem e a da mulher?; e, 2) considerando os caminhos opostos que mulheres e homens estão seguindo, quais sejam: mulheres aproximando-se mais do não-padrão, pelo menos, mais do que se supunha, em oposição aos homens que, ao que parece, caminham em direção ao padrão, qual seria a direção dessa mudança em progresso: a um sistema que recupera a marca explícita de terceira pessoa do plural, ou a um sistema mais simplificado que exclui tal marca? Estas são algumas das questões que, embora formuladas, ficaram sem respostas. De certo, muitas outras ainda são possíveis e também ficarão por serem respondidas em outros trabalhos.

Pelo exposto, podemos afirmar que a regra aqui estudada encontra-se em pleno processo de variação. Isto é, em relação à nossa variável, confirma-se a hipótese de que a concordância verbal em P6 ora se aplica ora deixa de se aplicar. Quanto à tendência que tal regra estaria tomando, achamos mais prudente deixar um questionamento do que fazer uma

afirmação categórica. Dessa forma, fica em por se responder a seguinte questão: *a concordância verbal de terceira pessoa do plural em Vitória da Conquista é um caso de variação estável ou de mudança em progresso?*

Esperamos que o nosso trabalho de alguma maneira venha a contribuir para o avanço dos estudos sociolingüísticos no país, uma vez que, ele traz, além de mais um dado sobre o PB, também aponta algumas novas tendências no que se refere à concordância verbal em P6, bem como no que tange ao comportamento das variáveis sociais.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

### 7.1 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E ENSINO

No Brasil a diversidade se dá num *continuum*, o falante adquirindo as variedades vernaculares, podendo, depois, apropriarem-se de estilos mais formais, mas esse acesso se dá de maneira restrita. O nível de renda e de escolarização, o acesso a bens culturais, o grau de comprometimento com a cultura letrada são alguns agentes que atuam na questão da (i)mobilidade social.

Partindo do pressuposto de que, do ponto de vista diacrônico, muitas vezes o que foi norma em etapas anteriores da língua pode não sê-lo em outra, e, considerando que a proposta desse trabalho visava a uma discussão que contribuísse para a melhoria do ensino de língua materna na UESB e escolas de Vitória da Conquista é que nos apropriamos da assertiva de Lemle (1979, p. 60) “objetivo a ser proposto não é ‘aprenda a norma culta em vez do português que você fala’ e sim ‘ aprenda a norma culta além do português que você fala e utilize um e outro segundo as circunstâncias.”, uma vez que os valores compartilhados por uma sociedade são inculcados nas crianças através da escola, e dentre os valores que a sociedade apregoa está a atitude sobre o ensino da língua que se reduz, muitas vezes, a um padrão normativo de correção.

Deve-se reconhecer que esses valores são identificados com os de uma classe dominante. No geral não há uma identidade entre o que é ensinado e o que a criança traz de seu meio sócio-cultural. Num meio estratificado socialmente como é o nosso, a norma da classe dominante é também a norma de prestígio, pois reflete os valores desta classe.

Por isso, na maior parte dos casos, o que determina a norma são questões de ordem social, política e econômica, em última instância é que as questões lingüísticas são consideradas. Em virtude disso, o ensino de língua materna tem como objetivo distinguir o

certo do errado, segundo critérios meramente estéticos e literários. Essa concepção de ensino antes de ser conservadora é principalmente elitista, pois os padrões estético-literários são mais acessíveis aos setores privilegiados da sociedade.

A deficiência básica do ensino de língua deve-se, portanto, ao normativismo exagerado, bem como a pouca importância em fornecer aos alunos habilidades para perceber a diferença entre as variantes, além de conhecer o valor social de cada uma.

Cabe à escola a tarefa essencial de dar à criança instrumentos para que ela possa adequar seu ato verbal às exigências dessa mesma sociedade, mas também as suas necessidades reais.

Para que isso aconteça, entretanto, é preciso que a escola evite acreditar que o padrão utilizado pelos menos favorecidos seja “ilógico”, “incorreto”, ou que há uma relação entre capacidade verbal X classe socioeconômica. Ao professor cabe eliminar a dicotomia correto / incorreto, e passar a ser mais tolerante com o padrão lingüístico de seus alunos.

Esperando que nosso trabalho possa contribuir para a melhoria do ensino de língua materna nas escolas de primeiro e segundo graus dessa comunidade, é que finalizamos essa dissertação, enfatizando que os nossos resultados servirão como fontes de reflexão para uma postura, em sala de aula, que vise, por parte dos professores, não só a explicação da norma no sentido tradicional, mas a língua em toda a sua dinâmica, reflexo de todas as implicações pragmáticas e sociais em que os falantes estão imersos.

## 8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, L. S. A pronúncia no ensino de língua estrangeira: uma visão histórica. In: CELANI, M. A. A. (Org.). Ensino de Segunda Língua. São Paulo: EDUC, 1997. p. 45-53.

ALKMIM, T. Sociolingüística. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.) Introdução à lingüística: domínios e fronteiras. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 21-47 (v.1).

AMARAL, A. O dialeto caipira. São Paulo: O Livro, 1920.

ARNAULD, A.; LANCELOT, C. Gramática de Port-Royal. (Trad.) BASSETO, B. F.; MURACHCO, H. G. J. C. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ASSIS VEADO, M. R. Comportamento lingüístico do dialeto rural. Dissertação de Mestrado. 1980.146 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

BAKHTIN, Mikhail. Marxismo e filosofia da linguagem. 5.ed. São Paulo: Hucitec, 1990. p. 123.

BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. 37.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001. p. 672.

BENVENISTE, E. Problemas de lingüística geral. (Trad.) NOVAK, M. G.e NÉRI, M. L. 4.ed. Campinas: Pontes, 1995. (v.1).

BERLINCK, R. A. A ordem VSN no Português do Brasil: sincronia e diacronia. 1988. 265 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

BLOOMFIELD, I. Language. New York, 1933.

BORTONI-RICARDO, S. M. A concordância verbal em português: um estudo de sua significação social. In: Ensaios de lingüística aplicada ao português. Brasília: Thesaurus, 1985.

BRESCANCINI, C. R. A análise de regra variável e o programa VARBRUL 2S. In: BISOL, Leda; BRESCANCINI, C. (Orgs.) *Fonologia e variação: recortes do português brasileiro*. Porto alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 13-73.

BRIGHT, William. As dimensões sociolingüísticas. In: FONSECA, M. S.; NEVES, M. F. (Orgs.) *Sociolingüística*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974, p. 34.

BYNON, T. *Historical linguistics*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1981.

CABRERA, J. C. M. *La Lingüística teórico-tipológica*. Madrid: Gredos, 1995.

CALLOU, D. *Variação e distribuição da Vibrante na fala urbana culta do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1979.

CAMACHO, R. A variação lingüística. In: *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa*. São Paulo: Secretaria do Estado da Educação. 1978.(v. 5).

CÂMARA JR., J. M. *Princípios de lingüística geral*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1973. (v 5).

CÂMARA JR. J. M. *História da lingüística*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CAMARA JR. J. M. *Estrutura da língua portuguesa*. 21.ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

SOUZA CAMPOS, O. G. L. A.; RODRIGUES, A. C. S.; GALEMBECK, P.T. A flexão modo-temporal no português culto do Brasil: formas de pretérito perfeito e imperfeito do indicativo. In: CASTILHO, A. e BASÍLIO, M. (Org.) *Gramática do português falado*. Volume 4 estudos descritivos 2. ed. revista editora da unicamp, 2002.

CARDOSO, S. A. M. A dialectologia no Brasil: perspectivas. In: *Lingüística*. ALFAL, 1999. p. 251-272.

CEDERGREN, H. J. The spread of language change: Verifying inferences of linguistic diffusion. In: LOWENBERG, P. G. *Language Spread and language policy: issues, implications, and case studies*. Washington: Georgetown University Press, 1987.

CEDERGREN, H.; SANKOFF, D. Variable rules: Performance as a statistical reflection of competence, *Language*. LSA, 50(2), 1989. p. 333-355.

CHAMBERS, J. K., TRUDGILL, O. *Dialectology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

CHOMSKY, N. *Syntactic Structures*. Mouton, The Hague, 1957.

CHOMSKY, N. *Aspects de la théorie syntaxique*. (Trad.) MILNER J. C. Éditions du Seuil Guimarães. 18<sup>a</sup>. ed. Petrópolis: Vozes, 1959.

CHOMSKY, N. *Linguística cartesiana*. (Trad.) GUIMARÃES, F. 18<sup>a</sup>. ed. Petrópolis: Vozes, 1966.

CHOMSKY, N. *A linguagem e a mente*. In: COELHO, M.; LEMLE, M.; LEITE, Y. (Orgs.). *Novas perspectivas lingüísticas: Chomsky, Jakobson, Lenneberg, Halle, Bach, Postal, Saumjan*. 3<sup>a</sup>. ed. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 28 – 42.

CHOMSKY, N. A. *Lectures on government and binding*. Foris, Dordrecht, 1981.

SCHUCHARDT, Hugo. *Primatiae linguae uasconum*. tr. Esp. Salamanca, 1947.

COHEN. Marcel. *Lês phénomènes linguistiques se realisent dans lê cadre changeant dês événements sociaux*. In: COHEN. M. (Org.). *Matériaux pour une sociologie du langage*. Paris: Maspero. V. 2, 30 p. 1956.

COSERIU, Eugênio. *La geografía lingüística*. ALFA, 18/19, pp.115-153, 1972-1973.

COSERIU, Eugênio. *Sistema, norma y habla*. In: *Teoria del lenguaje y lingüística general*. 2<sup>a</sup>. Ed. Madrid, Gredos, 1967. p. 11-113.

CORVALÁN, C. S. *Sociolingüística: teoria y análisis*. Madrid: Alambra, 1989.

CUNHA, C. *Português do Brasil e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.

CUNHA, C; CINTRA, L. L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DILLINGER, M e outros. *Padrões de complementação no português falado*. In: KATO, M. A (Org.). *Gramática do português falado*. 2. ed. Campinas: editora da Unicamp, V. 5 convergências, 2002.

DURKHEIM, E. The rules of sociological method (1895). In: JONES, Robert Alun. Emile Durkheim: An introduction to four major works. Beverly Hills, CA: Sage Publications, Inc., 1986. Pp. 60-81.]

DURKHEIM, E. The division of labor in society (1893). In: JONES, Robert Alun. Emile Durkheim: an introduction to four major works. Beverly Hills, CA: Sage Publications, Inc., 1986. Pp. 24-59.]

ENCREVÉ, P. Presentation: linguistique e sociolinguistique. Langue Française. 1977. p. 3-16.

FERREIRA, C. e CARDOSO, S. A. M. A dialetologia no Brasil. São Paulo: Contexto, 1984.

GALVES, C. Agreement and subjects in Brazilian portuguese. Campinas: Unicamp, 1991.

GALVES, C. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: ROBERTS, I; KATO, M. A. (Org.). Português brasileiro: uma viagem diacrônica. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

GILLIÉRON, J. M. Etude de geographie linguistique ( Scier dans la Gaule Romane). Paris, 1905.

GRACIOSA, D. M. D. Concordância verbal na fala culta carioca. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

GUY, G. Sociolinguistic Variation in Rio Portuguese: sound change as cause of syntactic change. 1981. 375 f. Tese (Doutorado) University of Pennsylvania, Philadelphia.

GUY, G. On the nature and origins of Popular Brazilian Portuguese. In Estudos sobre el Espanol de America y linguistica afroamericana. Bogotá: Instituto Caro y Cuervom, 1989. p. 227-245.

HJELMSLEV, L. Principes de grammaire générale. Kbenhhaven, 1928.

HOCK, H. H. Principles of historical linguistics. 2 ed. New York: Mouton de Gruyter, 1986.

HUMBOLDT, W. V. (1971) Linguistic variability & intelectuall development. Philadelphia : University of Pennsylvania Press.

INFANTE, U. Curso de gramática aplicada aos textos. São Paulo: Scipione, 1985.

JAKOBSON, R. Lingüística e comunicação. 9.ed. São Paulo: Cultrix, 1970.

KRISTEVA, J. História da Linguagem. (Trad.) BARAHONA, M.M. Lisboa: Edições 70, Lisboa, 1988.

LABOV, W. The social motivation of a sound change. *Word*. v. 19, 1963. p. 273-309.

LABOV, W. The Social stratification of English in New York City. Arlington: Center for Applied, 1964.

LABOV, W. The Social stratification of English in New York City. Arlington: Center for Applied, 1966.

LABOV, W. Contraction, deletion, and inherent variability of the English copula. *Language*. v. 45, n. 4, 1969.

LABOV, W. Sociolinguistic patterns. Philadelphia: University of Pennsylvania, Philadelphia Press, 1972.

LABOV, W. What can be learned about change in progress from synchronic description? In: SANKOFF, D.; CEDERGREN, H. *Variation omnibus*. Carbondale and Edmonton, Linguistic Research, Inc, 1981.

LABOV, W. Modelos Sociolingüísticos. Madrid: Cátedra, 1983.

LABOV, W. Principios del cambio lingüístico. Versão espanhola. Madrid: Gredos, 1996. vol. 1 Factores internos.

LABOV, W. How I got into linguistics, and what I got out of it. University of Pennsylvania, 1997. Disponível em: <http://www.ling.upenn.edu/~wlabov/home.html>.

LABOV, W. Some Observations on the Foundation of Linguistics. University of Pennsylvania, 1998. Disponível em: <http://www.ling.upenn.edu/~wlabov/home.html>.

LAGUNILLA M.; REBOLLO A. Sintaxis y, cognición. Introducción al conocimiento, el procesamiento y los déficits sintácticos. Madrid: Editorial Síntesis, 1995. p. 25-57.

LEHMANN, W. P. Introducción a la lingüística histórica. Madrid: Gredos, 1962.

LEMLE, M.; NARO, A. J. Competências Básicas do Português Mobral. Rio de Janeiro: Fundação Ford, 1977.

LEMLE, M. Variação lingüística, norma culta e ensino da língua materna. In: Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa. São Paulo: Secretaria do Estado da Educação. 1979. (v. 5).

LIRA, S. A. Nominal, pronominal and zero subject in Brazilian Portuguese. Ph. D. University of Pennsylvania: University Microfilms Internacional, 1982.

LOBATO, L.M.P. Estrutura Gramatical e Teorias Sintáticas. Belo Horizonte, Vírgilia, 1986.

LONGO, B de O.; CAMPOS, O. E. A auxiliaridade: perífrases de tempo e de aspecto no português falado. In: ABAURRE, M. B; RODRIGUES, A. C. S. (Org.) Gramática do português falado. vol. 8: novos estudos descritivos. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

LOPES, N. As diferentes raças e a variação da concordância no sintagma nominal do português no Brasil: A razão das semelhanças entre esta variedade e as existentes na África e Ásia. In: Comunicação apresentada no Colóquio sobre pidgins e crioulos. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2001.

LUCCHESI, D. E. R. A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2000. 364 fls. Mimeo. (Tese de Doutorado em Lingüística).

LYONS, J. Introdução à lingüística teórica. Trad. Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Nacional, 1979.

MARROQUIM, M. A Língua do Nordeste. São Paulo: Editora Nacional, 1935.

MARTINET, J. Da teoria lingüística ao ensino da língua. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

MATEUS, M. H. M.; BRITO, A. M.; DUARTE, I.; FARIA, I. H. Gramática da língua portuguesa. 2. ed. Lisboa: Caminho, 1983.

MATTOS e SILVA, R. V. O Português Arcaico: Morfologia e sintaxe. São Paulo: Contexto, 1993.

MATTOS e SILVA, R. V. Variação, mudança e norma: movimentos no interior do português brasileiro. In: CARDOSO, A. M. (Org.) Diversidade Lingüística e ensino. Salvador: Edfba, 1996.

MEILLET, A. Introduction a L'étude Comparative des Langues Indo-Eurepéennes. Paris: Libraire. Ancienne Honoré Champion, 1954.

MEILLET, A. Linguistique historique et lingusitic générale. Paris: Libraire. Ancienne Honoré Champion, 1975.

MELO, G. C. Iniciação à Filologia e à Lingüística Portuguesa. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

MENON, O. P. da S. Uso do pronome sujeito de primeira pessoa do português do Brasil. In: Estudos da língua falada. Organon nº 28/29. Revista do Inst. De Letras da UFRGS, v. 14, 2000.

MILHARDET, G. Sur le traitement vulgaire du lat. OE. Em RC, 1937.

MIOTO, C. Lingüística e ensino da gramática. In: Seminário de Lingüística e ensino de língua portuguesa. Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. p. 7-17.

MOLLICA, M. C. de M. Queísmo e (De) queísmo em português. 1989. 303 f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MONGUILHOTT, I. de O. e S. Um estudo da concordância Verbal de terceira pessoa em Florianópolis. 2001. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

MONGUILHOTT, I. de O. e S.; COELHO, I. L Um estudo da concordância Verbal de terceira pessoa em Florianópolis. In: VANDRESEN, P. (org.) Variação e mudança no português falado na Região Sul. Pelotas: EDUCAT, 2002. p. 188– 213.

MOTTA, E. Escolarização e Variação Lingüística. 125 f. Dissertação (Mestrado e Lingüística) – Instituto de Estudos Lingüísticos, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1979.

NARO, A. The Social and structural dimension of a syntatic change. Rio de Janeiro: PUC, mimeo, 1980.

NARO, A . The Social and structural dimension of a syntatic change. *Language. LSA*, V. 57, n. 1, 1981. p. 63 – 98.

NARO, A. J. Emergência da sintaxe como efeito discursivo. In: NARO, A. J. et alii. Relatório final de pesquisa: Projeto subsídios sociolinguísticos do Projeto Censo à Educação. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 1989.

NARO, A. J. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, M. C. (Org). Introdução à sociolinguística. Cadernos didáticos, UFRJ, 1992.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. Sobre o efeito do princípio da saliência na concordância verbal na fala moderna, na escrita antiga e na escrita moderna. In: MOURA, D. (Org.) Os múltiplos usos da língua. Maceió: EDUFAL, 1999. p. 236-255.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. Variable concord in portugueses: the situation in Brasil na Portugal. In: Mc WHORTER, John (Ed.). *Language change and language contact in pidgins and creoles*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 2000. p. 235-255.

NASCENTES, A. O Linguajar Carioca. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

NEVES, M. H. M. A gramática funcional. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

NICOLAU, E. M. das D. A ausência de concordância verbal em português: uma abordagem sociolinguística. 1984. 157 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

OLIVEIRA, M. A. Sobre os reflexos sociais de mudança em progresso. In: VEADO, Rosa Maria Assis. (Org.) *Ensaio de lingüística. Cadernos de lingüística e teoria da literatura*. Belo Horizonte, UFMG, 7: 71-89, 1982.

ORLANDI, E. P. O que é lingüística. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção primeiros passos).

PASCALE, Rousseau; SANKOFF, David. Advances in variable rule methodology. In: \_\_\_\_\_ (Org.) *Linguistic variation: models and methods*. New York, Academy Press, 1978. p. 57-69.

PASCHOALIN, M. A ; SPADOTO. Gramática: teoria e exercícios. São Paulo: FTD, 1989.

PERINI, M. A. Gramática do infinitivo português. Petrópolis: Vozes, 1977.

- PERINI, M. A. Gramática descritiva do português. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- PINKER, S. O instinto da linguagem: como a mente cria a linguagem. (Trad.) BERLINER, C. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- PINTZUK, S. Varbrul program. Philadelphia: University of Penssylvania. (Trad.) Ivone Pinto 1988.
- PONTES, E. Estrutura do Verbo no português coloquial. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1972.
- PONTES, E. Sujeito: da Sintaxe ao Discurso. São Paulo: Ática, (Brasília): INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.
- RAPOSO, E. Teoria da Gramática: a faculdade da Linguagem. 2. ed. Lisboa: Caminho, 1992 (coleção universitária, série Lingüística).
- ROBINS, R. H. Lingüística geral. Rio de Janeiro: Globo, 1981.
- RODRIGUES, A . N. O dialeto Caipira na Região de Piracicaba. São Paulo: Ática, 1974.
- SAID ALI, M Gramática Secundária da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- SAID ALI, M. Gramática histórica da língua portuguesa. 7.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971a.
- SAID ALI, M. Dificuldades da Língua Portuguesa. Petrópolis: Vozes, 1971b.
- SANKOFF, D. VARBRUL. Programs. 1986. Mimeo.
- SANKOFF, D. Sociolinguistics and syntatic variation. In: NEWMeyer, F. J. Linguistics: The Cambridge survey. Cambridge: Cambridge University Press. 1988a.
- SANKOFF, D. Variables Rules. In AMMON, U.; DITTMAR, N.; MATTEIR, K. J (eds). Sociolinguistics: an international handbook of the science of language and society. New York, 1988b.

SAPIR, Eduard, A. A linguagem. Uma introdução aos estudos da fala. (Trad.) CÂMARA JR., J.M. 2.ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.

SAUSSURE, F. Curso de Lingüística Geral. 21 ed.(Trad.) CHELINI, A.; PAES J. P. São Paulo: Cultrix, 1999.

SCHERRE, M. M. P. A regra de concordância de número no sintagma nominal em português. PUC, Rio de Janeiro, 1978. 158p. (Dissertação de Mestrado).

SCHERRE, M. M. P. Reanálise da concordância nominal em português. (Tese de doutorado). V 1. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988.

SCHERRE, M. M. P. Sobre o princípio da saliência fônica na concordância nominal. In: TARALLO, F (Org). Fotografias sociolingüísticas. Campinas: Pontes, 1989.

SCHERRE, M. M. P. A concordância de número nos predicativos e nos particípios passivos. Organon. A Variação no português do Brasil. Porto Alegre, UFRGS – Instituto de Letras, V.18, n. 5, p. 52-70, 1991.

SCHERRE, M. M. P. Aspectos da concordância de número no português do Brasil. Revista Internacional de Língua Portuguesa (RILP) – Norma e variação do português. 12:37-49. Associação das Universidades de Língua Portuguesa, 1994.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil . In: RUFFINO, G. (Org) Dialettologia, geolinguística, sociolingüística. (Atti del XXI Congresso Internazionale di Lingüística e Filologia Romanza) Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Pelermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, v.5, p. 509-523, 1998.

SCHERRE, M. M. P. NARO, A. J. Sobre as origens estruturais do português brasileiro: criouliização ou mudança natural. Brasília:PAPIA, n. 11, p. 41 -50, 2000.

SILVA, G. M. de O; VOTRE, S. J. 1991 Estudos Sociolingüísticos no Rio de Janeiro. D.E.L.T.A., v. 7, n. 1 p. 357-76, 1991.

SILVA, G. M. de O. Escolaridade. In: CARDOSO, S. (Org.). Diversidade lingüística e ensino. Salvador: EDUFBA, 1996.

SILVA, G. M. de O.; SCHERRE, M. M. P. Padrões sociolingüísticos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

SILVA, R. V. M. Variação, mudança e norma. Movimento no interior do português brasileiro. In: CARDOSO, S. (Org.) Diversidade lingüística e ensino. Salvador: EDUFBA, 1996.

SILVA, A. A sobreposição modal em Ir + Infinitivo. In: ABAURRE, M. B; RODRIGUES, A. C. S. (Org.) Gramática do português falado. vol. 8: novos estudos descritivos. Campinas: editora da unicamp, 2002.

SILVA, J. A. A. A concordância verbal no português afro-brasileiro: um estudo sociolingüístico de três comunidades rurais do estado da Bahia. (Dissertação de mestrado) Salvador: UFBA, 2003.

SILVA NETO, S. da. Introdução aos estudos da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1976.

SOUSA, M. A. Política e história: algumas reflexões. In: AGUIAR, E. P. et al.(Org.). Política: o poder em disputa – Vitória da Conquista e região. Vitória da Conquista: UESB, p. 9-17, 1999. (Série memória conquistense.).

SOUZA DA SILVEIRA. Lições de Português. Rio de Janeiro: Livraria de Portugal, 1972.

TARALLO, Fernando (Org.). Fotografias sociolingüísticas. Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

VIANA, A. L. Os donos da terra. In: VIANA, A. L. Revista Histórica de Conquista. Vitória da Conquista: O Jornal de Conquista, v. 1, 1982.

VIEIRA, S. R. A não-concordância em dialetos populares: uma regra variável. In: GRAFHOS: Revista da Pós-graduação em Letras, UFPB, 1997.

WEINREICH, U. LABOV, W. HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of language change, Columbia University, 1968.

WOLFRAM, W. , FASOLD, R. The study of social dialects in american English. New Jersey: Prentice-Hall, Inc, 1974.

WOLFRAM, W. Sociolinguistics: language as social behavior. Of North Carolina State University, 1991. Disponível em: <http://www.ngonngu.net/dulieu/lisa/sl.htm>.

ZANOTTO, N. Estrutura mórfica da língua portuguesa. 3.ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

ZILLES, A. M. S.; MAYA, L. Z.; SILVA, K. Q. A concordância verbal com a primeira pessoa do plural em Panambi e Porto Alegre, RS. In: Estudos da língua falada. Organon nº 28/29. Revista do Inst. De Letras da UFRGS, v. 14, 2000.

**ANEXOS****ANEXO - A****QUESTIONÁRIO**

1 – Nome: \_\_\_\_\_

2 – Endereço: \_\_\_\_\_

3 – Sexo:

masculino

feminino

4 – Local de nascimento: \_\_\_\_\_

5 – Idade: \_\_\_\_\_

6 – Sempre residiu em \_\_\_\_\_?

Sim

Não

6.1 – Se não, por quanto tempo residiu fora de \_\_\_\_\_?

menos de dois anos consecutivos

mais de dois anos consecutivos

7 – Anos de escolarização:

nenhum

1 a 4 anos

5 a 8 anos

9 a 11 anos

12 anos em diante

8 – Caso venha a ser selecionado, dispõe-se a responder algumas perguntas para uma pesquisa que estamos realizando?

Sim

Não

9 – Em caso afirmativo, qual o melhor horário e local?

Horário: \_\_\_\_\_

Local: \_\_\_\_\_

**ANEXO – B**  
**FICHA SOCIAL**

1 – Nome:

\_\_\_\_\_

2 – Endereço residencial:

\_\_\_\_\_

3 – Sexo:

masculino

feminino

4 – Idade: \_\_\_\_\_

5 – Estado civil:

solteiro

casado

viúvo

separado

união sem vínculo oficial

6 – Tipo de moradia:

própria

alugada

cedida

outro – Especificar: \_\_\_\_\_

7 – Tipo de construção:

taipa

tijolo

madeira

outro – Especificar: \_\_\_\_\_

8 – Iluminação da casa:

elétrica

querosene

outro – Especificar: \_\_\_\_\_

9 – Na casa, qual o número de:

Salas: \_\_\_\_\_

Quartos: \_\_\_\_\_

Banheiros: \_\_\_\_\_

Cozinhas: \_\_\_\_\_

Terraços: \_\_\_\_\_

**Total:** \_\_\_\_\_

10 – Você possui:

( ) rádio

( ) televisão

( ) videocassete

( ) máquina de costura

( ) toca-disco

( ) liquidificador

( ) enceradeira

( ) geladeira

( ) máquina de lavar roupa

( ) máquina de lavar pratos

( ) forno microondas

( ) bicicleta

( ) motocicleta

( ) automóvel

11 – Ocupação profissional \_\_\_\_\_

12 – Horário de trabalho: \_\_\_\_\_

13-Renda mensal \_\_\_\_\_?

14-Grau de escolarização: \_\_\_\_\_

15 – Atualmente, a maneira como está vivendo lhe dá:

( ) muita satisfação

( ) pouca satisfação

( ) nenhuma satisfação

16 – Em geral, como acha que vão as coisas atualmente?

( ) muito bem

( ) bem

( ) mais ou menos

( ) mal

17 – Este é um desenho de uma escada:

_1_
_2_
_3_
_4_
_5_
_6_
_7_
_8_
_9_
_10_

Suponha que último degrau da escada (nº 1) represente a melhor vida possível e o degrau nº 10, a pior. Onde você se localizaria? (Marcar com um X o degrau correspondente.)

18 – Você é uma pessoa que:

- ( ) nunca sai do município onde reside  
 ( ) só sai a negócio  
 ( ) sempre sai para passear

19 – Se sai, passa quanto tempo fora?

- ( ) menos de um mês  
 ( ) de um a três meses  
 ( ) mais de três meses – Especificar: \_\_\_\_\_

20 – Se viaja a passeio para outros estados, o que costuma fazer:

- ( ) ir a cinemas  
 ( ) ir a teatros  
 ( ) ir a estádios de futebol  
 ( ) ir à praia  
 ( ) ir a livrarias  
 ( ) fazer compras  
 ( ) apenas descansar

21 – A cidade em que você mora é:

- ( ) muito bonita  
 ( ) boa

( ) regular

( ) muito atrasada

22 – Se tivesse que morar em outra cidade, onde moraria? \_\_\_\_\_

## ANEXO C

### ROTEIRO PARA ENTREVISTA

A entrevista começava com perguntas genéricas como nome, idade e escolaridade do informante e em seguida o entrevistador perguntava:

1 Qual a sua ocupação?

2 Você tem notado quantas cenas de violência têm passado na televisão e acontecido em Vitória da Conquista? O que você acha disso?

3 Você acha que a polícia de Vitória da Conquista está preparada para combater a violência que estamos vivendo?

4 Você acha que a violência tem ocorrido mais dentro ou fora de casa?

5 Como você reagiria se fosse assaltado em sua própria casa?

Obs.: Após cada pergunta o entrevistador fugia do roteiro e ia formulando novos questionamentos, de forma que não vem ao caso enumerá-los aqui.

## ANEXO – D

### CHAVE DE TRANSCRIÇÃO GRAFEMÁTICA UTILIZADA

#### 1 Objetivos

Com esta chave pretendia-se subsidiar as transcrições dos inquiridos, a fim de mobilizar recursos disponíveis para uma reprodução mais próxima possível do texto oral; e registrar os fatos lingüísticos que constituíssem as marcas específicas do dialeto nos níveis fônicos e morfossintáticos, tais como: ausência de concordância, preposição, objeto, etc).

#### 2 Chave de Transcrição

##### 2.1 Indicações preliminares

###### 1 Cabeçalho

**Informante:** M

**Sexo:** F

**Faixa Etária:** 1

**Nível Escolar:** M

**Nascimento:** Vitória da Conquista

**Pais:** Vitória da Conquista

##### 2.2 Indicações preliminares

###### 2 Transcrição da Entrevista

- |   |                           |
|---|---------------------------|
| • Identificar o Entrevistador                             | <b>E</b>                  |
| • Identificar Informante                                  | <b>I</b>                  |
| • Identificar uma frase Interrogativa                     | “                         |
| • Indicar uma pausa brevíssima (como para engolir saliva) | ´                         |
| • Indicar meio segundo de pausa                           | ( + )                     |
| • Indicar um segundo de pausa                             | (++)                      |
| • Indicar uma pausa longa                                 | <b>(1.5)</b>              |
| • Indicar uma pausa muito longa                           | <b>(2.0)</b>              |
| • Indicar o final de uma sentença                         | ,                         |
| • Comentário de quem transcreve                           | <b>((riu))</b>            |
| • Comentário de quem transcreve                           | <b>(( fala baixinho))</b> |
| • Indicar que não se compreendeu o que foi dito           | <b>(incompreensível)</b>  |
| • Indicar que se supõe o que foi dito                     | <b>( ----- )</b>          |

- A letra maiúscula Indica alguma ênfase
  - ::: indicam prolongamento
  - [ ] indicam que E e I falam ao mesmo tempo
- VioLENCia**  
**eh::, muito:::**  
**E : é o [seguinte] eu queria::**  
**I - [ ah sim ]**

### 2.3 Critérios gerais

- As letras maiúsculas, exceto quando indicam ênfase, só são usadas em nomes próprios;
- Todos os fatos morfossintáticos foram registrados;
- Não foram considerados os desvios da norma culta que não se referissem ao fenômeno em análise (Só para exemplificar, a sentença “nós vai”, foi registrado como “nós vamos”);
- Ao passar as ocorrências codificadas para o arquivo de dados do VARBRUL todos os símbolos foram retirados;
- Também foram retirados todos os acentos ortográficos quando da criação dos arquivos de dados no VARBRUL;
- Todas as linhas foram numeradas.

Obs: Os símbolos acima estão ampliados e em negrito, mas na transcrição mantiveram-se no mesmo formato do texto.

## ANEXO – E

## TRECHO DE UMA ENTREVISTA TRANSCRITA

## TRANSCRIÇÃO GRAFEMÁTICA

**Informante:** F**Sexo:** M**Faixa Etária:** 3**Nível Escolar:** U**Nascimento:** Vitória da Conquista**Pais:** Vitória da Conquista

1. E – seu F. se o senhor fosse fazer um paralelo entre a violência de antigamente da época da
2. adolescência do senhor e de hoje' como o senhor faria esse tipo de comparação"
3. I – eh: a violência' ela ela ela é estabilizada a população aumenta por isso há um
4. aumento (2.5) visível da da da violência (2.0) agora a maneira da violência que
5. hoje é pior,
6. E – é diferente"
7. I – é diferente,
8. E – na época assim da assim que o senhor era rapaz como é que fez a conversa
9. (+) existia"
10. I – a minha juventude foi justamente a juventude dos hippies' época dos anos
11. sessenta (+) eh: havia violência (incompreensível) a perversidade da violência
12. era menor (incompreensível) não havia grandes assaltos' esses grandes furtos' a
13. sociedade vivia mais tranqüila,
14. E – aqui em Conquista o senhor acha que a televisão tem influência" pesa"
15. I – eh a gente vive a nossa sociedade é uma sociedade televisiva' a nossa cultura
16. de televisão à medida que o programa de televisão' eh eh são violentos a
17. sociedade segue' a medida só né" a televisão é o indicador mais forte da da da
18. linha da sociedade,
19. E – você mora aqui em Conquista eh eh (incompreensível) da história parece
20. que hoje a violência tá bem maior o tipo de violência melhor' o que você acha
21. que aconteceu para que aqui em Conquista começasse a ter esse tipo de
22. violência assim tão"
23. I – a violência de Conquista ela mudou a figura ah na minha infância Conquista
24. era uma cidade em que se matava brincando havia muitos pistoleiros ou era
25. crime de encomenda hoje há crimes de assalto (incompreensível) matando por
26. isso eu digo a violência apenas mudou mudou a faceta e não mudou ah ah o seu
27. aspecto eh eh quantitativo,
28. E – então ela sempre existiu"
29. I – ela sempre existiu,
30. E – o senhor sabe apontar violência que já sofreu' tendo proximidade com algum
31. tipo de violência assalto (++) alguma briga"
32. I \_ não comigo não mas (1.5) antes dos anos sessenta e cinco sessenta por aí eh:
33. era só apagar a luz da cidade que amanhecia morto (incompreensível) eh
34. E – pode falar mais,
35. I – eu já tive amigos assaltado (+) eh eh (+) ameaçados né" (+) e é muito difícil
36. essa questão a pouco dia por exemplo eu tava na na na praça da feira numa
37. seção de flores durante quinze minutos que eu tava ali eu presenciei três
38. assaltos
39. E – poxa quinze minutos"
40. I – todos eles de menores contra adultos pessoas eh eh eh (+) já de idade tudo eh
41. só essas coisas hoje in dia o policiamento apesar de ser muito maior o

## ANEXO – F

## CHAVE DE CODIFICAÇÃO

COD	Variável Dependente: grupo binário	Exemplos
S	Ocorrência com marca explícita de concordância	<b>Eles</b> passaM quatro horas da manhã
N	Ocorrência sem a marca explícita de concordância	<b>Eles</b> passaØ quatro horas da manhã

Quadro 6: Grupo da Variável Dependente

COD	Constituição do SN Sujeito	Exemplos
a	Sujeito simples formado por substantivo numeral precedido por determinante do tipo artigo, pronome possessivo, pronome demonstrativo, pronome indefinido	<b>quatro professores</b> me deram <b>Os pais</b> não mostra a realidade <b>Nossos filhos</b> são o futuro de amanhã. Eu acho que incentiva <b>esses brinquedos</b>
b	Sujeito simples formado por substantivo sem determinante	<b>Mocinhas</b> fica pedindo dinheiro
c	Sujeito composto formado por substantivo, precedido por determinante ou não.	<b>Educação e saúde</b> eu acho que são coisas boas Esse <b>que</b> é conjunção integrante
d	Sujeito composto formado por substantivo e pronome pessoal	<b>Ele e a mulher</b> foru passando
e	Sujeito simples formado por pronome pessoal do caso reto.	<b>Eles</b> passam quatro horas da manhã
F	Sujeito composto formado por pronome pessoal do caso reto.	Excluído
g	Sujeito formado de pronome relativo	<b>Os meninos que</b> dançam
h	Sujeito formado por pronome indefinido	<b>uns</b> tem muitos vigilantes <b>todas</b> se formaram em magistério
J	Sujeito formado por núcleo numeral	Excluído
k	Sujeito simples ou composto com constituintes do tipo determinante + núcleo + sintagma preposicional	<b>Mocinhas de dez anos</b> para mim éØ criança Amalgado com o fator “b”

Quadro 7: Grupo de fatores 1: Código, constituição do SN sujeito e respectivos exemplos

COD	Posição e distância do sujeito na oração	Exemplos
1	Sujeito anteposto, separado do verbo por 1 a 3 sílabas	<b>Os pais não</b> MOStroØ a realidade
2	Sujeito anteposto separado do verbo por 4 ou mais sílabas	<b>Mocinhas</b> de dez anos que para mim éØ criança
3	Sujeito imediatamente anteposto ao verbo	Não sei se <b>eles bateuØ</b>
4	Sujeito posposto ao verbo	<b>ajudouØ</b> minha mãe criar nos criar nos educar <b>os irmãos da minha mãe</b>
5	Sujeito anteposto, presente em oração anterior	às vezes <b>as mães</b> quer dizer <b>quer</b> fazer alguma coisa
6	Sujeito anteposto, presente na pergunta do entrevistador com estímulo para a concordância	E – <b>Duas fizeram o que?</b> I – <b>fizeram</b> magistério
7	Sujeito anteposto, presente na pergunta do entrevistador com estímulo para a não concordância	E – você acha que eles vai fazer isso I – <b>vaiØ</b>
9	Sujeito não realizado referencial recuperável pelo contexto	<b>Foram e pegouØ</b> eles

Quadro 8 – Grupo de Fatores 2: Código, posição e distância do sujeito na oração e respectivos exemplos

COD	Traço Semântico do Sujeito	Exemplos
S	Sujeito [ + Humano / + Animado ]	Eles não querem mais trabalhar
C	Sujeito [+ Concreto ]	Eu acho que incentiva <u>esses brinquedos</u> a violência
A	Sujeito [+ Abstrato ]	<u>educação e saúde</u> eu acho que são coisas

Quadro 9 – Grupo de Fatores 3: código, traço semântico do sujeito respectivos exemplos

COD	Saliência Fônica	Exemplos
	<b>Nível 1:</b> Oposição entre vogal oral e vogal nasal e acréscimo de segmentos	
A	a. Envolve oposição entre vogal oral e vogal nasal em verbos de 2ª. E 3ª. conjugações	Se eles <u>tivessem</u> Se eles <u>tivesseØ</u>
B	b. Envolve oposição entre vogal oral e vogal nasal em verbos de 1ª. Conjugação	Amanhã eles <u>soltaØ</u> Eles <u>falam</u>
C	c. envolve acréscimo de segmentos na forma plural	Eles não <u>querem</u> mais trabalhar Esses cara <u>querØ</u> roubar
	<b>Nível 2:</b> Oposição Acentuada	
D	a. Ditongação e / ou mudança na qualidade vocálica	Eles <u>estáØ</u> achando muito fácil Eles <u>estão</u> roubando
E	b. acréscimo de segmento com supressão da semivogal do singular	Eles <u>bateuØ</u> muito nele Eles <u>perderam</u> muita coisa
F	c. envolve acréscimo e mudança de raiz, que pode ser completa ou não	Mocinhas de dez anos que para mim <u>éØ</u> criança Nossos filhos <u>são</u> o futuro de amanhã.

Quadro 10– Grupo de Fatores 4: código, níveis de saliência fônica e respectivos exemplos

COD	Tempo Verbal	Exemplos
i	Verbo no presente do indicativo	Amanhã eles <u>solta</u>
j	Verbo no presente do subjuntivo	essas crianças <u>estudem</u>
k	Verbo no pretérito perfeito do indicativo	Eles <u>bateu</u> muito nele
l	Verbo no pretérito imperfeito do indicativo	mais <u>eram</u> descuidados
m	Verbo no pretérito imperfeito do subjuntivo	Se eles <u>tivessem</u>
n	Verbo no Mais – que – perfeito	Foi excluído
o	Verbo no Futuro do presente do indicativo	Foi excluído
p	Verbo no futuro do pretérito do indicativo	os assaltantes <u>agiriam</u>
q	Verbo no futuro do subjuntivo	Quando eles <u>gritarem</u>
r	Verbo no infinitivo	estimular as pessoas a <u>pensarem</u> às vezes as mães <u>quer</u> dizer

Quadro 11– Grupo de Fatores 5: código, tempos verbais e respectivos exemplos

COD	Tipo de Verbo	Exemplos
t	Verbo transitivo (com verbos de movimento: ir, chegar, sair, entrar etc)	Os pais não <u>MOStraØ</u> a realidade
i	Verbo intransitivo	Quando eles <u>gritarem</u>
a	Verbo auxiliares (formam locuções e tempos compostos: ser, estar, haver, ter e ir)	Eles <u>estáØ</u> achando muito fácil
l	Verbo de ligação	Nossos filhos <u>são</u> o futuro de amanhã.

Quadro 12 – Grupo de fatores 6: Código, tipos de verbos e respectivos exemplos

<b>COD</b>	<b>Conjugação Verbal</b>	<b>Exemplos</b>
P	Primeira Conjugação VT A	Quando eles gritArem
S	Segunda Conjugação VT E	Eles batEu_muito nele
T	Terceira Conjugação VT I	os assaltantes agIriam

**Quadro 13 – Grupo de fatores 7: Código, Conjugação Verbal e Exemplos**

<b>COD</b>	<b>Sexo</b>	<b>Quantidade</b>
F	Feminino	16
M	Masculino	16

**Quadro 14– Grupo de fatores 8: Código, sexo e respectiva quantidade de informantes**

<b>COD</b>	<b>Faixas Etárias</b>	<b>Idade considerada</b>
1	Faixa 1	De 15 a 25 anos
2	Faixa 2	De 26 a 49 anos
3	Faixa 3	De 50 anos em diante

**Quadro 15– Grupo de fatores 9: código, faixas e respectivas idades**

<b>COD</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Quantidade</b>
F	Fundamental	12 - 06 mulheres e 06 homens, engloba as 3 faixas
M	Médio	12 - 06 mulheres e 06 homens, engloba as 03 faixas
U	Universitário	08 - 04 mulheres e 04 homens, apenas faixas 2 e 3

**Quadro 16 – Grupo de fatores 10: código, escolaridade e respectiva quantidade de informantes**

## ANEXO - G

## TRECHO DE UM ARQUIVO DE DADOS

(SlA5FiSlm1F           cenas de violencia varias porque sao varias  
 (SeH9EkPtm1F           e acabou seno mataram  
 (SeH9EkPtm1F           ne mataram  
 (SeH9EkPtm1F           mataram ela  
 (SeH9EkPtm1F           e deixaram o corpo la  
 (NgH3AiStm1F           uns pais que bebe  
 (NaH4AiStm1F           ne enche a cara  
 (NaH9BiPtm1F           e quando chega em casa  
 (NaH9AiStm1F           bate6 em seus filhos  
 (NaH9AiStm1F           nao só bate como  
 (SaH9BiPtm1F           os espancam tambem nao  
 (NaA1DiPlm1F           os puliciamentos ne agora est  
 (NaA4DiPlm1F           esta bem  
 (NaH3CrPtm1F           depende dos pais Ensina a seus filhos o  
 (NaH4AjPim1F           pare um pouquinho  
 (NaH9AjPtm1F           para que nao entre nas drogas  
 (SeH3BiPtm1F           eles falam ne por nô por dia  
 (SeH3BiPtm1F           eles pegam mais de treze pessoas  
 (NgH3AiStm1F           as pessoas que comete crimes  
 (NaA5BpSam1F           sim as providencias seria  
 (NaA3AiSim1F           alguns crimes acontece  
 (NgH1AiStm1F           pais maes que nao tem como alimentar os seu  
 (Nch9DiTam1F           entao por si vai  
 (Nch9AiStm1F           nao tem emprego  
 (Nch9AiTtm1F           nao consegue arrumar emprego  
 (Nch9BiPtm1F           Chega  
 (Nch9DiTam1F           vai roubar  
 (Nch9DiTam1F           ou vai matar  
 (NgH3AiStm1F           colegas assim que po que tem girias  
 (NbC1BiPtm1F           materiais nenhum importa  
 (NbC4BiPtm1F           Importa pra mim o que importa  
 (NgH3DiTtm1F           constantemente pessoas que vai  
 (NbH4BiPim1F           fica  
 (NgH3DiTtm1F           pessoas que vai  
 (NbH4BiPim1F           fica ate tarde na rua e isto  
 (NaH3BiSam1F           os trombadinhas pode ate assalta  
 (SaA5BiPtm1F           os cuidados sim adiantam  
 (NgH3BiPtm1F           as pessoas que machuca  
 (NaH4BiPim1F           briga ne  
 (SaH9AmPtm1F           se sentassem de junto do pai  
 (Nch9CrPtm1F           o pai a mae conversar com seus filhos  
 (NaH3AmPtm1F           e seus filhos sentassecom seus pais  
 (NaH4CrPtm1F           para conversar sobre  
 (NgA3BiPim1F           as coisas que passa  
 (SaH3AiTim1F           os sequestradores vem